António Arnaut
Introdução à
Maçonaria
Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

Um livro indispensável para quem deseje conhecer o essencial da Maçonaria: princípio e valores fundamentais, origens e evolução, ritual e iniciação, esoterismo e segredo maçónico, bem como o papel da organização ao longo dos séculos na defesa dos grandes valores do Homem, traduzidos na clássica trilogia — *Liberdade*, *Igualdade*, *Fraternidade*.

O autor revela-nos ainda algumas figuras da Maçonaria portuguesa e estrangeira, que são, simultaneamente, grandes vultos na História Universal, traça o quadro maçónico português de 1727 à atualidade, dá-nos um esboço da "Opus Dei", que considera uma anti-maçonaria, e aborda as relações com a Igreja Católica. Publica, finalmente, vários documentos históricos, dos quais se destaca um artigo de Fernando Pessoa em defesa da Ordem Maçónica.

Livro oportuno e necessário para desfazer mitos e preconceitos, pois, como escreve o autor, a Maçonaria "continua envolta na névoa do mistério e na verrina da maledicência. Há no inconsciente colectivo um lastro de veniaga deixado pelos verdugos da Inquisição e dos regimes totalitários que, de quando em vez, ainda aflora no espírito dos incautos".

Que organização é esta, que cultiva a tolerância e o livre pensamento, que fez a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, liderou as revoluções liberais e republicana em Portugal, que teve e tem no seu seio, monarcas e presidentes da Républicam bispos e leigos operários e intelectuais, crentes de todas as religiões e agnósticos de todas as sensibilidades?

Introdução à Maçonaria vem responder a muitas destas interrogações.

EDIÇÃO
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http//www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: http://livrariadaimprensa.uc.pt

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA
Imprensa da Universidade de Coimbra

INFOGRAFIA DA CAPA
Mickael Silva

IMAGEM DA CAPA
Quadro a óleo de José Daniel Abrunheiro

INFOGRAFIA
António Resende

EXECUÇÃO GRÁFICA
www.artipol.net

ISBN
978-989-26-1327-7

ISBN DIGITAL
978-989-26-1328-4

DOI
https://doi.org/10.14195/978-989-26-1328-4

DEPÓSITO LEGAL
427339/17

Sete edições antecederam esta nova edição revista e aumentada, que agora sai com a chancela da Imprensa da Universidade de Coimbra.

O autor escreve pela antiga grafia,
mas autorizou a aplicação do Acordo Ortográfico à sua obra

António Arnaut

Introdução à Maçonaria

Edição revista e aumentada

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

Obras do Autor

Poesia

Versos da Mocidade, 1954 (esgotado).
Pátria, Memória Antiga, 1986, 2.ª ed. 1992 (esgotado).
Miniaturais | Outros Sinais, 1987 (esgotado).
Canto de Job (Homenagem a Miguel Torga), 1996 (esgotado).
Nobre Arquitetura, 1997, 3.ª ed. 2003 (esgotado).
Por Este Caminho, 2000, Coimbra Editora.
Do Litoral do Teu Corpo – Antologia do Amor, 2003 (esgotado).
Recolha Poética (1954-2004), 2004, Coimbra Editora.
Recolha Poética (1954-2017) 2ª edição, 2017, Imprensa da Universidade de Coimbra.
Alfabeto Íntimo e Outros Poemas, 2013, Coimbra Editora.
Era um rio e chorava - 80 Poemas para 80 Anos, 2016, Coimbra Editora.

Ficção

Rude Tempo, Rude Gente, 1985, 2.ª ed. 1995 (esgotado).
A Viagem, Contos do Absurdo, 1988 (esgotado).
Ossos do Ofício, 1990, 2.ª ed. 2002, Coimbra Editora.
A Seiva da Raiz – Colectânea de contos, 2002, ed. da C. M. Penela.
Rio de Sombras, romance, 2007, Coimbra Editora.
Contos Escolhidos, 2011, Coimbra Editora.

Poesia e Prosa

O Pássaro Azul – Contos e Poemas de Natal, 1998, 2.ª ed. 2001, Coimbra Editora.
As Noites Afluentes, 2001, Coimbra Editora.
Iluminuras – Adágios, Incisões e Reflexões, 2013, Coimbra Editora.
Cavalos de Vento, Coimbra, 2014 (Fora do mercado).

Ensaio | Diversos

Serviço Nacional de Saúde – Uma Aposta no Futuro, 1978 (esgotado).
Estudos Torguianos, 1992, 2.ª ed. 1997, Coimbra Editora.
Iniciação à Advocacia, 1993, 11.ª ed. 2011, Coimbra Editora.
Introdução à Maçonaria, 1996, 7.ª ed. 2012, Coimbra Editora.
Entre o Esquadro e o Compasso (Três Intervenções), 1999 (esgotado).
Ética e Direito, 1999 (esgotado).
Vencer a Morte (Conferência), 2001, Coimbra Editora.
Miguel Torga, Mestre de Língua e da Portugalidade (Conferência), 2002.
Estatuto da Ordem dos Advogados (Anotado), 14.ª ed. 2012, Coimbra Editora.
Serviço Nacional de Saúde / 30 Anos de Resistência, 1.ª e 2.ª ed., 2009, Coimbra Editora.
Rosto e Memória – Exercícios de Cidadania, 2011, Coimbra Editora.
O Étimo Perdido – o SNS, o Estado Social e outras intervenções, 2012, Coimbra Editora.
A Mesma Causa, 2015, Coimbra Editora.

Algumas obras coletivas

Imaginários Portugueses – contos (Antologia de Autores Portugueses Contemporâneos), Fora do Texto, Coimbra, 1992.
Cântico em Honra de Miguel Torga, Fora do Texto, 1996.
Na Liberdade – Antologia Poética, 30 Anos, 25 de Abril, Garça Editores.
Colectânea de Poesia, Pé de Página, Coimbra, 2001.
Encantada Coimbra – Colectânea de Poesia sobre Coimbra, D. Quixote, 2003.
Choque e Pavor (25 Poemas contra a guerra no lraque), Editora Ausência, 2003.

SUMÁRIO

Aos meus Irmãos do Grande Oriente Lusitano
e de todas as Obediências

Aos Irmãos da minha Loja

À memória do Mestre Fernando Vale:

> *Trabalhamos a pedra como ensinaste,*
> *fraternalmente repartindo*
> *o pão incessante da Palavra.*

LIBERDADE ★ IGUALDADE ★ FRATERNIDADE
G

GUARDA INTERNO : — Venerável Mestre: à porta do templo bateu um profano que deseja ser admitido nos mistérios e privilégios da antiga e nobre Ordem Maçónica.

VENERÁVEL : — Como pôde ele conceber tal esperança?

GUARDA INTERNO : — Porque é livre e de bons costumes.

(Do Ritual da Iniciação)

*

* *

VENERÁVEL : — Para que se reúnem os maçons em loja?

VIGILANTE : — Para combater a tirania, a ignorância, os preconceitos e os erros, glorificar o Direito, a Justiça, a Verdade e a Razão.

(Do Ritual de Aprendiz)

Ao Leitor:

Este livro não é mais do que pretende: uma simples introdução ao conhecimento da Maçonaria. Destina-se, primacialmente, àqueles que por apetência intelectual ou mera curiosidade desejam apreender o essencial da sua história, doutrina e objetivos.

De facto, a Ordem Maçónica continua envolta na névoa do mistério e na verrina da maledicência. Há no inconsciente coletivo um lastro de veniaga deixado pelos verdugos da Inquisição e dos regimes totalitários que, de quando em vez, ainda aflora no espírito dos incautos.

E, contudo, a Maçonaria é a mais antiga organização que traz insculpida no cerne dos seus propósitos, como num código genético, o ***conhece-te a ti mesmo*** *como forma de penetrar no «sentido íntimo do universo», no dizer de Fernando Pessoa, e os nobres ideais da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, sem os quais não será possível construir uma sociedade mais justa, que é a profunda motivação dos homens bons de todos os tempos.*

A Maçonaria é uma Ordem universal, progressista, filosófica e filantrópica. Está aberta a todas as pessoas, de quaisquer credos, ideologias, raças e misteres, que se identifiquem com os seus objetivos. Foram e são seus membros, reis e presidentes da República, intelectuais, artistas e operários, aristocratas, cientistas e plebeus, militares e ministros do culto.

A Maçonaria sempre esteve na vanguarda dos movimentos de libertação do homem, inspirando as mais belas páginas da História: as proclamações dos Direitos Humanos e da criança, a abolição da escravatura e da pena de morte, a luta anticolonialista, o sufragismo universal, a igualdade de raças e de sexos. Em Portugal fundou o Sinédrio, combateu ao lado do Grão--Mestre D. Pedro IV contra o absolutismo, do maçon Machado Santos, fundador da República, e dos Capitães de Abril na restauração da democracia. Os primeiros presidentes dos Governos Provisórios emergentes das Revoluções de 5 de Outubro de 1910 e de 25 de Abril de 1974 foram os maçons Teófilo Braga e Adelino da Palma Carlos.

Desde o seu advento no nosso país esteve sempre representada nos mais altos cargos do Estado e da administração. Promoveu as leis do divórcio, do registo civil e da instrução primária obrigatória. Ajudou a redigir as Constituições liberais e republicanas. Inspirou a criação de centenas de instituições culturais, científicas e de solidariedade de que se destacam o Teatro Nacional, os Rotários, o Montepio Geral, a Voz do Operário, a Universidade Popular, os jardins-Escolas João de Deus, os Asilos de S. João de Lisboa e do Porto, e a Academia das Ciências de Lisboa, a quem deu o primeiro presidente, o Duque de Lafões.

Foi perseguida e caluniada. Os comunistas acusaram-na de reacionária e aliada dos grandes interesses financeiros. Os fascistas apodaram-na de plutocrática e ligada ao comunismo e judaísmo internacionais. A Igreja crismou-a de «herética pravidade», ao serviço do demónio...

No entanto, a Maçonaria é apenas uma associação fraternal de pessoas livres e honradas ou, no dizer do rei Frederico II da Prússia (Séc. XVIII), de «homens tranquilos, virtuosos e respeitáveis», que procuram a verdade, lutam pela justiça e querem tornar-se melhores para, assim, participarem na edificação de uma sociedade mais justa. Não discute política nem religião, pratica o livre-pensamento e a tolerância.

Sendo, pois, uma organização comprometida com o mundo, na medida em que pretende moldá-lo pelos seus ideais, poderá objetar-se que não se justifica a sua existência nas sociedades democráticas modernas. Não são os partidos o instrumento privilegiado para realizar as transformações político-sociais que os maçons tanto almejam?

A resposta será encontrada, ou discernida, nas páginas deste livro.

Diremos, porém, desde já, que o objetivo essencial da Maçonaria é o aperfeiçoamento moral e espiritual dos seus membros e a defesa da moral universal. Esta função escapa aos partidos e a outras organizações, e é assaz relevante numa sociedade cada vez mais desumanizada e mercenária, que perdeu quase todas as referências ético-culturais e erigiu o dinheiro como valor supremo. Por outro lado, os partidos são, em geral, simples máquinas de conquista do poder; praticamente despojados dos seus princípios programáticos por um carreirismo desenfreado e tentacular, que ameaça subverter o ideal democrático, ele próprio uma conquista da Maçonaria.

Ora, pertencendo ou simpatizando os maçons com as várias correntes partidárias, poderão aí, mais frutuosa e consistentemente, pugnar pela efetivação das reformas necessárias à construção da nova sociedade. De facto, a Maçonaria não intervem, e não deve intervir, como tal, na vida política. A sua influência manifesta-se apenas indiretamente, através da ação individual e do exemplo dos seus filiados. E sendo a Ordem Maçónica um espaço de diálogo fraterno entre pessoas de todas as ideologias democráticas, pode e deve continuar a desempenhar, por esta via, um papel importante no aperfeiçoamento das instituições, insuflando-lhe os valores morais que são o ágio e timbre de um verdadeiro maçon.

Os partidos, essenciais ao regime democrático, não substituem a Maçonaria como forma de intervenção ético-social. Os seus fins e modos de atuação são completamente distintos. A Maçonaria quer despertar no Homem o sentido do eterno. Os partidos procuram no eleitor a adesão ao efémero.

Mas não pense o leitor que vai ler um livro apologético, e que os maçons são pessoas perfeitas. Ao longo da História cometeram muitos erros e, alguns, adoraram mesmo o bezerro de ouro...

O autor não pretende convencer nem aliciar ninguém, mas apenas informar para que, cada qual, possa fazer um juízo objetivo. A Maçonaria não é um partido ou uma igreja, cuja influência se conta pelo número de prosélitos. A Maçonaria é apenas uma Fraternidade que se julga depositária de valores ancestrais e que procura dar resposta às profundas inquietações que, desde os arcanos da História, palpitam no coração do homem.

Por isso é insubstituível e necessária. Por isso é universal e eterna.

Coimbra, Novembro de 1995.

NOTA À TERCEIRA EDIÇÃO

Há muito esgotado, sai agora a terceira edição refundida deste livro. O seu bom acolhimento mostra que cumpriu o propósito anunciado no prefácio da primeira edição: ser uma simples «introdução» ao conhecimento da história, doutrina e objetivos da Maçonaria.

Esse propósito mantém-se. Mas pareceu-me conveniente desenvolver alguns temas, como o segredo maçónico e a distinção entre a Maçonaria dita liberal, *representada pelo Grande Oriente Lusitano, a que pertence o autor, e a chamada* regular, *representada pela Grande Loja Regular de Portugal, bem como a Maçonaria* feminina *que, entretanto, se consolidou no nosso país.*

Acrescento uma breve referência à Carbonária *e um novo capítulo sobre* humanismo e espiritualidade, *por me parecer útil a uma melhor compreensão da Ordem maçónica.*

Estou convicto que o livro realizou o seu objetivo e contribuiu para abater alguns preconceitos contra uma Sociedade que é, simultaneamente, conforme os ângulos de visão, respeitada e maldita, benfazeja e perversa, escola de valores ético-morais e antro conspirativo.

O tempo, o único juiz imparcial, vai dissipando as dúvidas. Os Maçons que, ao longo dos séculos, lutaram coerentemente pela concretização dos direitos humanos e deixaram o seu nome ligado às grandes reformas político-sociais, são penhor da seriedade e da indispensabilidade da Maçonaria. Continuamos o mesmo caminho, discreta e serenamente. Por esse caminho, apenas esboçado neste livro, e por outras vias de tolerância e convivência ética, o homem há de encontrar-se a si próprio. Então começará o Futuro.

Coimbra, Maio de 2001 (6001 da era maçónica).

António Arnaut

I

A MAÇONARIA: PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Princípios gerais

Maçonaria ou Franco-Maçonaria (de *maçon,* pedreiro), significa, literalmente, *pedreiro-livre,* podendo traduzir-se, modernamente, por *livre-pensador.* A palavra *freemason* surgiu pela primeira vez na Inglaterra em 1376, embora o mais antigo regulamento maçónico date de 1390. Antes desta data são praticamente inexistentes documentos sobre a Maçonaria, porque, não obstante as suas origens mergulharem na mais remota antiguidade, como veremos, os seus ensinamentos, segredos e rituais sempre foram transmitidos, apenas, pela via iniciática e pela tradição oral.

Maçonaria significa, pois, construção. O maçon constrói o seu futuro tornando-se um homem melhor. A Maçonaria constrói o futuro da Humanidade, tornando-a mais justa e perfeita. Este objetivo está inscrito, como pedra angular, nas Constituições maçónicas do mundo moderno. As primeiras Constituições do Grande Oriente Lusitano (G.O.L.), de 1806 e de 1821, não definiam a Maçonaria, mas a de 1836 estabeleceu, no art. 1.º que a Ordem maçónica, «tem por objeto o exercício da beneficência, o estudo da moral universal, das ciências, das artes, e a prática de todas as virtudes». Esta ideia-programa foi transposta, com ligeiras variantes, para as Constituições de 1840 e de 1841, até que em 1878, sob o Grão-Mestrado do Conde de Paraty, a Maçonaria é considerada «uma associação de homens livres, unidos pelos laços do amor fraternal», tendo «por prática as virtudes morais e sociais, e por fim a ilustração da humanidade». A Constituição, de 1926, define a Maçonaria como «uma instituição essencialmente humanitarista, procurando realizar as melhores condições de vida social». A Constituição em vigor, de 1990 (última revisão), define-a como «uma Ordem universal, filosófica e progressiva, fundada na Tradição

iniciática, obedecendo aos princípios da Fraternidade e Tolerância e constituindo uma aliança de homens livres e de bons costumes, de todas as raças, nacionalidades e crenças». O seu escopo é o «aperfeiçoamento da Humanidade através da elevação moral e espiritual do indivíduo».

O *Dicionário Enciclopédico Maçónico,* edição mexicana de 1975, caracteriza-a como «associação universal, filosófica e progressista», que «procura inculcar nos seus adeptos o amor à verdade, o estudo da moral universal, das ciências e das artes», a fim de «melhorar a condição social do homem por todos os meios lícitos e, especialmente, pela instrução, pelo trabalho e pela beneficência».

Os grandes valores da Maçonaria estão sintetizados na sua divisa universal: *Liberdade, Igualdade, Fraternidade* — Liberdade com ordem, Igualdade com respeito e Fraternidade com justiça. A Maçonaria portuguesa tem ainda por lema: Justiça, Verdade, Honra e Progresso.

A Maçonaria não é uma moral nem uma religião. Admite todas as crenças e pratica a moral universal, que tem por base a primeira de todas as virtudes: amar o próximo. A doutrina maçónica é a mais pura das doutrinas, porque é livre de todas as limitações, escolas, teorias ou preconceitos. O livre-pensamento é o único caminho da procura da verdade e não pode, por isso, sofrer qualquer entrave. O livre-pensamento ou livre-exame, pressupõe a *tolerância* e o respeito pelas ideias dos outros. É essa a segunda virtude cultivada pelos maçons. A crença numa sociedade mais perfeita é a sua terceira virtude e a força aglutinadora que, em todos os tempos e em todos os lugares, congregou os «homens livres e de bons costumes» para a tarefa, sempre inacabada, de construir a fraternidade universal. Este objetivo, verdadeira *ideia-força,* exprime-se, na linguagem maçónica, por *«construção do Templo»,* cujo significado iremos explicitando ao longo deste trabalho.

O que é a Maçonaria

A Maçonaria é, pois, uma Ordem iniciática e ritualista, universal e fraterna, filosófica e progressista, baseada no livre-pensamento e na

tolerância, que tem por objetivo o desenvolvimento espiritual do homem com vista à edificação de uma sociedade mais livre, justa e igualitária.

Não aceita dogmas, combate todas as formas de opressão, luta contra o terror, a miséria, o sectarismo e a ignorância, combate a corrupção, enaltece o mérito, procura a união de todos os homens pela prática de uma Moral Universal e pelo respeito da personalidade de cada um, e considera o trabalho como um direito e um dever, valorizando igualmente o trabalho intelectual e o trabalho manual.

É uma *Ordem* no duplo sentido: de instituição perpétua e de associação de pessoas ligadas por determinados valores, que perseguem determinados fins e que estão vinculadas a certas regras e regulamentos.

É *iniciática,* porque, como adiante veremos, só pode nela ingressar quem se submeta à cerimónia da *iniciação,* verdadeiro batismo maçónico, que significa, literalmente, começo, e simboliza a passagem das trevas à «luz».

É *ritualista,* porque as suas reuniões ou trabalhos, como também veremos mais adiante, obedecem a determinados ritos — conjunto de formas — que traduzem, simbolicamente, sínteses de sabedoria, remontando aos tempos mais recuados.

É *universal e fraterna,* porque o seu fim último é a fraternidade universal, ou seja, o estabelecimento de uma única família na face da terra, em que os homens sejam, como no seio da Ordem, verdadeiramente *irmãos,* sem qualquer distinção de raça, sexo, religião, ideologia e condição social. O seu pendor internacionalista não afeta a realidade da Pátria e da Nação. Como escreveu Fernando Pessoa, «a Nação é a escola presente para a Super-Nação futura». Amar a Pátria e a Humanidade é outro dos deveres dos maçons. No final das reuniões é sempre dada a palavra a quem dela queira usar «a bem da Pátria e da Humanidade».

É *filosófica,* porque, ultrapassada a fase *operativa* (corporações de arquitetos e construtores medievais), transformou-se, a partir dos alvores do séc. XVIII, numa associação de caráter especulativo, procurando responder às mais profundas interrogações do homem. Conserva, contudo, o vocabulário, os utensílios e a simbologia dos construtores dos templos. Afinal, o fim último da Maçonaria é, como vimos, a *construção* de um homem novo e de uma sociedade nova. Por isso, todos os seus

ritos assentam na ideia de construção e são baseados na geometria, a mais nobre das artes, porque só ela permite compreender a medida de todas as coisas. Assim se justifica que a régua, o esquadro e o compasso continuem a ser instrumentos privilegiados do pensamento maçónico.

É *progressista,* porque visa o progresso da Humanidade, no pressuposto de que é possível um homem melhor numa sociedade melhor. Encurtar as desigualdades e reduzir as injustiças sociais é um dos seus objetivos, através da elevação moral e espiritual do indivíduo. Porém, a Maçonaria não é uma instituição política e, muito menos, partidária. Está acima de todos os partidos e fações, coexistindo nela pessoas das mais diversas sensibilidades, crenças e ideologias. A política que pratica é a política no verdadeiro sentido da palavra: a «polis», como forma de servir a sociedade. A Maçonaria é, assim, um espaço de diálogo e de tolerância. A sua influência no mundo profano não se exerce diretamente, pois não estabelece diretivas nem impõe qualquer tipo de intervenção concreta, mas apenas *indiretamente,* através do exemplo, da pedagogia e da influência individual dos seus membros nos locais onde exercem a sua atividade: no emprego, nos partidos, nas organizações cívicas e sociais. Na linguagem simbólica que utiliza, o seu propósito é transformar a «pedra bruta» na «pedra cúbica», a fim de «construir o templo», ou seja, fazer com que o indivíduo, egoísta e isolado, se transforme num ser social e fraterno, cidadão de pleno direito e parte inteira, irmão de todos os homens e mulheres.

É *livre-pensadora,* porque não aceita dogmas, pratica a tolerância e respeita a liberdade absoluta de consciência. O maçon tem o direito de examinar e de criticar todas as opiniões e de discutir todos os problemas, sem quaisquer peias ou limitações. A Maçonaria é antidogmática, tanto no aspeto político, como religioso ou filosófico. A política e a religião pertencem ao foro íntimo de cada um e não podem ser discutidas, salvo nos termos genéricos acima referidos, para não abalar a união do povo maçónico, pois, como se disse, a instituição congrega pessoas de todas as crenças ou sem crença nenhuma, e de todas as ideologias não totalitárias.

Assim, é rotundamente falsa a acusação que vem dos tempos do «Santo Oficio» e que foi retomada pela ditadura deposta em 25 de Abril de 1974 de que o maçon, ou pedreiro livre, é contra a religião. Muitos e ilustres

membros da Ordem foram e são crentes e, até, bispos e cardeais. E destes, alguns ocuparam a cadeira de S. Pedro.

A Maçonaria aceita, aliás, a existência de um princípio superior, simbolizado no *«Supremo Arquiteto do Universo»,* que não tem definição e que cada um interpreta segundo a sua sensibilidade ou convicções. Para uns será o Deus em que acredita, para outros o Sol, fonte da vida, a própria natureza, a lei moral ou ainda a resultante de todas as forças que atuam no universo. Esta ideia implica o respeito por todas as religiões, pois todas são igualmente verdadeiras, sem prejuízo do necessário combate ao fanatismo e à superstição.

Segundo as *Constituições de Anderson,* frade escocês do séc. XVIII, a *Magna Carta* da Maçonaria moderna, o maçon é obrigado a obedecer à lei moral, mas «nunca será um ateu estúpido, nem um libertino irreligioso». Nos tempos remotos e medievais, o maçon era obrigado a perfilhar a religião do seu país. Mas depois do *Iluminismo* e das reformas modernas, considerou-se mais adequado, como, aliás, se reconhece nas referidas constituições, apenas lhe impor a religião sobre a qual todos estão de acordo, e que consiste em amar o próximo, fazer o bem e ser homem bom, de honra e probidade. Deste modo, a Maçonaria é uma casa de união entre ateus, agnósticos e pessoas dos mais diversos credos, que não se discutem por pertencerem à zona inviolável da consciência de cada um. É este o sentido de divisa maçónica: *Deus meumque jus.*

Deve, porém, dizer-se que a Maçonaria dita regular, tradicional ou de via sagrada, por oposição ao ramo liberal ou laico, impõe, como veremos adiante, a crença em Deus e na imortalidade da alma, excluindo também as mulheres. Este facto viola, em nosso entender, *o princípio* maçónico e constitucional da *igualdade* (art. 13.º da Constituição da República Portuguesa).

Ao manter velhas regras de 300 anos (landmarks), apesar de apenas em 1817 terem sido reduzidas a escrito, e que teima em não adequar aos valores ético-humanistas do nosso tempo, o ramo tradicional ou anglo- saxónico exclui da dignidade maçónica três quartos da Humanidade.

Os *landmarks,* como veremos adiante, são preceitos imutáveis e, por isso, alguns deles inadaptáveis ao mundo moderno. Não obstante, a maçonaria liberal ou adogmática, como o Grande Oriente Lusitano, aceita

muitas dessas antigas regras, de entre as quais os processos de reconhecimento por sinais e palavras ancestrais, o direito de cada maçon visitar qualquer Loja do mundo, a proibição de discutir, em Loja, política ou religião, e a igualdade absoluta dos maçons, independentemente dos cargos ou posições que tenham no mundo profano. Mas não aceita certas imposições dogmáticas, como as referidas acima, porque a Maçonaria é uma filosofia e não uma teologia.

II

ORIGENS E EVOLUÇÃO:
DA MAÇONARIA OPERATIVA À MAÇONARIA ESPECULATIVA

Origens

A origem da Maçonaria antiga está envolta na névoa dos tempos, das lendas e dos mitos. Alguns fazem mergulhar as suas raízes aos mistérios persas ou dos magos, dos Brâmanes (5.000 anos), dos egípcios (Isis e Osíris — 3.000 anos), dos gregos (Cabyres, Ceres e Elêusis — 2.000 anos), dos judeus (especialmente dos Essénios e de Salomão), dos romanos (culto de Mitra) dos Galo-Celtas (Druidas) e mais modernamente, à Ordem dos Templários, fundada em 1117.

Todos estes mistérios destinavam-se a reservar a certas elites os segredos da religião, da astronomia, da filosofia, das artes e das ciências primitivas, como a alquimia. Só eram revelados pela *iniciação* dos escolhidos, através de uma linguagem figurada e simbólica, que deu origem a diversos rituais de que ainda há vestígios na Ordem Maçónica. Cristo teria sido iniciado, e a sua doutrina seria a revelação dos mistérios Essénios.

Há também quem, embora admitindo a influência do hermetismo antigo, entenda que a Maçonaria nasceu com a construção do Templo de Salomão (Séc. X a.C.), ele próprio iniciado nos mistérios de Elêusis, e está ligada ao mito bíblico de Hiram, ou Hiram Abiff, o seu arquiteto.

O Templo, símbolo da Tolerância, demorou sete anos a construir e empregou cerca de 100.000 operários, incluindo 8.000 pedreiros. Como era impossível conhecer tantos servidores, Hiram classificou-os em três graus ou categorias — aprendizes, companheiros e mestres — e deu-lhes, para os reconhecer e se reconhecerem entre si, palavras e toques conforme o grau. Tais sinais, à exceção dos de mestre, que se perderam com a sua morte, são os mesmos ainda hoje usados em todos os ritos da Maçonaria.

Quando o Templo estava quase concluído, três maus companheiros, não tendo logrado alcançar a mestria e o respetivo salário, conjuraram-se para extorquir de Hiram os sinais de mestre. Esconderam-se, cada um, em uma das três portas do Templo, numa tarde em que o arquiteto, depois da saída dos operários, inspecionava os trabalhos.

Quando Hiram saía pela porta do ocidente, o primeiro companheiro, armado com uma régua, impediu-lhe a passagem, pedindo-lhe a palavra sagrada e o sinal do grau. O Arquiteto recusou e o traidor desferiu-lhe uma paulada, que o atingiu no ombro. Hiram fugiu para a porta do norte, onde estava o segundo companheiro que agiu da mesma forma e, perante igual recusa, lhe vibrou uma pancada com o esquadro. Hiram tentou então escapar-se pela porta do oriente, mas foi interpelado pelo terceiro companheiro que, tendo feito a mesma exigência e recebido idêntica recusa o agrediu violentamente na fronte com um maço, provocando-lhe a morte.

Os assassinos transportaram a vítima para fora da cidade e enterraram--no em local assinalado com um ramo de acácia. Ali foi encontrado, mais tarde, pelos outros mestres. Segundo a lenda, estes haviam combinado que o primeiro sinal que fizessem e as primeiras palavras que proferissem ao descobrirem o cadáver, ficassem para sempre como o sinal e a palavra sagrada de mestre. Quiseram, assim, acautelar a eventualidade de os sinais correspondentes ao grau terem sido descobertos pelos assassinos.

Tais palavras e sinais, que apenas são revelados quando um companheiro ascende ao grau de mestre, ainda hoje são utilizados. Também os graus estabelecidos por Hiram constituem, tantos séculos volvidos, os três primeiros graus da Maçonaria. Aliás, a reconstituição da lenda faz parte essencial do rito de elevação à condição de mestre maçon.

O assassínio de Hiram interrompeu os trabalhos e o Templo de Jerusalém ficou por concluir, sendo mais tarde destruído pelos caldeus e pelos romanos.

Os maçons procuram desde então a palavra de Mestre, a fim de o poderem reconstruir. Esta palavra perdida é a essência do segredo maçónico. A sua descoberta permitirá a ressurreição simbólica do arquiteto e a construção do novo «Templo», símbolo da fraternidade universal.

Estas lendas e mitos não têm confirmação histórica, salvo a existência de Hiram, que vem referido na Bíblia (Primeiro Livro dos Reis, Vll-13-14).

Porém, as lendas e os mitos não são mais do que alegorias de uma realidade perdida. E, sem dúvida que a Maçonaria, como ideal de transformação do mundo e de conhecimento da origem e destino do homem, é tão antiga como a Humanidade. A sobrevivência, nos seus rituais, de símbolos e signos milenários é a prova de que guarda, nos seus escaninhos secretos, a essência da sabedoria remota.

Maçonaria Operativa

Historicamente apenas podemos afirmar que a Ordem Maçónica é herdeira das associações de artistas do mundo antigo, especialmente do Egito, da Grécia e de Roma, e está ligada às corporações de pedreiros da idade média (Séc. VIII). A religiosidade então dominante exprimiu-se, sobretudo, na construção de templos e catedrais góticas, todas, de resto, semeadas de sinais maçónicos, como acontece, entre nós, na Batalha, em Tomar e nos Jerónimos. Os arquitetos e construtores desses monumentos tinham de ser dotados de profundos conhecimentos técnicos, científicos e artísticos. Surgiram, assim, corporações de arquitetos, escultores, lavradores de pedra e operários especializados. Estas corporações gozavam de certos privilégios e eram protegidas pelo poder temporal e espiritual. O Papa Nicolau III concedeu aos seus membros, em 1277, o título de *pedreiros livres,* que implicava a isenção de impostos, da jurisdição ordinária e da obediência aos regulamentos municipais e aos éditos dos reis, bem como a liberdade de circulação.

Tais conhecimentos eram interditos a elementos estranhos, pois a sua divulgação e entrada no domínio público implicavam a perda de prerrogativas. Por isso, apenas eram transmitidos secretamente nas *lojas* (local de reunião dos maçons) pelos mestres aos discípulos de reconhecida aptidão e honorabilidade, após um juramento solene. Assim surgiu a *maçonaria operativa* (de operários-construtores) e o *segredo maçónico* ou iniciático.

Há notícias históricas de que o chefe destas corporações passou a designar-se em Inglaterra, a partir de 1278, por *Mestre Maçon,* o mesmo sucedendo em França com a construção da catedral de Notre-Dame (1283).

Evolução

A Reforma de Lutero e o livre-pensamento dela emergente abriram fissuras no poder pontifício de Roma. Uma nova classe, constituída principalmente pela burguesia, pela intelectualidade laica, por magistrados, universitários, nobreza progressista e militares, submergiu a antiga casta católico-romana. A Reforma vibrou, assim, um rude golpe nas corporações de maçons que, pouco a pouco, se foram extinguindo por ter cessado a febre da construção de templos. Em 1703 só subsistiam na Inglaterra. E foi justamente aí que, provavelmente, para evitar o seu completo desaparecimento, a Loja de S. Paulo franqueou as suas portas a pessoas não iniciadas na arte da construção, deliberando que «os privilégios exclusivos dos maçons-construtores poderão, de agora em diante, tomar-se extensivos às pessoas de qualquer classe ou condição que queiram pertencer à Instituição, desde que seja aprovada a sua admissão e depois de serem regularmente iniciados».

Estava aberto o caminho para a *laicização* da Maçonaria de origem católico-corporativa. Não foi uma rotura com a sua matriz primordial, mas uma adaptação realista ao mundo moderno, onde a espiritualidade tem de conjugar-se com o progresso moral e material da Humanidade.

Entretanto, as novas correntes sócio-políticas emergentes das revoluções americana e francesa provocaram um verdadeiro abalo sísmico nos alicerces do antigo regime. A Maçonaria, que inspirou aqueles e outros movimentos libertadores, envolveu-se naturalmente na criação de um *homem novo* e na construção de uma sociedade melhor. Era imperioso adaptar-se aos ventos da História, sob pena de mergulhar no silêncio das vozes apagadas pela erosão dos tempos. Adaptou-se e renasceu com redobrado vigor, mantendo-se fiel à sua missão, que é a de ser uma «luz» na escuridão circundante, uma *força operativa* na transformação do mundo, um movimento de progresso, de paz e de fraternidade.

Maçonaria filosófica

A nova situação e a filosofia prevalecente, contrárias ao absolutismo *e* ao poder aristocrático e clerical, impuseram, como vimos, a *adoção* de

novos prosélitos, quase todos membros destacados de instituições culturais *e* científicas, que levaram para as lojas os valores da tolerância e do universalismo, na esteira dos utopistas Bacon e Campanella. Manteve-se, porém, a forma gremial — iniciação, rito, segredo — mas alterou-se o seu conteúdo e objetivos. A Maçonaria operativa transformou-se em *Maçonaria filosófica ou especulativa,* também conhecida por Franco-Maçonaria. O escopo da Ordem deixou de ser a construção de templos, em concreto, para se tornar, metaforicamente, na construção do *templo ideal,* ou seja, como já dissemos, na edificação de um mundo melhor, justo e fraterno, semelhante a uma loja maçónica, onde todos os obreiros são livres, iguais e verdadeiramente irmãos. A simbologia, e os apetrechos arquitetónicos, (como a régua, o prumo, o esquadro e o compasso), permaneceram, emblematicamente, como «instrumentos» da Maçonaria moderna.

O movimento renovador foi iniciado em Inglaterra, como vimos. Em 24 de Junho de 1717, dia da festa de S. João Baptista, patrono da Maçonaria, as quatro lojas de Londres reuniram conjuntamente e deliberaram criar um órgão federador, denominado *Grande Loja de Londres,* dirigida por um Grão-Mestre. O objetivo era preservar o espírito e os valores maçónicos, bem como a regularidade das lojas.

O já referido teólogo e pregador, James Anderson, foi encarregado de coligir os velhos regulamentos (*Old Charges*), em colaboração com o pastor francês Jean Théophile Désaguliers. Em 1723 foi publicada a obra que ficou conhecida por *Constituições de Anderson,* ainda hoje o principal corpo jurídico da Maçonaria.

O movimento irradiou por todo o mundo. Em 1732 havia em Inglaterra 109 «oficinas». Em meados do séc. XVIII a Maçonaria estava fortemente implantada na França (quase todos os enciclopedistas eram maçons), nos demais países europeus, incluindo Portugal, e na América, onde teve um papel decisivo no surgimento dos novos Estados independentes.

Contudo, a velha Loja de York, formada por maçons *antigos* (por oposição aos modernos ou *aceites),* resistiu à corrente renovadora até 1813, data em que se dá a reconciliação e a fusão na *Grande Loja Unida,* sendo eleito o Duque de Sussex como Grão-Mestre.

A Bíblia continuou a ser o livro sagrado, embora prevalecesse a conceção reformista, contrária à dogmática católica. Atualmente a Maçonaria

tem dois grandes ramos: o tradicionalista, dito regular, representa a corrente conservadora, reconhecida pela Grande Loja inglesa. Exige a crença em Deus e na imortalidade da alma, não admitindo mulheres, pois o artigo III das *Constituições* interditava a entrada a «escravos e mulheres». Esta restrição, compreensível para o espírito da época, é hoje indefensável à luz das proclamações dos Direitos Humanos para os quais a Maçonaria contribuiu decisivamente, e que proscrevem qualquer discriminação baseada no sexo, raça ou religião. Já não existe, felizmente, escravatura legal, e a mulher conquistou a plena igualdade *e* cidadania. De resto, é uma verdade histórica que a mulher foi admitida em Lojas da Maçonaria operativa, como se comprova pelo *Livre des Métiers de Paris,* de 1268, pelos estatutos da Guilda dos Carpinteiros de Norwich (1375) e da Loja de York (1693). Em 1735 é criada na Alemanha uma Ordem maçónica mista, e em 1771 o Grande Oriente da França reconhece as Lojas femininas. A imperatriz Josefina foi Grão-Mestre da loja «Santa Carolina».

O ramo liberal, a que os irmãos ortodoxos chamam irregular (impropriamente, porque a regularidade de uma loja afere-se pelo respeito das regras para a sua instalação e funcionamento), não exige a crença em Deus, admitindo crentes e descrentes, pois entende não dever excluir do seu seio os homens bons e retos, de «honra e probidade», qualquer que seja a sua atitude perante a religião, e por coerência com os princípios da universalidade, da fraternidade e da tolerância, que são valores maçónicos essenciais. Estes valores impõem também o reconhecimento da Maçonaria feminina. As obediências liberais estão filiadas no C.L.I.P.S.A.S. (Centro de Ligação e de Informação das Potências Signatárias do Apelo de Strasburgo) fundado em 1961, como é o caso do *Grande Oriente Lusitano* (G.O.L.). Foi esta divergência doutrinal que provocou, em 1985, a saída da Casa-Mãe da Maçonaria Portuguesa de um grupo de Irmãos e a fundação posterior da *Grande Loja Regular de Portugal,* como veremos adiante.

Não obstante a divisão de águas, como um rio que se bifurca, mas que se encontra no seu destino final, os maçons de todas as obediências e ritos trabalham com o mesmo objetivo, respeitando-se e tratando-se como Irmãos.

As potências signatárias do *Apelo de Strasburgo* proclamaram solenemente «que as diferenças entre as tradições, os ritos, os símbolos e as

opiniões filosóficas, longe de serem fonte de divisão constituem, pelo seu contributo mútuo, ao mesmo tempo um estímulo moral e um enriquecimento espiritual para a compreensão e efetivação da ética maçónica, baseada na tolerância, no respeito pelo próximo, na ligação às liberdades, no sentido da solidariedade, no gosto pela justiça, no combate pelo progresso da sociedade humana e na prática da fraternidade».

No espírito dos signatários do referido *Apelo* «não existe qualquer razão para que a Maçonaria não abra as portas a *todos* os homens de bem e leais, quaisquer que sejam a raça, o nível social ou a opinião filosófica. As únicas condições que a Maçonaria aceita são baseadas nas qualidades morais e intelectuais dos candidatos».

O projeto de uma Europa unida — de nações livres e iguais, baseada na paz, no progresso e na Justiça Social —, é também obra dos maçons sem distinção de obediências. Se a Comunidade construir, de facto, a Europa dos direitos sociais, talvez se tenha iniciado o que Krause, filósofo maçónico alemão do séc. XIX, chamou a terceira etapa da Maçonaria, depois das fases operativa e especulativa, ou seja, a transformação do mundo na verdadeira «Aliança da Humanidade».

III

RITUAL • INICIAÇÃO • ESOTERISMO • SEGREDO MAÇÓNICO

Ritual

Rito ou ritual é o conjunto de signos (fórmulas, sinais e palavras) destinado a regular certos atos. A existência de ritos vem dos tempos mais remotos e pode ser detetada em todas as épocas e lugares. O ritual impregna a vida e está presente nas situações mais comuns do quotidiano: numa parada militar, nos tribunais, num aperto de mão.

Os ritos, no sentido aqui considerado, revestem um significado que vai além do gesto ou da simples declaração, *transformando-os* de acordo com conteúdos predeterminados. Quando se coloca uma coroa na cabeça de alguém, transforma-se essa pessoa em rei, verdadeiro ou figurado. Quando o padre ou o oficial do Registo Civil pronuncia a fórmula «eu vos declaro marido e mulher», a relação social entre dois indivíduos sofre uma mudança qualitativa. No direito antigo a prolação de palavras sacramentais era condição essencial da validade dos contratos. Os atos de culto de todas as religiões são, outrossim, um conjunto de rituais destinados a transmitir aos crentes o sentido do transcendente. Ainda hoje subsistem nalguns países ritos da puberdade e da primavera.

A palavra, os gestos e os sinais do rito destinam-se a desencadear um efeito sobre a realidade, transformando-a, através do apelo à inteligência analógica que se desdobra, segundo Fernando Pessoa, na «consciência intelectual dos outros» e na «consciência intelectual do mundo». Tais atos não são, pois, meramente declarativos, mas reveladores de uma verdade oculta, por isso que são dotados de uma particular força psicológica, a chamada *força elocutiva*. A eficácia do rito, o seu significado profundo, está, assim, na força que lhe é atribuída, previamente consciencializada. Neste processo de comunicação, o recetor da mensagem *sente-a,* mais do

que a ouve e vê. O rito é, afinal, uma forma sensível de tocar o insensível, de dar conteúdo ao mito e regressar ao tempo primordial.

O *rito maçónico* é, do mesmo modo, um conjunto de signos apenas compreensíveis para os iniciados, conforme os graus. Tem um significado histórico-moral e constitui um instrumento de acesso à sabedoria, pois é o fio condutor da verdade inicial e dos valores eternos. Compreende um acervo de sinais, toques, palavras, símbolos e elementos decorativos de grande riqueza alegórica. Remonta aos arcanos do tempo, embora tenha estabilizado a partir do séc. XVIII.

A sua remota origem permite estabelecer uma ligação íntima com os mistérios pré-históricos e das sociedades primitivas. Há signos que permanecem intactos há milénios, sendo curioso anotar que algumas esculturas que vemos nos museus cristalizaram gestos e sinais ainda hoje usados nos trabalhos maçónicos.

Verdadeiramente, porém, os *segredos* da Maçonaria são transmitidos pelo silêncio e pela intuição a que Fernando Pessoa chamou a «inteligência da emoção». Só uma apurada sensibilidade, que aumenta à medida que se progride nos trabalhos da loja, permite compreender o seu significado profundo e o seu simbolismo comunicativo. Por vezes, o silêncio é a melhor forma de compreensão, porque *há verdades que se sentem mas que não se exprimem.*

Ao longo dos tempos a Maçonaria adotou vários ritos. Atualmente os mais usados são o Rito Escocês Antigo e Aceite, o Rito Francês e o Rito Simbólico Regular. O primeiro suplanta largamente os restantes no continente Europeu, África e Ásia. Atribui-se a sua fundação a Frederico II, Rei da Prússia, iniciado em 1738. O seu inspirador foi, porém, o escocês André-Michel de Ramsay (1686-1743).

Todos os ritos têm em comum a adoção dos três graus simbólicos da Maçonaria operativa: aprendiz, companheiro e mestre. O Rito Escocês admite 33 graus, o Francês queda-se pelos sete e o Regular, praticado, em geral, pela Maçonaria inglesa e norte-americana, reconhece apenas os três graus tradicionais, embora possa admitir outros. Foi, provavelmente, o primeiro rito introduzido em Portugal, o que não admira, porque, como veremos, foram os ingleses que fundaram no nosso país as primeiras lojas maçónicas.

O Rito Simbólico Regular distingue-se ainda dos outros por ser teísta e judaico-cristão, exigindo a crença num Deus revelado e na imortalidade da alma, como já referimos, bem como a aceitação dos *landmarks,* preceitos religiosos e morais, de origem bíblica, acolhidos pelas corporações medievas, considerados imutáveis, como os marcos da terra: «não mudes os marcos antigos postos pelos teus pais» — *Deuteronómio,* 19-14, e *Provérbios,* 22-28. Um desses preceitos, inteiramente desajustado ao pensamento atual e do próprio Cristianismo, exclui as mulheres da Maçonaria. É por seguir tais antigas regras, que o ramo tradicional da Maçonaria se auto designa por *regular,* o que não significa que o ramo liberal ou adogmático seja irregular.

Iniciação

A iniciação constitui, como dissemos, um verdadeiro «batismo» maçónico. Significa, literalmente, *início, entrada* e é, de facto, o começo de uma vida nova. É através da iniciação que o candidato (profano) ingressa na Ordem, *transformando-se em Irmão* (forma de tratamento dos maçons) e inicia a aprendizagem dos segredos da Maçonaria, saindo das «trevas» para a «luz».

Esta alegoria é corporizada na venda colocada sobre os olhos do iniciando e que apenas é retirada, caso seja aprovado, no final da cerimónia. À escuridão em que se manteve sucede então o conhecimento da realidade envolvente — a loja ritualmente preparada e os Irmãos decorados conforme o grau. É ainda para traduzir a ideia de *renascimento* que o neófito adota, em algumas obediências, um nome simbólico, normalmente escolhido entre as figuras que honraram a história pátria ou universal pelos seus feitos, qualidades e virtudes (como, por exemplo, Egas Moniz, Martim de Freitas, Alexandre Herculano, Pitágoras, Galileu ou Gandhi) e pelo engrandecimento que trouxeram à Maçonaria (Voltaire, Montesquieu, Garibaldi, Jorge Washington, Lincoln ou Roosevelt, os três últimos presidentes dos Estados Unidos). O nome simbólico, usado em loja, servia ainda, nos países em que a Maçonaria estava banida ou era perseguida, para ocultar a identidade civil.

A iniciação é a mais importante cerimónia maçónica e o ato mais relevante da vida de um maçon. A sua origem não é apenas simbólica, mas resultou da necessidade que as antigas sociedades secretas sentiram de conservarem em rigoroso sigilo os seus mistérios e de propagar as suas doutrinas. É por isso que só deve ser admitido à iniciação quem revele especiais qualidades para assumir os objetivos da Maçonaria e esteja disponível para agir em coerência com os seus valores. Como escreveu Oliveira Martins, deve ter «energia para combater, lucidez para compreender, força para resistir, conformidade para sofrer».

Deve, pois, tratar-se de uma pessoa de reta formação e possuidora de um espírito maçónico, ou seja, como é corrente dizer-se, de um «maçon sem avental».

A iniciação termina com o seguinte juramento, prestado sobre a Bíblia ou outro livro Sagrado, ou sobre a Constituição, conforme a preferência do neófito (Rito Escocês):

> «Pela minha honra, de minha livre e espontânea vontade, na presença do Supremo Arquiteto do Universo e desta Respeitável Loja, juro e prometo, solene e sinceramente, não revelar nunca os segredos e mistérios da Maçonaria atualmente meus conhecidos ou que de futuro venha a conhecer, senão a um bom amigo e legítimo maçon ou numa loja regularmente constituída; a não dizer nem por qualquer forma divulgar o que puder ver e ouvir, ou acidentalmente descobrir dentro ou fora das assembleias maçónicas, sem que para isso haja obtido licença dos corpos superiores, legalmente constituídos, e somente pela forma que me for indicada; a trabalhar com zelo, constância e regularidade na obra da Maçonaria, procurando a Verdade; a amar os meus Irmãos e ajudá-los; a pôr em prática a lei da solidariedade humana, que é a doutrina moral da Maçonaria; a proteger os fracos, a praticar a justiça para com todos, a dedicação para com a Pátria e a família, e a dignidade para comigo próprio. Igualmente juro e prometo observar a Constituição e o Regulamento Geral, as leis do Rito Escocês Antigo e Aceite, o Regu-lamento desta Respeitável Loja e do Grande Oriente Lusitano, e todas as leis maçónicas em vigor.»

A cerimónia obedece, tradicionalmente, a um rigoroso ritual que começa numa «câmara de reflexão», preparada para o efeito, onde o candidato é colocado perante si próprio e responde a um questionário. Procura-se que tome, serenamente e em consciência, a decisão de ingressar ou não na Maçonaria. Segue-se um conjunto de provas destinadas a avaliar as suas qualidades morais e a sua aptidão intelectual para compreender os valores e os mistérios da Ordem.

Atualmente, o ritual foi simplificado, mas mantém-se o simbolismo ancestral, absolutamente necessário para operar no iniciando (postulante ou recipiendário, na linguagem maçónica) uma *mudança ontológica,* a passagem de um estado considerado inferior para um novo estado reputado superior. No fundo, a iniciação ritualiza o mito cosmogónico da criação do homem, fazendo participar o iniciado, através da «iluminação» interior, na plenitude do tempo primordial. Implica não apenas a mudança de estado (o renascimento) mas a partilha gradual do segredo maçónico, conforme os graus atingidos. É, por isso, uma revelação do saber que une todos os que dele compartilham e que, desse modo, permite transcender a precariedade humana e tornar compreensível o sagrado (não confundir com religioso).

Em termos gerais, a iniciação maçónica compreende três *viagens.* A primeira representa a infância, idade em que se deve receber a educação. A segunda simboliza a adolescência e o complemento da instrucção. A terceira destina-se a figurar a idade adulta, ou seja, o homem como *ser social,* comprometido com o seu semelhante, visto nada poder fazer de válido, isoladamente.

Se o candidato obtém aprovação, é-lhe ensinada a palavra sagrada do primeiro grau (aprendiz) e os respetivos sinais e toques para ser reconhecido e reconhecer os seus Irmãos. Depois presta o juramento já referido, sendo-lhe imposta a insígnia do grau (avental branco).

Esoterismo

A iniciação como, de resto, o ritual maçónico, assumem, por vezes, formas esotéricas herdadas dos antigos, especialmente de Pitágoras,

Moisés, Zoroastro e Jesus Cristo. Não deve estranhar-se o facto, pois o esoterismo (do grego *eisôtheô,* faço entrar) está presente em muitos atos diários (como, por exemplo, na colocação de uma ferradura à entrada de casa, ainda comum no mundo rural) e em obras de que são exemplo o *Fausto,* de Goethe, a *Flauta Mágica,* de Mozart, ambos maçons, e a *Mensagem,* de Fernando Pessoa que, segundo alguns, teria sido iniciado no rito inglês do Royal Arch.

Trata-se de descobrir o oculto, a *outra face,* através de signos cuja compreensão está no mais íntimo de nós.

Não foi por acaso que *Janus* é o deus da iniciação na antiguidade, pois tem duas faces, uma anterior e outra posterior. Mas existe ainda uma terceira face, a invisível, que a Maçonaria procura desvendar através dos seus rituais. Trata-se afinal, de alcançar um *conhecimento* que, como diz Platão (VIl Carta) «não é de modo nenhum comunicável por palavras, como acontece com os outros conhecimentos, mas sim, após uma longa convivência a esse fim precisamente destinada *e* depois de se ter vivido em conjunto, instantaneamente, qual luz proveniente de uma chama palpitante que, uma vez surgida na alma passa a nutrir-se por si própria».

Contrariamente às religiões que, sendo prosélitas e arrogando-se a verdade absoluta, admitem qualquer pessoa, e são, nesse sentido, *exotéricas,* a Maçonaria só aceita quem possua determinadas qualidades, e entre elas, a capacidade para compreender os seus mistérios. Só neste sentido a Maçonaria é *esotérica.*

O que, simbolicamente, a Maçonaria pretende é reencontrar a *palavra perdida* por Mestre Hiram, remontando à tradição baseada no dualismo trevas/luz, masculino/feminino: o *pai* universal que fecunda a *mãe,* na simbologia das *duas colunas* do Templo de Salomão, chamadas *Jachin* (ou Jakin) e *Boaz,* ainda hoje presentes nas lojas maçónicas.

A primeira coluna, situada à direita, simboliza o Sol, a masculinidade, a força e o fogo interior. A segunda, do lado esquerdo, é consagrada à Lua, a mulher (no Rito Francês a posição inverte-se). O conjunto representa a fecundidade e a necessidade de renascer. As colunas são encimadas por três romãs semiabertas, dispostas em triângulo, representando, segundo o simbolismo bíblico, a fraternidade e a fecundidade.

É entre estas duas colunas, à entrada do Templo, que o neófito vê a «luz», tornando-se maçon, assim renascendo para um novo estado. A compreensão desta alegoria é decisiva para o seu progresso espiritual e moral.

Segredo Maçónico

A Maçonaria não é uma organização secreta, pelo menos, nos regimes democráticos que garantem o direito de livre associação para fins lícitos. A sua existência, regulamentos e locais de reunião são conhecidos pelas autoridades e por muitos cidadãos. Em Portugal, o Grande Oriente Lusitano tem a sua sede no Palácio do Grémio Lusitano, situado na Rua do mesmo nome, ao Bairro Alto, Lisboa. As obediências ditas «regulares» (Grande Loja Regular de Portugal e Grande Loja Legal de Portugal *I* G.L.R.P.) a que adiante aludiremos, estão sediadas em Cascais e Lisboa, respetivamente. É, pois, uma organização *discreta,* na medida em que não está aberta ao público e reserva apenas aos seus membros o conhecimento de certas práticas e saberes. Nisso consiste o segredo maçónico. Contudo, qualquer cidadão, pode visitar o Museu do G.O.L., e frequentar a biblioteca ou o bar-restaurante, desde que acompanhado por um maçon.

Porém, como dissemos, o conteúdo do segredo não é tanto o que se vê e ouve, mas o que se sente e, por isso, não pode, verdadeiramente, exprimir-se. De facto, o segredo maçónico é *incomunicável,* pois reside essencialmente no simbolismo dos ritos, sinais, emblemas e palavras. E estes, embora possam ser conhecidos e divulgados, só são compreensíveis pelos iniciados. Como um maçon escreveu «não há nenhum segredo nos nossos mistérios para além dos que residem na guarda inviolável das palavras». Assim como um poema pode ter uma interpretação que transcende a sua literalidade e que escapa, por vezes, ao próprio autor, devendo o seu sentido captar-se com os olhos da alma (e por isso se fala no *mistério* da poesia, que alguns ligam à alquimia da palavra), também o essencial dos rituais está para além dos órgãos sensitivos, devendo a sua interpretação procurar- se no subconsciente. Subconsciente (ou inconsciente) que, no caso do maçon, é *iluminado* pela iniciação.

Daí a importância, já relevada, desta cerimónia. Tão importante ela é que, mesmo que o iniciado se desligue da Ordem, permanecerá sempre maçon. O ato simbólico de ter visto a «luz», jamais poderá ser apagado da sua consciência.

É, por isso, que se for readmitido não tem que voltar a ser iniciado, nem de passar pelos graus que já obteve.

E eis como o segredo maçónico é, ele próprio, um mistério inviolável. Aos maçons que caíram nas garras dos torcionários de todos os tempos, os Torquemadas, os Pina Maniques e os carrascos da Pide, podem ter-lhes sido arrancadas «informações» sobre a Augusta Ordem. Mas é certo, tão certo como uma equação matemática, que esses tenebrosos serventuários das trevas não lobrigaram uma partícula, sequer, da argamassa que, desde há milénios, sustenta simbolicamente o Templo de Salomão — a procura da *palavra perdida*.

Um segredo *interior,* apenas ritualmente intuído, como um sentimento indizível, não pode ser exteriorizado.

Noutro plano, o segredo maçónico impede o maçon de revelar a identidade dos seus «Irmãos», embora seja livre de se afirmar como tal.

É interessante anotar que a vinculação ao segredo iniciático é muito antiga. Pitágoras, que viveu entre 584 e 496 a.C., fundou em Cretone, sul de Itália, uma Escola ético-filosófica de purificação do homem, obrigando os iniciados a guardar absoluto sigilo. Apuleio, falecido no ano 180, afirma, por intermédio do narrador do seu livro «O Asno de Ouro», o seguinte: «depois celebrei o festivo dia da minha iniciação como se fora o do meu nascimento», descrevendo algumas cerimónias iniciáticas e advertindo o leitor de que apenas vai referir «O que, sem crime, pode ser enunciado à inteligência dos profanos».

A questão do segredo e do juramento tem alimentado, ao longo dos tempos, o antimaçonismo militante, pois, argumenta-se, se a Ordem não tivesse fins subversivos e imorais, não se justificava a sua alegada secretude. Porém, o segredo tem apenas o significado já aludido, e o juramento, atrás transcrito, desmonta todas as críticas. A envergadura ético-moral dos grandes vultos da Maçonaria, e o seu contributo para a construção de uma sociedade mais livre e justa, desde Lincoln a Ana de Castro Osório, de

António José de Almeida a Jaime Cortesão, são penhor dos nobres princípios maçónicos.

A circunstância de muitos Irmãos não se assumirem publicamente, deve-se apenas aos preconceitos ainda existentes, constituindo um problema do foro privado, como a religião ou a ideologia. Pela nossa parte, entendemos que os maçons devem, tendencialmente, arcar com a responsabilidade cívica da sua condição, o que, se os torna o alvo preferido de críticas malévolas, os dignifica perante os seus concidadãos, desde que, evidentemente, se comportem, no mundo profano, à altura dos valores inerentes à Maçonaria.

Por outro lado, tenho defendido que a própria Maçonaria deve, em casos excecionais, ter uma intervenção pública, sempre discreta e moralmente irrepreensível. Quando estão em causa direitos humanos fundamentais, a identidade nacional, a cidadania, ou a falta de ética política com as inevitáveis consequências de nepotismo, corrupção e degradação das instituições, impõe-se uma palavra avisada e justa, em coerência com os valores que sustentam as colunas do Templo. Foi nesse espírito que, como Grão-Mestre do G.O.L. dirigi, em 2003, uma *Mensagem ao Povo Português* denunciando a «crise dos grandes valores éticos que alicerçam a civilização» e apelando a um *movimento* regenador apartidário, destinado a «fazer de Portugal um espaço de progresso e de fraternidade, um país europeu e atlântico, soberano e solidário, onde a honradez, o trabalho e o mérito sejam marca e exemplo num mundo enfeudado à vil pecúnia e aos negócios obscuros».

Sendo a Maçonaria uma elite moral, defensora dos mais altos valores civilizacionais, a começar pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana, é natural que saia do recato das Lojas e levante a sua voz autorizada quando tais valores estão gravemente ameaçados ao ponto de certos direitos, arduamente conquistados, e da própria soberania dos Estados, terem sido capturados por um ultracapitalismo sem alma nem rosto que pretende fazer recuar o tempo aos saguões da História.

IV

GRAUS E SÍMBOLOS DA MAÇONARIA

GRAUS

O número de graus maçónicos depende, como dissemos, do rito adotado. Também já referimos os três ritos mais vulgarizados e praticados em Portugal. Todos têm em comum o reconhecimento dos três clássicos graus da Maçonaria operativa (Maçonaria Simbólica ou azul): aprendiz, companheiro e mestre.

Durante o regime fascista (1926-1974) a maior parte das lojas foram encerradas, e as que subsistiram, em rigorosa clandestinidade, praticavam o Rito Escocês Antigo e Aceite. Com a restauração da democracia foram essas lojas, congregadas no Grande Oriente Lusitano, que reativaram a Ordem Maçónica, adotando aquele rito por ser o único então em exercício, embora a Constituição permita a admissão de outros. O Rito Simbólico Regular ou Rito Escocês Retificado havia, mais tarde, de ser acolhido pela Grande Loja de Portugal, como veremos no capítulo seguinte. O Rito Francês ou Moderno regressou recentemente ao G.O.L., contando já com várias Lojas.

O Rito Escocês Antigo e Aceite compõem-se de 33 graus:

Graus simbólicos, tradicionais — Lojas Simbólicas

1 — Aprendiz
2 — Companheiro
3 — Mestre

Altos Graus — Lojas de Perfeição

4 — Mestre Secreto
5 — Mestre Perfeito
6 — Secretário Íntimo ou Mestre por Curiosidade

7 — Preboste e juiz ou Mestre Irlandês
8 — Intendente dos Edifícios ou Mestre em Israel
9 — Mestre Eleito dos Nove
10 — Ilustre Eleito dos Quinze
11 — Sublime Cavaleiro Eleito
12 — Grão-Mestre Arquiteto
13 — Cavaleiro do Real Arco (de Enoch)
14 — Grande Eleito da Abóboda Sagrada de Jaime VI ou Grande Escocês da Perfeição ou Grande Eleito ou Antigo Mestre Perfeito ou Sublime Maçon

Capítulos
15 — Cavaleiro do Oriente ou da Espada
16 — Príncipe de Jerusalém
17 — Cavaleiro de Oriente e Ocidente
18 — Cavaleiro ou Soberano Príncipe Rosa Cruz

Areópagos
19 — Grande Pontífice ou Sublime Escocês da Jerusalém Celeste
20 — Venerável Grão-Mestre de todas as lojas ou Soberano Príncipe da Maçonaria ou Mestre *ad Vitam*
21 — Noaquita ou Cavaleiro Prussiano
22 — Cavaleiro do Real Machado ou Príncipe do Líbano
23 — Chefe do Tabernáculo
24 — Príncipe do Tabernáculo
25 — Cavaleiro da Serpente de Bronze
26 — Escocês Trinitário ou Príncipe da Mercê
27 — Grande Comendador do Templo ou Soberano Comendador do Templo de Salomão
28 — Cavaleiro do Sol ou Príncipe Adepto
29 — Grande Escocês de Santo André da Escócia ou Patriarca dos Cruzados ou Grão-Mestre da Luz
30 — Grande Eleito Cavaleiro Kadosch ou Cavaleiro da Águia Branca e Negra

Graus Administrativos

31 — Grande Inspetor Inquisidor Comendador

32 — Sublime Príncipe do Real Segredo

33 — Soberano Inspetor Geral

O Rito Francês inclui apenas os sete graus seguintes:

1 — Aprendiz

2 — Companheiro

3 — Mestre

4 — Eleito (corresponde ao grau 4 do Rito Escocês)

5 — Escocês (corresponde aos graus 5 a 14 do Rito Escocês)

6 — Cavaleiro do Oriente (corresponde aos graus 15 a 17 do Rito Escocês)

7 — Príncipe Rosa-Cruz (corresponde aos graus 18 e segs. do Rito Escocês).

Símbolos

O ritual maçónico é rico em simbologia e expressões emblemáticas. Eis alguns exemplos:

Acácia — (do grego *Akakia,* árvore que significava a inocência) acácia mimosa, símbolo da Maçonaria. Representa a inocência ou pureza, a segurança e a certeza. Foi um ramo de acácia que os companheiros de Hiram encontraram no seu túmulo improvisado, como vimos atrás. Corresponde à murta de Elêusis, ao visco dos Druidas e ao buxo dos Cristãos.

Avental — símbolo do trabalho maçónico. Os aprendizes e companheiros usam avental branco sem qualquer ornamento. Os mestres também o usam bordado a vermelho ou azul conforme o rito, com as letras M.B. da mesma cor da banda.

Cinzel — símbolo da força e da tenacidade, do discernimento, dos conhecimentos adquiridos; é inseparável do malhete.

Colunas — símbolos dos limites do mundo criado, da vida e da morte, do elemento masculino e do elemento feminino, do ativo e do passivo. Todas as Lojas têm à entrada duas colunas, com as letras J e B, encimadas por três romãs.

Compasso — Representa a justiça e a exatidão. Símbolo do espírito, do pensamento nas diversas formas de raciocínio, e também do relativo (círculo) dependente do ponto inicial (absoluto). Os círculos traçados com o compasso representam as Lojas.

Cordão nodoso — corda com nós e borla nas extremidades, em volta da parte superior de qualquer templo, ou simplesmente ornamento que se encontra nas Lojas. Simboliza a união fraterna entre os maçons, que os liga por uma cadeia indissolúvel.

Decoração — insígnias maçónicas: avental, banda, faixa, joias, etc.

Delta — triângulo equilátero luminoso, símbolo da força expandindo-se; distingue o rito escocês.

Deus meumque jus — Divisa de Grau 33 — Deus e o meu direito — dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Significa que o maçon pugna sempre pela Justiça e pela Verdade, defendendo os seus direitos.

Esfera — símbolo da universalidade.

Esfinge — símbolo egípcio. Emblema do segredo maçónico.

Espada — símbolo do Verbo, isto é, do pensamento ativo transmitido pelo iniciado.

Esquadro — resultado da união da linha vertical com a linha horizontal, é o símbolo da retidão e também da ação do Homem sobre a matéria e sobre si mesmo.

Estrela flamejante — derivada do pentagrama, é o *canon* do número de ouro ou proporção dourada (AB/AC = AC/CB), ou seja, o símbolo da natureza e do homem que nela está inscrito. Tem no centro um G, cujo significado adiante se indica.

Fio de prumo — símbolo da profundidade do conhecimento e da sua retidão. Significa ainda a elevação do progresso social.

Janelas — símbolos das três portas do Templo de Salomão colocadas a oriente, sul e ocidente.

Letras:

G — significa Gnose, conhecimento, e também Deus (God), Geometria e Grande Arquiteto do Universo.

Loja — oficina ou templo, sala retangular. Deriva do germânico *Laub* (folhagem, abrigo de folhagem) e do sânscrito *Loka* (localidade, mundo) e do grego *logos* (discurso). Loja é, assim, o lugar discreto onde se reúnem e discursam os maçons. A Loja deve ser formada, pelo menos, por sete mestres. Costuma dizer-se que três mestres a dirigem, cinco a iluminam e sete a tornam justa e perfeita (ver Templo).

Lua — como reflexo do sol, simboliza também a vida e a saúde, mas não tão fortes; como princípio passivo e feminino é igualmente o símbolo da instabilidade, da mudança, da imaginação e da sensibilidade.

Malhete — pequeno martelo, emblema da vontade ativa, do trabalho e da força material; instrumento de direção, poder e autoridade.

Nível — símbolo da igualdade social básica e da serenidade imparcial do juízo.

Números:

Três — o número perfeito, o triângulo simbólico. O simbolismo ternário está patente nas várias trilogias da Ordem (Liberdade, Igualdade, Fraternidade; Sabedoria, Força, Beleza; Tolerância, Solidariedade, Progresso), nas três colunas da Loja e nos três graus tradicionais.

Quatro — é o tetramorfo (do grego *tetra,* quatro e morfo, forma). Significa o quadrado, os quatro elementos: água, fogo, terra, ar, isto é, a construção do Universo, pelo Supremo Arquiteto.

Sete — representa as sete virtudes maçónicas e os sete degraus do templo. É o número mínimo de mestres para formarem uma loja «justa e perfeita».

Nove — número sagrado, correspondente ao quadrado de três. Em vários rituais são usadas nove pancadas.

Olho — símbolo do sol visível, fonte da luz e da vida; e também, símbolo do Verbo, do princípio criador, de Deus para os crentes.

Pavimento em mosaico — chão em xadrez de quadrados pretos e brancos, com que devem ser revestidos os templos; símbolo da diversidade do globo e das raças, unidas pela Maçonaria; símbolo também da oposição dos contrários, bem e mal, espírito e corpo, luz e trevas.

Pedra bruta — símbolo das imperfeições do espírito que o maçon deve procurar corrigir; e, também, da liberdade total do aprendiz e do maçon em geral.

Pedra cúbica — símbolo da obra-prima que o aprendiz deve realizar.

Pentalfa — figura formada por cinco triângulos; símbolo da paz, da amizade e bom acolhimento, sabedoria e perfeição. Cf. Estrela flamejante.

Régua — símbolo da rectidão, do método, da lei; e ainda, do aperfeiçoamento em toda a construção.

Romã — símbolo da unidade entre os maçons, separados na sua individualidade e personalidade mas unidos por um ideal comum.

Rosa — inicialmente branca, ficou vermelha com o sangue de Vénus; símbolo alquímico da vida, da sabedoria e da beleza.

Sol — símbolo da vida, da saúde, do equilíbrio, da força.

Templo — representa o coração humano. Símbolo da construção maçónica por excelência, da paz profunda para que tendem todos os maçons. Local onde se reúnem ritualmente os maçons. O comprimento deve ter o dobro da largura.

Três Pontos — símbolo com várias interpretações, aliás conciliáveis: luz, trevas e tempo; passado, presente e futuro; sabedoria, força e beleza; nascimento, vida e morte; liberdade, igualdade e fraternidade.

Triângulo — o triângulo com um olho no meio simboliza o Sol, expressão visível de Deus, de que emana a luz e a vida.

Nota: O prumo, o nível e o esquadro foram adotados como emblema da Revolução Francesa.

V

A MAÇONARIA EM PORTUGAL — DE 1727 À ATUALIDADE

PERSEGUIÇÕES E CISÕES. FIGURAS PÚBLICAS DA MAÇONARIA MAÇONARIA FEMININA. O GRANDE ORIENTE LUSITANO E A GRANDE LOJAS REGULAR DE PORTUGAL

Desenvolvimento. Perseguições e Cisões

A Maçonaria está intimamente ligada à História de Portugal dos últimos duzentos e cinquenta anos. As suas doutrinas progressistas inspiraram os grandes movimentos liberais, republicanos e democráticos no nosso país. Essa profunda ligação à política e o empenhamento direto da Ordem com certos grupos e partidos trouxeram-lhe as inevitáveis perseguições e cisões. É uma lição que deve ser aprendida, pois, congregando a Maçonaria pessoas de todas as ideologias democráticas, não deve, como tal, intrometer--se na vida político-partidária, como aliás, resulta imperativamente da Constituição em vigor.

A Ordem maçónica foi introduzida em Portugal, provavelmente em 1727, pelo católico inglês Dugood, ou Dogut, que abriu uma loja em Lisboa, conhecida por Loja dos Herejes Mercadores.

Seguiu-se outra loja na capital, por iniciativa do também inglês George Gordon, matemático e escritor protestante. Mais tarde, entre 1733 e 1735, é fundada uma loja católica-irlandesa e, provavelmente uma década após, são fundadas outras lojas por cidadãos franceses.

Estas primeiras lojas funcionaram exclusivamente com estrangeiros. Porém, em meados de setecentos havia já muitos portugueses iniciados e o número de oficinas ia-se multiplicando, contando-se por milhares os maçons portugueses.

A difusão dos ideais maçónicos por toda a Europa e a sua crescente influência na vida pública fizeram perigar o poder absoluto e a influência

de Roma. A Igreja não compreendia que na mesma loja se reunissem fraternalmente católicos, protestantes e até judeus. O Papa Clemente XII tentou então reprimir os movimentos maçónicos através da bula *In Eminenti Apostolatus Specula* (28-4-1738), condenando a Maçonaria *e* proibindo os católicos de frequentarem as lojas, sob pena de excomunhão. Esta condenação foi confirmada pelo seu sucessor Benedito XIV, através da bula *Providas Romanorum* (1751) e reiterada por Pio VIl (1821), Leão XIII (1825) e Pio VIII (1829). Os textos papais afirmam a incompatibilidade entre católico e maçon, entre «duas obediências opostas». Foi com o mesmo argumento que a Quarta Internacional proibiu, em 1922, que comunistas pertencessem à Maçonaria.

Anote-se que ainda em finais do séc. XIX a Igreja continuaria a condenar como heréticos, na sequência da encíclica *Quanta Cura* (1864), do maçon renegado Pio IX, as ideias liberais, a soberania do povo, o racionalismo e a supressão do poder temporal do Papa.

A Inquisição portuguesa não tardou a iniciar uma impiedosa repressão contra os «libertinos» e «pedreiros livres» da «herética pravidade», que culminou com os habituais autos de fé. Centenas de maçons são perseguidos, encarcerados e mortos.

Em 1744 John Coustos, suíço naturalizado inglês, é condenado a 4 anos de galés «por introduzir e praticar a seita dos pedreiros livres», e outros dois maçons ao desterro por 5 anos. Coustos foi ainda acusado por na sua loja se discutirem «pontos heréticos» e de se permitir «a cada um dos conjugados a liberdade de consciência».

Em 1765 é queimado no Terreiro do Paço o livro do maçon, Bispo-Conde de Coimbra, *Sistema Jacobea.*

Em 1774 é queimado o livro do matemático maçon, Manuel Bocarro, *Anacephaloses da Monarquia Lusitana* e proibida a circulação dos seus estudos sobre astronomia.

Em 1778, o Santo Ofício condena o lente de Coimbra e escritor maçon, José Anastácio da Cunha, obrigando-o a abjurar dos seus «heréticos erros», de entre os quais o de traduzir Voltaire e de defender a tolerância religiosa.

Em 1781 saem em auto de fé, em Coimbra (o último aqui realizado, (26-8-1781), nove maçons, quase todos estudantes, da loja desta cidade,

de que também fez parte o referido José Anastácio da Cunha, que saiu no auto de fé de Lisboa, de 11-10-1778.

Em 18 de Outubro de 1817 são enforcados o Grão-Mestre do G.O.L., General Gomes Freire de Andrade, e os seus companheiros da malograda conjura liberal.

Estas perseguições não impediram a difusão dos ideais maçónicos, nem a luta da Ordem contra o obscurantismo e o poder absoluto. Em 22 de Fevereiro de 1818 é fundada no Porto a Loja Sinédrio, fonte da Revolução liberal de 1820. Eram maçons as grandes figuras do vintismo: Fernandes Tomás, Ferreira Borges, Silva Carvalho e Borges Carneiro. A Maçonaria congregava, aliás, a maior parte da intelectualidade e da burguesia progressista, incluindo magistrados, professores universitários, eclesiásticos, profissões liberais, oficiais do exército e mesmo certa aristocracia.

Com o governo do Marquês de Pombal, iniciado na Inglaterra, a Ordem viveu um período de paz e crescimento. Derrubado o Marquês, a Maçonaria voltou a conhecer a perseguição, agravada com D. Miguel e com Pina Manique. Os maçons e cientistas Abade Correia da Serra, Avelar Brotero e Ribeiro Sanches são obrigados a fugir do país para escaparem à sanha persecutória da Inquisição.

Após a aclamação de D. Miguel (26-6-1828) seguem-se seis anos de terror, com perseguições, deportações e execuções. Em 27-10-1828 é publicado o *Edital* da Intendência Geral da Polícia que obrigava os cidadãos a denunciar a «infame e criminosa seita maçónica» para pôr cobro ao «nefando e horroroso projeto de destruir o Altar e o Trono».

O triunfo definitivo do liberalismo (1834) e a ascenção de D. Pedro IV, Grão-Mestre da Maçonaria brasileira, marca um período de apogeu da Ordem, que só viria a terminar com a Revolução de 28 de Maio de 1926.

No princípio do séc. XIX a Maçonaria contava com milhares de filiados, incluindo nas ilhas dos Açores e Madeira e nas antigas colónias, justificando-se, assim, uma organização federadora, ou Grande Loja. Esta foi criada em 1802 com o nome de Grande Oriente Lusitano (G.O.L.), recebendo o reconhecimento da Grande Loja de Inglaterra em Maio desse ano, embora o respetivo tratado só tenha chegado a Portugal em 1803. Foi eleito primeiro Grão-Mestre o desembargador da Casa de Suplicação, Sebastião José

de São Paio de Melo e Castro Lusignam. O G.O.L. é, assim, o tronco da Ordem maçónica no nosso país. A sua primeira Constituição foi aprovada em 1806. Entre 1849 e 1859 o Grande Oriente Lusitano denominou-se *Grande Oriente de Portugal,* e a partir de 1869 *Grande Oriente Lusitano Unido,* retomando a designação original em 1985.

Desde 1826 e até meados da centúria, o G.O.L. representou a corrente conservadora da Maçonaria, ligada à ideologia política do «cartismo», tendo como Grão-Mestres Silva Carvalho e Costa Cabral. Este comprometimento provocou várias cisões: do Marechal Saldanha, que fundou em 1828 o *Oriente do Sul,* de Passos Manuel, que fundou o *Oriente do Norte* (1834), e de Elias Garcia que criou a *Federação Maçónica* (1863). Estas cisões corresponderam às diversas correntes do liberalismo e consequente conquista do poder, funcionando as respetivas Lojas como células partidárias, como aconteceu com a Loja «Liberdade», fundada em Coimbra em 1863 por lentes da Universidade e intelectuais (António Aires de Gouveia, Bernardo de Albuquerque e Lourenço de Almeida e Azevedo, entre outros menos conhecidos). Por isso, as vicissitudes da política repercutiram-se negativamente no prestígio e coesão da Ordem Maçónica.

Por seu turno, o próprio G.O.L. havia de gerar a cisão de Silva Carvalho que, com outros, constituiu o *Oriente do Rito Escocês.*

Contudo, em 1869 foi possível reconciliar os Irmãos desavindos, com a criação do *Grande Oriente Lusitano Unido,* sob o Grão-Mestrado do Conde de Paraty. Desde então, e excetuando pequenas convulsões, reinou a unidade da família maçónica. Foi o período áureo da Maçonaria portuguesa. Passaram pelo Grão-Mestrado figuras tão ilustres como Elias Garcia, António Augusto de Aguiar, Bernardino Machado, mais tarde presidente da República e Sebastião de Magalhães Lima. Foram igualmente maçons nomes prestigiados como Mouzinho da Silveira, Alexandre Herculano, Garrett, João de Deus, o cardeal Saraiva, patriarca de Lisboa, Machado Santos, Afonso Costa, António José de Almeida, António Maria da Silva, Miguel Bombarda, Sidónio Pais, Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Eça de Queirós, Rafael Bordalo Pinheiro, Egas Moniz (prémio Nobel da Medicina), Teixeira de Pascoais, Jaime Cortesão e Aquilino Ribeiro.

A República

Nos finais do séc. XIX e princípios do XX, o ideário maçónico começou a identificar-se com a ideologia republicana, apesar de haver muitos obreiros monárquicos. Esta simpatia não deve surpreender numa organização progressista, que sentia na alma as agruras da Pátria e a decadência da nação. Por isso a República foi, essencialmente, obra de maçons, entre os quais se destacam alguns dos nomes acima referidos. O Grande Oriente Lusitano chegou mesmo a criar a designada «Comissão de Resistência», presidida pelo Vice Grão-Mestre José de Castro e constituída, entre outros, pelos maçons-carbonários Machado Santos, Cândido dos Reis, Miguel Bombarda e António Maria da Silva, ficando a ligação ao Partido Republicano a cargo de António José de Almeida.

O advento do novo regime havia, contudo, de enfraquecer a Maçonaria, na medida em que ela se envolveu diretamente na luta político-partidária dividindo-se entre o apoio aos três partidos que emergiam do velho PRP: o Partido Democrático, chefiado por Afonso Costa, que conservou a antiga designação, o Partido Evolucionista, de António José de Almeida, e o Partido Unionista, de Brito Camacho. Por outro lado, como a qualidade de maçon constituía currículo preferencial para aceder aos altos cargos do governo, do parlamento e da administração, começaram a ingressar na Ordem muitos políticos oportunistas, sem espírito maçónico. A história haveria de repetir-se após a Revolução de Abril de 1974.

Não admira, pois, que homens honrados, como José Relvas, tenham deixado de frequentar as Lojas, e que em 1914 se verificasse uma cisão entre a ala direita e a ala progressista, agora representada pelo G.O.L. Foi criada uma segunda potência, o *Grémio Luso-Escocês* e eleito Grão-Mestre o General Luis Augusto Ferreira de Castro, que apoiou a ditadura de Sidónio Pais.

Estas dissensões descontentaram, naturalmente, muitos filiados que não se reviam nas posições da Ordem e não aprovavam a sua intromissão na política. A história mostra que a Maçonaria só progride quando, em coerência com a sua doutrina, se mantém afastada do confronto partidário, embora não

lhe seja indiferente o rumo da história. Mas, para atuar neste campo e poder iluminar o caminho do futuro, é imperioso que mantenha inviolável o princípio do apartidarismo e que as suas «oficinas» continuem a ser o lugar onde se trabalha, fraternalmente, pela concórdia nacional e universal.

A cisão duraria até Março de 1926, quando já se pressentia o Movimento que havia de eclodir dois meses após e que desencadeou a mais longa ditadura da nossa história. Os maçons das duas obediências tiveram consciência dos perigos que ameaçavam a democracia e voltaram a unificar-se sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano, sendo Grão-Mestre Sebastião de Magalhães Lima, jornalista, caudilho republicano e fundador da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem (1926).

O Estado Novo

A Revolução de 28 de Maio de 1926 não promoveu, nos primeiros anos, qualquer ofensiva contra a Maçonaria, talvez porque alguns dos seus chefes, incluindo Carmona e o Almirante Cabeçadas, eram maçons. A entrada de Salazar para o governo e a sua rápida ascensão tutelar, aliada à crescente influência da direita reacionária, reavivou os velhos ódios das forças obscurantistas. Em 16 de Abril de 1929, tendo sido eleito Grão-Mestre António José de Almeida, o palácio do Grémio Lusitano, sede da Ordem, é assaltado por forças policiais e por uma horda de civis onde se teria destacado o jovem Marcelo Caetano. Muitos maçons foram presos e muitos documentos confiscados. Foram praticados atos de vandalismo, incluindo destruição de símbolos, móveis e obras de arte. Era o início da «longa noite fascista», expressão que, no caso, não constitui uma simples metáfora, mas uma tenebrosa realidade que levou muitos obreiros à cadeia, ao exílio e à demissão.

De facto, o Estado Novo instituiu a Maçonaria como seu inimigo principal, por isso que as grandes figuras da democracia se acolhiam entre as suas colunas. O golpe que a ditadura supunha mortal foi desferido em 19 de Janeiro de 1935 com a apresentação, na recém-instalada Assembleia Nacional, de um projeto de Lei subscrito pelo deputado José Cabral, proibindo as

«associações secretas» e confiscando-lhe todos os bens. É claro que, embora o projeto o não referisse, o seu único alvo era a Maçonaria.

As reações não se fizeram esperar. Em 4 de Fevereiro Fernando Pessoa publica no *Diário de Lisboa* um vigoroso artigo em defesa da Maçonaria (que reproduzimos adiante por constituir um notável documento histórico). O Grão-Mestre Norton de Matos expôs o protesto da Ordem ao presidente da Assembleia Nacional, Dr. José Alberto dos Reis, ele próprio antigo maçon. Tudo em vão, porque o ditador já tinha decidido varrer os «pedreiros livres» da terra portuguesa, à semelhança do que, séculos antes, fora tentado pela Inquisição. A lei foi votada por unanimidade e publicada no *Diário do Governo* em 21 de Maio (Lei 1901). A partir daí todos os que quisessem exercer funções públicas tinham que declarar, por sua honra, que não pertenciam, nem jamais pertenceriam, a qualquer associação secreta.

A Maçonaria fora, assim, «legalmente» dissolvida em Portugal. O Palácio Maçónico foi confiscado (Lei 1950, de 18-2-1937) e nele instalado um Quartel da Legião Portuguesa. Muitos maçons e outros democratas começaram então a frequentar as masmorras da ditadura.

É claro que a Ordem maçónica não se extinguiu. Pode-se eliminar as pessoas, e algumas foram mesmo eliminadas, e destruir os bens, mas não se pode erradicar as ideias, sobretudo as ideias generosas que visam a libertação do homem, e são tão velhas como a própria Humanidade. Algumas Lojas mantiveram a «Luz» acesa na mais rigorosa clandestinidade. Como os primeiros cristãos, também perseguidos pelos seus ideais «subversivos», a Maçonaria emergiu das catacumbas na radiosa manhã de 25 de Abril de 1974, conduzida, desde 1937, pelo Grão-Mestre Luís Gonçalves Rebordão, oficial do exército na reserva e advogado.

No final publicamos a relação de todos os Grão-Mestres do G.O.L. desde a sua fundação (1802) até à atualidade, e dos Grão Mestres da Grande Loja Regular de Portugal, criada em 1991, como veremos adiante.

O Governo Provisório restituiu o Palácio Maçónico e a Maçonaria pôde retomar os seus trabalhos com força e vigor, à luz da liberdade reconquistada para a qual contribuiu decisivamente através dos seus membros que nunca desistiram de lutar pela democracia.

A Revolução de 25 de Abril de 1974

A Revolução dos cravos restituiu a liberdade aos portugueses e, consequentemente, o direito de associação. A ditadura não conseguiu extinguir a Maçonaria, mas a repressão fascista reduzira a poucas dezenas os maçons ativos.

Foram esses que se organizaram em comissão e reclamaram da Junta de Salvação Nacional e do primeiro Governo Provisório, chefiado pelo Maçon Professor Adelino da Palma Carlos, a restituição do Palácio Maçónico, sede do Grande Oriente Lusitano e do Grémio Lusitano.

Muitas Lojas adormecidas levantaram colunas. Outras foram criadas para enquadrar os novos iniciados. Foi reorganizado o G.O.L. e o Supremo Conselho do Grau 33. Após o falecimento de Dias Amado foi eleito Grão-Mestre o advogado Adão e Silva. A Ordem retomava, em frutuosa paz, as suas atividades. A Adão e Silva sucederam o Comandante Simões Coimbra, oficial de Marinha, o deputado, jornalista e antigo ministro Raul Rego, o médico Ramon de La Féria, o Arquiteto Rosado Correia, antigo ministro e o coronel Eugénio de Oliveira. A Grande Loja Regular de Portugal teve como primeiro Grão-Mestre o dr. Fernando Teixeira, sucedendo-lhe o dr. Nandim de Carvalho. A Maçonaria Portuguesa trabalha hoje discretamente para o bem da Pátria e da Humanidade, em fidelidade à sua divisa tradicional: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Afastada das lutas político-partidárias, como deve ser seu apanágio para não repetir os erros do passado, mas presente em todos os setores de vida nacional, congrega homens livres das várias correntes democráticas, empenhados na defesa dos nobres valores que são o santo-e-senha da sua força ancestral, e o cimento aglutinador para a construção do futuro.

Figuras Públicas da Maçonaria

Já aludimos, ao longo deste trabalho, a diversas figuras públicas da Maçonaria, tanto nacionais como estrangeiras, de várias sensibilidades político-religiosas. Muitos dos presidentes dos Estados Unidos, da França e de Portugal foram maçons. As casas reais europeias deram à Maçonaria

vários monarcas de que destacamos Eduardo VIl da Inglaterra. Foram também iniciados Eldwin Aldrin, o primeiro homem a pisar o solo lunar, Alexandre Fleming, inventor da penicilina, o pintor Marc Chagall, Churchill, Goethe, Garibaldi, Simon Bolivar, Salvador Allende...

Das figuras portuguesas, que deixaram rasto na nossa história destacamos apenas alguns nomes da 2.ª metade do Séc. XX: o almirante Gago Coutinho, os professores Abel Salazar e Joaquim de Carvalho, os generais Norton de Matos e Humberto Delgado, o escritor Vitorino Nemésio, o Cardeal Costa Nunes (vice-camarlengo da Santa Sé), o professor Henrique de Barros, presidente da Assembleia Constituinte, os deputados e advogados Nuno Rodrigues dos Santos (presidente do Partido Social Democrata), Artur Santos Silva, Mário Cal Brandão, António Macedo, Vasco da Gama Fernandes e Teófilo Carvalho Santos (aquele presidente do Partido Socialista e estes presidentes da Assembleia da República), o médico e filantropo Bissaya Barreto, o advogado e Provedor de Justiça José Magalhães Godinho e o professor João Lopes Soares (pai de Mário Soares), o Dr. Fernando Vale, médico, fundador e Presidente Honorário do PS, antigo governador civil de Coimbra, e o Dr. Emídio Guerreiro, professor e antigo presidente do PSD, que escapou à morte na guerra civil de Espanha, porque um diplomata inglês, que procurou para o ajudar na fuga, era maçon, e, como tal, se reconheceram.

No final publicamos uma breve relação das grandes figuras da Maçonaria.

Por curiosidade, refira-se que foram maçons os autores da música e da letra do Hino Nacional, Alfredo Keil e Henrique Lopes de Mendonça, respetivamente.

Maçonaria Feminina

Os velhos regulamentos excluíam as mulheres da Maçonaria, certamente por razões históricas, pois entendia-se que o risco inerente à condição de iniciado e a coragem necessária para agir como maçon eram próprios do homem. Nos tempos antigos a iniciação compreendia um conjunto de provas tão duras que se tornavam incompatíveis com a suposta fragilidade feminina. De resto, a mulher estava ainda longe de

disfrutar dos direitos que mais tarde, por influência da própria Maçonaria, lhe haviam de ser reconhecidos.

Contudo, em meados do séc. XVIII, Luísa de Kerruel fundava em França uma loja de rito escocês, destinada exclusivamente a mulheres. Outras lojas femininas se lhe seguiram, incluindo em Portugal com o patrocínio do Grande Oriente Lusitano. Para ultrapassar as dificuldades regulamentares, tais lojas foram «adotadas» por lojas masculinas regulares, às quais ficavam subordinadas, e por isso se chamaram *lojas de adoção*. Em França existem atualmente uma Grande Loja Feminina e uma Loja mista (Direito Humano), com ramificações mundiais, incluindo no nosso país. Em 1997 foi criada a Grande Loja Feminina de Portugal, obediência autónoma, que teve como primeira Grã-Mestra a Dr.ª Manuela Cruzeiro, sucedendo-lhe a Dr.ª Júlia Ribas Maranha, a Doutora Maria Helena Carvalho Santos e a Dr.ª Maria Belo. A Grã-Mestra atual é a Dr.ª Odete Isabel. Pratica, na maioria das suas Lojas, o Rito Escocês Antigo e Aceite. Está filiada no CLIMAF (Centro de Ligação Internacional das Maçonarias Femininas).

A Marquesa de Alorna, a Viscondessa de Juromenha, Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher a exercer cirurgia em Portugal e a votar, foram algumas das mais destacadas figuras da Maçonaria feminina.

Refira-se ainda a médica e pedagoga Adelaide Cabete, figura central da peça «A Maçon», da escritora Lídia Jorge, estreada no Teatro Nacional em 1997.

O Grande Oriente Lusitano e a Grande Loja Regular de Portugal

A Maçonaria não é uma Igreja e, por isso, não existe um poder central único e uma autoridade supranacional. As *lojas* ou *oficinas* formam grupos que se administram a si mesmos, constituindo, em cada país, uma federação dirigida por um *Grande Oriente* ou *Grande Loja,* as chamadas «potências» ou «obediências», inteiramente independentes, embora, eventualmente, ligadas por tratados. Excecionalmente e por

razões conjunturais, uma loja de um país pode depender de uma obediência estrangeira, como foi o caso de algumas oficinas espanholas que dependeram do G.O.L.

Em Portugal e após a unificação, em 1926, das duas obediências então existentes, o Grande Oriente Lusitano passou a congregar todas as Lojas.

Em 1985, porém, um grupo de maçons abandonou o G.O.L. e fundou em Cascais (1991) a *Grande Loja Regular de Portugal* (G.L.R.P.) que congrega as lojas autodenominadas de regulares. Esta nova obediência foi reconhecida pela Grande Loja Unida de Inglaterra, Casa-Mãe do ramo tradicionalista e conservador da maçonaria, como vimos atrás. Adotou o Rito Simbólico Regular, praticado, em geral, pelas Maçonarias Inglesa e Norte Americana, mas tem atualmente outros ritos. Como também já referi, o G.O.L. adota o Rito Escocês Antigo e Aceite, embora admita outros ritos, desde que devidamente autorizados, como recentemente aconteceu com o Rito Francês ou Moderno.

Esta separação não teve por causa o ritual. A sua justificação é mais profunda e de natureza filosófico-doutrinária, como esclarecemos a propósito dos dois grandes ramos da Maçonaria actual: os Irmãos dissidentes defendiam que o G.O.L. devia aceitar, como princípio indiscutível, a existência de um Deus revelado, e que o juramento dos iniciados fosse tomado, logicamente, sobre o livro sagrado — a Bíblia, o Corão ou a Tora, conforme o credo religioso do neófito.

Entendeu-se, contudo, que a Maçonaria, sendo por definição tolerante e livre-pensadora, não pode aceitar qualquer imposição ou dogma. E que a questão religiosa é um problema de foro íntimo e da consciência de cada um. De facto, enquanto o Rito Escocês não obriga à crença em Deus, mas apenas num princípio criador simbolizado pela ideia do Grande Arquiteto do Universo, conformemente às *Constituições de Anderson,* cuja interpretação já foi explicitada, o Rito Simbólico Regular é teísta *e* judaico-cristão, exigindo a crença em Deus e na imortalidade da alma.

Os dois grandes ramos da Maçonaria estão, assim, presentes em Portugal, facto que reputamos de positivo. Resta dizer que a G.L.R.P. se cindiu, por sua vez, em finais de 1996, tendo sido criada, por razões que,

então, tiveram larga divulgação pública, uma nova obediência, designada Grande Loja Legal de Portugal *I* G.L.R.P., que disputou com a primitiva a legitimidade da Maçonaria portuguesa dita regular até à sua reconciliação recente. Verificaram-se outras dissidências na autointitulada Maçonaria regular, surgindo novas Obediências sem expressão ou representatividade. Não será tempo, como aconteceu em 1869 e 1926, de trabalhar pelo regresso à Casa-Mãe de todos os maçons portugueses?

VI

A MAÇONARIA, ORGANIZAÇÕES AFINS E SECRETAS.
A CARBONÁRIA E A «OPUS DEI».
RELAÇÕES COM A IGREJA CATÓLICA

Organizações afins

Entre as organizações afins da Maçonaria podemos referir as *guildas* ou corporações medievais, as ligadas à demanda do Santo Graal, como a Távola Redonda, a Ordem dos Templários e a Fraternidade Rosa Cruz, ainda subsistentes e, de certo modo, ligadas à Maçonaria. Todas estas organizações são de caráter iniciático e ritualista e têm em comum a guarda de certos segredos ou, simbolicamente, a procura da palavra perdida (do vaso sagrado que, segundo a lenda, serviu na Ceia, no caso do Graal). O primeiro Grão-Mestre dos Templários em Portugal foi Gualdim Pais (1126).

A *Carbonária*

Referência especial merece a *Carbonária,* sociedade secreta nascida em Itália no princípio do séc. XIX, que chegou a Portugal em 1822. Vocacionada para a ação armada contra os regimes opressores, é uma criação da Maçonaria, ou melhor, de maçons radicais, embora incluísse muitos profanos. Teve grande influência entre nós desde os finais do séc. XIX até 1912, devendo-se-lhe, em grande parte, a implantação da República, dissolvendo-se pouco depois. Destacam-se, entre os seus membros, Luz de Almeida, Machado Santos, Bissaya Barreto e Aquilino Ribeiro, todos maçons.

A *Carbonária* representa um desvio ao princípio maçónico da não intervenção direta na política, mas deve ser avaliada à luz da época, com Portugal mergulhado na degradação das instituições e nas intrigas palacianas.

Estatutariamente, a Maçonaria respeita o regime legítimo do país e não deve envolver-se na luta partidária. Porém, tendo como um dos seus objetivos o progresso e a justiça social, compreende-se que, em circunstâncias limite, como aconteceu nas campanhas liberais, republicana e democrática, não resista a assumir um papel ativo. Estabelecida a Democracia, a Ordem maçónica deve recolher-se no interior das oficinas, deixando aos seus membros, nos termos constitucionais, o direito e o dever de intervir, individualmente, na construção de uma sociedade mais justa.

Outros agrupamentos e, designadamente, os destinados a desenvolver atividades ilícitas, muitos de natureza secreta como a Loja P2 italiana ou as FP25 portuguesas, não têm a menor afinidade com a Maçonaria. O mesmo sucede com a *Opus Dei,* que abordaremos de seguida com certo desenvolvimento, em face das confusões que, tantas vezes malevolamente, se têm estabelecido com a Ordem Maçónica.

A (O) *Opus Dei* (Sociedade Sacerdotal da Santa Cruz e *Opus Dei*)

A *Opus Dei* (Obra de Deus) foi fundada em 1928 pelo padre espanhol José Maria Escrivá de Balaguer, mas só em 1947 obteve o primeiro estatuto jurídico e em 1950 a sua aprovação definitiva pelo Papa Pio XII. De facto, a sua aceitação pela Cúria Romana não foi pacífica e ainda hoje suscita muitas reservas nos meios católicos.

As suas primeiras atividades limitaram-se ao país de origem. Vinte anos depois iniciou a sua expansão, começando por Portugal, e hoje encontra-se implantada em mais de 30 países. Inicialmente destinou-se apenas a homens (padres e leigos), mas em 1930 foi criada uma secção feminina, inteiramente separada da masculina, mas sujeita à mesma direção.

Os objetivos estatutários da *Opus Dei* são a «santificação» dos seus membros *e* o apostolado na sociedade civil. A santificação consegue-se por uma «intensa vida sacramental», que para alguns filiados, inclui missa, comunhão diária e semanal, prática permanente da «oração mental», recitação do terço, retiros, exame de consciência, sacrifício e penitência. A mortificação ou flagelação física é frequentemente utilizada para atingir a santidade.

Este rigor, digamos, claustral, é extensivo aos leigos, distribuídos em várias classes, conforme o vínculo (numerários, agregados, supranumerários e simples cooperadores), alguns dos quais adoptam o «celibato apostólico».

A organização é dirigida por uma Prelatura dependente da Sagrada Congregação para os Bispos, com sede em Roma, sendo as relações com a Santa Sé asseguradas por um Procurador. O seu governo, dirigido por um Prelado eleito vitaliciamente, constitui uma hierarquia rígida, de tal modo que mesmo em questões pessoais, a regra é a da *obediência absoluta* aos diretores espirituais.

Calcula-se que a *Opus Dei* tenha atualmente 80.000 filiados distribuídos por 90 países (cerca de 2.000 em Portugal).

O recrutamento faz-se, sobretudo, entre jovens estudantes, intelectuais e empresários, o que bem se compreende porque o escopo último da *Obra* é a sua influência na sociedade através da «elite» dirigente, ou seja, na sua terminologia, «O chamamento universal à santidade».

Da leitura de O *Caminho,* da autoria do criador da *Opus Dei,* detectam-se as linhas mestres da sua filosofia:

— apelo à despersonalização individual através de uma constante humilhação e de uma subjugação completa ao diretor espiritual;

— penitência e mortificação constantes;

— apelo a que cada filiado se torne um chefe, um líder de opinião, intervindo, como tal, na sociedade.

Esta análise sumária mostra que não há comparação possível com a Maçonaria, por isso que o essencial da doutrina da *Opus Dei* se situa nos antípodas dos princípios que orientam a Ordem Maçónica.

De facto, e prescindindo de outras razões intuitivas para o leitor, a Maçonaria visa a elevação moral e espiritual dos seus membros através do *livre-pensamento,* sem subjugação a quaisquer hierarquias, preconceitos ou dogmas.

Por outro lado, a Maçonaria é uma organização *laica,* tolerante e fraterna, que pretende estender à sociedade os laços de compreensão que unem todos os maçons, não intervindo diretamente na vida política e social, mas apenas de forma indireta, pelo exemplo de honra, trabalho e devoção ao bem comum.

Finalmente, a Maçonaria não tem chefe supremo, e nenhum cargo ou função permite mandar no mais anónimo dos seus membros.

À *cega obediência* a que estão sujeitos os filiados da *Opus Dei,* a Maçonaria contrapõe a personalização e autonomia individual. Ao *fundamentalismo* opõe a liberdade e a *tolerância*. À fé, que não admite dúvidas, responde com o primado da razão e do *livre-exame*. A uma sociedade baseada na «Santidade» segundo um rígido figurino, prefere a fraternidade universal baseada na comunhão responsável de sentimentos altruístas.

A Maçonaria não pretende criar «chefes», mas homens de bem, irmãos de todos os homens, quaisquer que sejam as suas crenças ou ideologias. A *igualdade,* que é um dos pilares da Ordem Maçónica, é a igualdade de direitos, fundamento da dignidade de todos os cidadãos, e não a igualdade mística, apenas acessível a um escol de iluminados. A *Opus Dei* quer produzir alguns «santos» e mandar os outros para o inferno. A Maçonaria quer que todos sejam Homens, na plenitude da palavra, e que haja no mundo lugar para todos, incluindo os que a hostilizam.

Há quem sustente que a *Opus Dei* foi criada para combater o movimento maçónico, sendo, pois, uma *anti-Maçonaria,* inspirada na tradição mais reacionária da Igreja Católica. De facto, no já referido livro *Caminho (Camino,* no título original), o seu autor desenterra as antigas apóstrofes da Inquisição:

> «Viriliza a tua vontade, para que Deus te torne chefe. Não vês como procedem as malditas sociedades secretas? Nunca conquistam as massas. Nos seus antros, formam uns tantos homens demónios que agitam e movimentam as multidões, tresloucando-as, para fazê-las ir atrás deles, ao princípio de todas as desordens... e ao inferno. Eles levam uma semente amaldiçoada.»

Não creio, até porque conheço e respeito alguns membros da organização, que a «visão» que inspirou o padre espanhol tenha um objetivo tão maquiavélico, tenebroso e anticristão. Jesus Cristo, profeta da sociedade fraterna, ele próprio iniciado nos mistérios Essénios, uma das raízes da Maçonaria universal, não pode rever-se em tal doutrina. Esta afirmação fá-la o autor deste livro em sua consciência. Porque aceita o essencial da

mensagem cristã e sabe que em nenhum passo da pregação do Nazareno é feito apelo ao ódio e à intolerância. E ainda porque a Maçonaria se tem enriquecido, ao longo dos séculos, com muitos católicos, sacerdotes e leigos para quem a religião se coaduna perfeitamente com os valores e objetivos da Maçonaria. Haverá coisa mais edificante do que uma reunião maçónica onde trabalham em conjunto, em total fraternidade e liberdade de consciência, crentes, ateus e agnósticos? Onde seria possível, senão na Loja de Hiram, congregar entre as mesmas colunas trabalhadores e empresários, intelectuais e comerciantes, civis e militares, professores e estudantes, governo e oposição, judeus e muçulmanos?

Relações com a Igreja Católica

A Maçonaria não é uma religião e, por isso, aceita todas as religiões, embora, coerentemente, combata o fanatismo e a superstição. Como decorre do exposto, sempre houve na Maçonaria prosélitos de várias confissões, predominando em Portugal os católicos e protestantes.

Porém, verificaram-se alguns graves conflitos com a Igreja católica romana, resultantes de uma visão acanhada e preconceituosa, quiçá, tendencialmente monopolizadora das consciências individuais. As perseguições desencadeadas na sequência da bula *In Eminenti,* que fulminava com a excomunhão os maçons católicos, são hoje um facto histórico, que não deve ser esquecido, mas que se tem de enquadrar no espírito da época.

Atualmente a Igreja, sobretudo após João XXIII, que teria sido iniciado na Turquia, e o Concílio Vaticano II, e a própria Companhia de Jesus encaram com outros olhos o fenómeno maçónico, até porque o tempo demonstrou que as «Lojas» não são antros demoníacos, onde se realizam «missas negras», mas locais de concórdia, onde se trabalha para o bem da Humanidade.

Parece, aliás, que o Vaticano perseguia a Augusta Ordem mais por razões político-temporais do que por motivos ético-religiosos. A Maçonaria começava a quebrar, com a sua influência, o estatuto hegemónico de Roma e a ameaçar a Santa Sé com um contrapoder incontrolável pelos responsáveis eclesiásticos. A Inquisição teve nesta perseguição um papel

implacável, sobretudo em Portugal e Espanha, sacrificando o que havia então de melhor no escol político-intelectual da península. Os rancores e as culpas recíprocas provêm destes tempos recuados, engrossando com o liberalismo — após a Revolução de 1820 — e prosseguindo com a República. Às antigas e impiedosas arremetidas da Igreja responderam os pedreiros livres com outras represálias, expulsando Ordens Religiosas e nacionalizando bens. Ao clericalismo, entendido aqui como o domínio da Igreja sobre o poder temporal, na chamada aliança entre o altar e o trono, sucedeu, naturalmente, o anticlericalismo, por vezes radical, que perseguiu, também impiedosamente, muitos padres e cidadãos católicos. O fanatismo foi sempre, ao longo dos tempos, um dos grandes males da humanidade. Felizmente, o secular conflito parece estar ultrapassado.

Não é, pois, de estranhar que o actual Código de Direito Canónico (1983) tenha omitido qualquer referência à Maçonaria, e revogado o cânone 2335 do anterior (1917), que excomungava *ipso facto* os inscritos na «seita maçónica» e em organizações «que maquinam contra a Igreja ou contra as legítimas autoridades civis». O Código atual suprimiu qualquer alusão à Maçonaria.

À intolerância sucedeu a compreensão e uma certa simpatia. A esta mudança de mentalidade não foi, seguramente, alheia a circunstância de muitos católicos e altos dignitários da Igreja serem maçons. Aliás, há espaços comuns de preocupação e de identidade de propósitos entre a Maçonaria e a Igreja progressista, como, por exemplo, os atinentes à liberdade, aos direitos humanos, à paz e, em geral, todo o vasto campo da solidariedade e dos direitos sociais.

O diálogo franco e desinibido interessa às duas entidades. E já começou a realizar-se com resultados animadores. A Maçonaria não é concorrente e, muito menos, inimiga, da Igreja Católica. Se um católico for maçon será, certamente, melhor católico. E se for um bom católico virá a ser, seguramente, um maçon exemplar.

As primeiras Lojas estabelecidas em Portugal, ainda antes da criação do GOL contaram com um número significativo de clérigos. É curioso anotar que o mais antigo texto maçónico português conhecido é o discurso do orador duma Loja de Lisboa, o Padre D. André de Morais

Sarmento, datado de 1790 ou 1791, adiante publicado. Da mesma Loja faziam ainda parte o Padre Félix Pacheco Varela e o Cónego da Sé de Lisboa, Francisco da Silva Queirós.

A Igreja tardou a compreender a tolerância religiosa ou o super confessionalismo da Maçonaria. A tolerância, em matéria religiosa, é a compreensão fraterna das diferenças. Quando numa reunião maçónica me sento ao lado de um católico, de um judeu, de um muçulmano ou de um ateu, não é o meu agnosticismo que prevalece mas a verdade dos outros que me ilumina. A liberdade é o estado puro da consciência e, desse modo, a pedra angular da dignidade humana. Alguns membros da Igreja Católica nunca compreenderam, por causa do seu dogmatismo, esta diversidade natural, tão natural como os diferentes matizes da paisagem física e humana.

O livre pensamento e a tolerância são conquistas da civilização que a Maçonaria ajudou a consolidar. E são, verdadeiramente, valores cristãos essenciais à convivência e à paz social.

Como escreveu Voltaire, a intolerância devia ser colocada «no número dos sete pecados capitais». Talvez a Igreja Católica, que já pediu desculpa a Galileu e a Lutero comece a compreender que só a tolerância conduz à fraternidade.

VII

MAÇONARIA: HUMANISMO E ESPIRITUALIDADE

A Maçonaria é um humanismo: sempre esteve, e deve continuar a estar, ao serviço do aperfeiçoamento moral e intelectual do homem para a construção de uma sociedade melhor. Mas o homem continua acorrentado a vícios próprios, como o egoísmo, e a injustiças alheias, como a exploração e a exclusão social, que o alienam e escravizam.

É preciso «quebrantar» essas cadeias e «desagrilhoar Prometeu», como disse António Sérgio. Libertar o homem de todas as formas de servidão é a tarefa histórica da Maçonaria. As formas de atuação variaram, naturalmente, ao longo dos tempos e em função dos lugares ou das circunstâncias, desde que a Ordem deixou de ser operativa e se transformou em filosófica ou especulativa. Os desvios que sofreu, envolvendo-se diretamente na ação político-partidária, como se verificou, entre nós, nas revoluções liberais e democráticas, são historicamente justificados pela necessidade de conquistar ou restaurar a liberdade e os direitos humanos. Consolidado o *Estado de direito,* a Maçonaria portuguesa retomou a sua vocação ancestral de «reconstrução do Templo», ou seja, de criar o *homem novo* através de uma verdadeira revolução interior, operando a reforma de mentalidades, essencial ao conseguimento de uma sociedade livre e solidária.

Num tempo despojado de valores ético-morais, dominado por um capitalismo infrene, sem alma nem regras, que enredou o homem em novas e mais sofisticadas servidões, o que pode e deve fazer a Ordem maçónica para transformar o mundo de selvagem em humano?

Há, seguramente, vários caminhos, e todos são válidos se conduzirem a uma sociedade mais «justa e perfeita». Mas estou em crer que é no regresso à espiritualidade maçónica que se construirá o verdadeiro humanismo. É preciso, porém, esclarecer o que entendo por estes conceitos.

Espiritualidade é o primado dos valores do espírito, da consciência do «ser», em contraposição ao materialismo dominante, ou seja, à ânsia do «ter». Só a descida à nossa consciência, onde jaz a «palavra perdida», permite a descoberta do «eu absoluto», como dizia Sérgio, e o encontro do «Outro», como elo da mesma cadeia universal.

Humanismo é a doutrina moral que reconhece o homem «como fim e como valor superior», na expressão de Sartre, centro do mundo, medida de todas as coisas. Por isso, todas as reformas e conquistas sociais só terão sentido ético se servirem a dignidade do homem e contribuírem para a fraternidade e harmonia colectivas.

Falo em espiritualidade e humanismo maçónicos sem outro qualificativo de caráter filosófico ou religioso. Disse acima que a Maçonaria é um humanismo. Acrescento agora o que também já ficou implícito: só pela espiritualidade se alcançará esse humanismo libertador.

Vejamos, pois, qual o caminho dos caminhos, onde todos, chamados liberais ou ditos regulares, se possam encontrar, na tarefa, sempre inacabada, de afeiçoar a pedra bruta e de «Construir o templo interior». Esse lugar é a nossa própria Loja, oficina de trabalho onde a razão, a intuição e o afeto constroem o triângulo da fraternidade, iluminado pela sabedoria, a força e a beleza, vale dizer, a perfeição moral de cada obreiro. Uns descobrirão o Delta através da razão ou dedução analógica; outros pela intuição, que é a luz da consciência acordada; outros pelo afeto, que é o fogo interior libertado e partilhado. Mas para que esta verdadeira «transfiguração» se realize, é necessário o concurso de duas condições: a primeira, que só tenham entrada na Ordem os «homens de bem, leais, de honra e probidade», na formulação das *Constituições de Anderson;* a segunda, que o ritual seja cumprido, pois só o seu simbolismo, quando apreendido, permitirá ver a luz, ou seja, as verdades que se sentem mas não se podem exprimir. O rito é uma forma sensível de tocar o insensível. É esse simbolismo que nos aproxima do sagrado. O sagrado é a representação espiritual do profano. É neste sentido que os maçons consideram a liberdade e a vida como valores sagrados, intocáveis, por constituírem a essência do homem como ser superior. É no mesmo sentido que o esquadro e o compasso, objetos materiais de construção, alcançam a sacralidade quando utilizados ritualmente nos trabalhos oficinais.

É assim evidente que o espírito — a espiritualidade — é a via privilegiada para atingir a perfeição moral, a humanização, a fraternidade maçónica. É pela mesma via que devemos considerar a iniciação como uma autêntica *sagração,* ou seja, a integração do profano num nível superior. Como já escrevi, a iniciação «é o processo de reconstrução do acto primordial da criação, uma cosmogonia, porque significa a morte e o renascimento simbólicos. O ritual liberta a palavra do seu conteúdo corrente, realizando uma outra epifania, a aparição da verdade, ou seja, na terminologia platónica, a **luz pura**».

Deste modo, a Maçonaria, não sendo o único caminho para o aperfeiçoamento moral do homem, é, seguramente, pelo seu conteúdo espiritual, uma via de acesso a estádios superiores do conhecimento pela descida ao interior da consciência, onde germina a nossa memória arcaica. O acróstico VITRIOL ou VITRIOLUM *(visita interiora terrae, rectificandoque invenies occultum lapidem — vera medicinam: visita o interior da terra, e rectificando, encontrarás a pedra oculta — verdadeira salvação)*, que é dado a conhecer ao neófito na Câmara de Reflexão, significa, simbolicamente, que o maçon deve mergulhar em si próprio para ver a luz e construir o «templo interior», e poder assim, munido dessa força espiritual, intervir no mundo profano e ajudar a construir o «templo exterior», ou seja, uma sociedade baseada nos grandes valores éticos, da liberdade, da igualdade e da fraternidade. A forma dessa intervenção depende da consciência de cada um, mas deverá processar-se, sobretudo, pelo exemplo. Um maçon é, por definição, um homem de bem, preocupado com os males da sociedade e solidário com os mais fracos e injustiçados. Deve, pois, agir em coerência com os valores que perfilha. E, assim, a Maçonaria deverá ter, pelo empenhamento individual dos seus membros, uma dimensão social.

A Ordem não deve intervir institucionalmente, salvo em situações-limite, em que estejam em causa os direitos humanos fundamentais. Mas cada maçon tem o dever indeclinável de trabalhar para o bem da Pátria e da Humanidade. Por isso, a Maçonaria deve ser, cada vez mais, um humanismo, o qual, independentemente de conceções políticas, filosóficas ou religiosas, significa a vocação de congregar todos os homens, através do seu aperfeiçoamento intelectual e moral, em torno dos valores éticos que, simbolicamente, formam a corda nodosa que ornamenta as oficinas e cimenta a cadeia maçónica.

Este humanismo só se alcançará pela tolerância, que é uma das grandes virtudes da Ordem, melhor dizendo, pela tolerância ativa, que implica não apenas aceitar a diversidade do outro para que ele aceite a nossa própria sensibilidade, mas criar plataformas de entendimento, através dos valores éticos, comuns às várias obediências, herança irrenunciável da Maçonaria universal.

Daqui resulta, como já escrevi, que o maçon crente deve aceitar, como igual, o maçon agnóstico ou ateu, abatendo todas as barreiras, preconceitos ou dicotomias numa compreensão que o leva a admitir a verdade do outro como uma verdade de todos. A fraternidade implica uma comunhão de valores baseada na tolerância gnóstica, na procura do saber ou da sabedoria partilhada. Esta partilha significa que a verdade não é propriedade de ninguém, mas de todos.

Retomando, metaforicamente, o mito de Prometeu agrilhoado, exorto os meus Irmãos e todos os homens de boa vontade a contribuir para «quebrantar» as cadeias de todas as servidões, a «quebrar dia a dia / um grilhão da corrente», como escreveu Torga.

Só assim poderemos construir uma sociedade à imagem de uma Loja maçónica, unindo o que está disperso, ou à imagem do Templo de Salomão, congregando todos os homens e mulheres, sem qualquer discriminação, para realizar o sonho que, desde os arcanos da História, dá asas ao pensamento e faz rodar o mundo.

Utopia? Talvez. Mas utopia, no sentido maçónico, não é o impossível. É o lugar do Encontro. E esse lugar está dentro de nós.

VIII

HEPTÁLOGOS

Vamos tentar resumir as ideias expostas neste livro em dois conjuntos de **sete** conclusões ou formulações. **Sete**, por ser o número maior da Maçonaria simbólica, que caracteriza o grau de Mestre. Este número tem grande significado alegórico, porque indica a progressão do conhecimento maçónico e obtém-se somando os dois algarismos que representam as duas primeiras figuras da Geometria: o triângulo e o quadrilátero.

Nos mistérios antigos o número 3 representava a natureza moral e divina, e o número 4 a natureza física. A reunião destes números simbolizava a perfeição. Também para Pitágoras, o número 7 era o número sagrado e perfeito.

A excelência do número 7 encontra-se testemunhada no modo como os antigos agrupavam certas regras ou elementos. É assim que se fala nos sete sábios da Grécia, nas sete maravilhas do mundo e nos sete pecados mortais. São ainda sete os dias da semana, as cores do espectro solar, as notas de música e as partes em que os Romanos dividiram o *Digesto,* de Justiniano.

O leitor deve ter verificado que dei **sete** exemplos do valor do número 7 (3 + 4)...

Também a Bíblia alude repetidamente a este número primo: a arca de Noé pousou no monte Ararat no sétimo mês, Jacob serviu Labão durante 7 anos, Jesus pronunciou sete palavras na cruz...

Resta esclarecer que o **primeiro Heptálogo** destina-se ao leitor comum, e o **segundo** ao maçon. Ambos se completam como facilmente se concluirá.

Contudo, no rigor maçónico, devia formular um **terceiro Heptálogo**. Mas este não pode ser escrito, porque além de não caber na linguagem corrente, falta-nos a **palavra perdida,** que os maçons procuram desde a

morte de Mestre Hiram. É essa procura que alimenta o mito e dá força e vigor à Maçonaria.

Heptálogo maçónico

1. A Maçonaria é uma Ordem *iniciática,* universalista, que procura, através dos seus trabalhos rituais, iluminar a consciência e elevar o espírito com vista ao aperfeiçoamento moral e intelectual dos seus membros e, por essa via, ajudar a construir uma **sociedade mais justa e perfeita**.
2. Essa sociedade deve fundar-se na trilogia maçónica: **Liberdade**, **Igualdade**, **Fraternidade**. A liberdade é inerente à condição humana, mas a liberdade de cada um pressupõe a liberdade de todos, o que implica a sua igualdade. A fraternidade é o vértice do triângulo e resultará da efectivação daqueles dois valores. A Fraternidade é a solidariedade com amor.
3. A Maçonaria não é uma religião, embora respeite todas as crenças e procure *religar* a Humanidade. Não é uma ciência, embora estude o Homem e a Natureza. É uma Escola de Virtudes e uma **Sabedoria**, que dá aos seus membros a **Força** interior para compreender a **Beleza** da vida.
4. A Maçonaria não aceita dogmas, nem discute política ou religião. Pratica a **tolerância** e o livre pensamento, porque sabe que o respeito pelas diferenças é essencial à paz e concórdia universais.
5. A Maçonaria é uma **Ética** e uma **Estética**. É uma ética, porque toma o Homem como centro do mundo e cultiva os valores da honra, da dignidade, da retidão e da filantropia. É uma estética, porque almeja a verdade, a beleza e a perfeição. Por isso, a Maçonaria é um **Humanismo**.
6. A Maçonaria é **pública** quanto à sua existência e doutrina, **discreta** quanto à sua ação na sociedade, e **secreta** quanto aos seus trabalhos em Loja, não por que tenha algo a ocultar, mas porque só os Maçons estão aptos a compreender os seus mistérios.

7. A Maçonaria tem como **emblemas** principais a régua, o esquadro e o compasso, símbolos do rigor, da justiça e do pensamento construtivo. Não é uma instituição prosélita, mas as suas portas estão abertas a quem, honestamente, queira trabalhar para o seu aperfeiçoamento e para o bem da Pátria e da Humanidade.

Heptálogo do maçon

1. Concilia a **Tradição** e o **Progresso**: a Tradição é o lugar donde - a via iniciática da nossa singularidade identitária; o Progresso é o lugar para onde, a Harmonia Universal.
2. O Maçon é um **construtor**: sê digno da herança histórica da Maçonaria, combatendo os vícios e desenvolvendo as virtudes, ajudando, assim, a construir o novo Templo da Humanidade.
3. A tua Loja tem o tamanho do mundo: se compreenderes o **sagrado**, podes tocar as estrelas.
4. Procede sempre como se fosses observado: ser Maçon é uma **honra** e uma **responsabilidade**, porque onde está um Maçon está a Maçonaria.
5. Para o Maçon todo o poder é um **dever**: exerce os cargos maçónicos e civis com a noção de que pertences a uma **elite moral** e trabalhas para o bem comum.
6. Assume-te sempre, em Loja, como um **discípulo**, e no mundo profano como um **Mestre** de comportamento ético: a luz que recebes no Templo deve projetar-se na comunidade.
7. Todos os Maçons do mundo, qualquer que seja o seu rito ou obediência, são **Irmãos**: sê um elo ativo dessa Cadeia Universal de Fraternidade.

Palavras finais

Poderá um maçon falar objetiva e desapaixonadamente da Maçonaria?

O autor está convencido de que o conseguiu. Habituado, desde há muitos anos, ao uso simbólico da régua, do esquadro e do compasso, que são os instrumentos da justeza, da exatidão e do rigor, espera ter traçado um esboço realista da Ordem maçónica, que permita ao leitor profano compreender o essencial dos seus valores e propósitos.

Contudo, e até por se tratar de um simples *esboço,* o principal não foi explicitado, nem poderia sê-lo. Mais do que uma organização, a Maçonaria é uma *ideia,* que só pode ser assimilada pela contínua e interessada participação nos seus trabalhos.

Por outro lado, a verdade não está nas palavras, que muitas vezes traem o pensamento, mas na essência das coisas e dos seres, em cuja intimidade só o silêncio reflexivo permite penetrar. O silêncio é a eloquência da vida.

O meu propósito não foi mostrar o que os olhos de um profano não podem ver. Mas assim como pelo aroma se adivinha uma flor, assim o leitor terá que perscrutar, através da intuição, a luz de que se tecem as próprias sombras.

É certo que também falei da história, e que a história é a narração de factos. Mas a história da Maçonaria é, sobretudo, a trama invisível desses factos, como a gota de água é o veio subtil da corrente. E, contudo, uma simples gota é um mundo complexo e autónomo. Todos os rios têm gotas impuras, mas o que importa é a pureza da nascente e a certeza purificadora da foz.

A Maçonaria ajudou-me a compreender a vida e as correntes da História. Entre o homem primitivo e o atual, as diferenças são meramente circunstanciais. O impulso criador que motivou os artistas de Altamira ou de Foz Coa, é o mesmo que guiou a mão de Picasso na *Guernica* ou de Bosch nas *Tentações de Santo António.* Porque as «tentações» do mundo são ainda as mesmas, e iguais são os caminhos da redenção do homem.

A Maçonaria tenta dar resposta, como julgo ter deixado explícito nas páginas deste livro, a esse frémito original de perfeição. Mas não é o único caminho. Cada homem só pode salvar-se por si próprio e terá de encontrar a sua própria via, contanto que se considere *companheiro* de todos os outros, ou seja, que reparta o pão da sua fome com o seu semelhante, como é obrigado a repartir o sol.

Se o leitor, depois de refletir no que leu e intuiu quiser participar da fraternidade maçónica e conhecer o Templo, ouça a voz da sua consciência, antes de dar o primeiro passo. Para o ajudar vou contar-lhe uma velha fábula: Nos tempos recuados da maçonaria operativa, três canteiros lavravam uma pedra. Um passante interpelou-os:

— O que fazem vocês?

— Trabalho para ganhar a vida — respondeu o primeiro.

— Talho uma pedra — disse o segundo.

— Construo uma catedral — extasiou-se o terceiro.

É claro que só este era maçon e que os outros não poderiam sê-lo...

IX

DOCUMENTOS

Pelo seu valor histórico-pedagógico, publicam-se os seguintes documentos:

— Explicação da Maçonaria aos recém-recebidos: discurso proferido pelo orador da Loja de Lisboa, Padre D. André de Morais Sarmento, em 1790 ou 1791, o mais antigo texto maçónico português conhecido, e que chegou aos nossos dias por estar integrado num processo da Inquisição.

— Carta de Almeida Garrett a seu irmão sobre a Maçonaria (20-06--1822).

— Compromisso maçónico do Dr. Fernando Vale (1923).

— Carta do Grão-Mestre, General Norton de Matos, ao Presidente da Assembleia Nacional, o também maçon Dr. José Alberto dos Reis, em protesto contra o projeto de lei proibindo as «sociedades secretas» (1935).

— Artigo de Fernando Pessoa no *Diário de Lisboa,* de 4-2-1935, contra o mesmo projeto de lei.

— Princípios e Preceitos Maçónicos, pequeno desdobrável editado pelo Grémio Lusitano em 1928 e várias vezes reimpresso.

(O primeiro documento é transcrito da *História da Maçonaria em Portugal,* do Professor A. H. de Oliveira Marques, Vol. I, p. 57. Os quarto e quinto são transpostos da obra do mesmo historiador, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo,* pp. 207 a 233. No artigo de Fernando Pessoa foram suprimidas as notas de rodapé do autor citado).

Explicação da Maçonaria aos recém-recebidos

Quem tal diria, Mações, que Vós Vinheis achar uma Sociedade de honra, e de virtude! Esta Sociedade tam antiga como os Homens tem sido olhada pelos mesmos homens com olhos fascinantes aplicando lhe ideias humas exoticas, outras criminozas, todas aerias, e poucas Verdadeiras. Eu não pretendo fazer-vos hum Discurso pompozo na vossa augusta recepção: entre nós reina sempre a simplicidade e moderação; unicamente vou expor-vos as vossas obrigações que acabais de contrahir.

E a primeira he aquella imposta a todo o homem, de conservar hum coração incorrupto, apartado dos vicios, despido das funestas paixões e ornado das virtudes que inspira a Razão, e a Humanidade. Isto significa a vossa entrada despidos de todos os metais; vestidos só das virtudes. A segunda huma particular obediencia, a fidellidade ao Rei, à Patria segundo o legitimo Poder, e Governo, a que foreis secquitos. Esta he a vontade, e impreterivel obrigação dos Maçons, pois que elle [sic] he pela sua profissão hum Homem de Caridade, de união, e de virtude social, que sem obediencia ao Poder Soberano do Princepe não seria mais que hum rebelde, insocial, e hum Scismatico da união, e da verdadeira Maçonaria, que só quer união, Caridade, paz, e obediencia legitima. A terceira obrigação, he de socorrer os vossos irmãos nas suas necessidades Irmãos que vos forem conhecidos por hum exame maduro e exacto. E he por isto que contrahistes a quarta Obrigação, de não revellar o vosso segredo, que consiste nos sinaes, palavras, e toques que se vos tem ensinado: porquanto revellados elles, nos venamos incomodados de infinitos Irmãos, apocrifos, e necessitados, e viria uma sociedade tam virtuoza, e util, a desvanecer-se, e a profanar-se.

Vedes aqui o que viestes achar. Vedes aqui os nossos segredos. E se Vós tinheis outras ideas desta Augusta Sociedade conhecei agora o que he o mundo, e o que hé o Povo, sempre anciozo de saber o que ignora. Aplica tudo o que há de mais extravagante ao objeto que não conhece.

Entre nós o que há mais agradavel, além de contar com tantos Irmãos, quantos Mações, he a igoaldade que se observa, e que se simboliza ao Nivel. Luiz 14, Frederico, e Ganganelli[(*)] tinhão entre nós o mesmo lugar que qualquer outro. Á meza tinhão a mesma obediencia. Cantavão, se os mandavão, e bebião a saude que se lhes propunha com a mesma allegria, sem soberania, nem distinção. Todos somos igoais. E como entre nós he acautellado, e mesmo prohibido tratar de materiais que não sejam puramente Maçonicas, e menos de Religião, ou de Estado; esta a vista porque reconhecemos por Irmãos quaisquer Mações do mundo, contanto que não sejam Atheos: porque estes, se he que os pode haver, não poderão entrar em sociedade de virtudes como esta, pois não podem ser fieis, nem ter caridade nem sistema algum social, e de Humanidade. Elles não podem jurar por hum Deos, em que não crem; não podem por isso mesmo ter obediencia do Principe que tem o poder de Deos; e não podem finalmente figurar na sociedade se não a Imagem de Hum Contradittorio. Outro qualquer Nome porem pode entrar na nossa sociedade com tanto que elle pratique as obrigações della, que como acabais de Ouvir são commuas a todos os Homens de qualquer Estado, ou Religião que sejão.

E em breve vos tenho dito tudo o essencial da Maçonaria; de resto tudo são acidentes, de graos, e significações, que embelezão mas que não mudão a Substancia: por isso ouvireis falar de grao de Mestre Companheiro etc[a] que não são mais que adições de mais brilhante ornato, e distinção, e que alguns factos celebres da historia lhe derão origem, mas que tudo recorre em ser o Maçon hum homem honrado, e verdadeiro Irmão dos seus Irmãos.

Dice.

[(*)] Lorenzo Ganganelli, nome civil do Papa Clemente XIV, que extinguiu a Companhia de jesus (1769-1774).

Releva-se no texto, para além de outros valores maçónicos, o da igualdade, que a todos nivelava dentro da Loja, o que, para a época, era verdadeiramente subversivo.

Carta de Almeida Garrett a seu irmão sobre a Maçonaria, em 20-06-1822 (Excerto)

(...)

«Eu queria dizer-te que entrasses na Maçonaria, ordem augusta e santa, que conta no seu seio as primeiras pessoas do mundo por suas luzes, dignidades e virtudes, Papas, bispos, reis, etc.; que contou em seu seio nosso virtuoso tio D. Alexandre e mil outros varões distintos e bem conhecidos dum cabo do mundo ao outro, e que eu te enumeraria se o sagrado vínculo de um terrível juramento mo não vedasse. Mas nada me veda que eu te diga que tanto tem a Maçonaria com a religião como o ovo com o espeto. Assim, católicos, protestantes, muçulmanos, judeus, de todas essas religiões há mações, porque não é outro o fim da Maçonaria senão unir os homens todos, fazer que, onde quer que chegue, um homem ache irmãos seus, que o reconheçam por tal, que o amparem, que o socorram, que o agasalhem. Este é o fim primário; e a grande virtude da caridade é a base sagrada da augusta Ordem Maçónica. Além disso, ela se tem empregado na santa causa da Liberdade e dum canto do mundo ao outro, desde os confins da Península até às extremidades da Ásia, vai fazendo redobrados esforços para libertar os homens e fazê-los felizes.»

(...)

Compromisso Maçonico do Dr. Fernando Vale (1923)

Liberdade — Igualdade — Fraternidade

****

GRANDE ORIENTE LUSITANO UNIDO

SUPREMO CONSELHO DA MAÇONARIA PORTUGUESA

Unico legalmente constituído para Portugal e seus domínios

COMPROMISSO

PRESTADO NA INICIAÇÃO NO PRIMEIRO GRAU

na R∴ L∴ A Revolta n.º 336

ao Val∴ de Coimbra.

pelo Ir∴ Fernando Baeta Cardoso do Vale

Sobre esta espada, símbolo da honra; sobre este esquadro, emblema da consciência, da rectidão e do direito; sobre este livro da Lei Maçónica, que deste momento em deante será a minha, comprometo-me a guardar inviolavelmente o segredo maçónico, a nunca dizer nem escrever o que puder ver ou ouvir nas assembleas maçónicas e que possa interessar à Ordem, a não ser que para isso tenha recebido permissão expressa e sómente pela maneira que me fôr indicada.

Prometo trabalhar com zêlo constancia e regularidade na obra da Maçonaria

Prometo amizade aos meus Irmãos e ajudá-los com todas as minhas forças a pôr em pratica, em todas as circunstancias, a grande lei da solidariedade humana, que e a doutrina moral da Maçonaria.

Praticarei a protecção para com os fracos, a justiça para com todos, a dedicação para com a minha Pátria e para com a minha família e a dignidade para comigo próprio.

Prometo também conformar-me com a Constituição e Regulamentos da Ordem,

Prometo ainda fidelidade ao Grande Oriente Lusitano Unido, e abster-me de todos os grupos maçónicos que ele não reconheça como regulares.

Consinto, se algum dia faltar ao meu compromisso, em sofrer as penalidades merecidas pela minha indignidade, e que a minha memória seja maldita por todos os maçons.

Val∴ de Coimbra, 4 de Dezembro de 1923 (E∴ V∴)

Fernando Baeta Cardoso do Vale

13368

Carta de Norton de Matos a José Alberto dos Reis

Ex.^{mo} Senhor
Dr. José Alberto dos Reis
Dig.^{mo} Presidente da Assembleia Nacional

Na minha qualidade de cidadão — Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa venho, respeitosamente, representar, perante V. Ex.ª e a Assembleia Nacional, a que V. Ex.ª dignamente preside, a propósito do projeto da lei, há dias apresentado nessa ilustre Assembleia sobre «associações secretas».

I — É certo que nesse projeto se não fala em Maçonaria; mas a sua contextura e o facto de ter sido apresentada no último congresso católico, realizado em Braga, uma proposta contra a Maçonaria Portuguesa, idêntica em grande parte, no seu espírito e na sua letra, ao referido projeto de lei, não podem deixar dúvidas de que é principalmente a Maçonaria que esse projeto visa.

E sendo assim, julgo do meu dever de Chefe da Maçonaria Portuguesa manifestar a V. Ex.^{as}, a dolorosa impressão que me causaram as disposições desse projeto e as considerações que o precederam.

Longe de mim o querer interferir de qualquer maneira na livre apresentação de projetos de lei à Assembleia Nacional, ou pretender imiscuir-me na livre discussão e apreciação desses projetos: — venho perante V. Ex.ª e perante a Assembleia Nacional apenas com o direito que qualquer homem tem de se dirigir a outros homens, verbalmente ou por escrito, desde que o faça em termos corretos e sem o menor vislumbre ou intenção de coação, quando vê a sua honra e a honra e os interesses que lhe foram confiados, injustamente postergados ou ameaçados.

Resolvi, portanto, dirigir-me a V. Ex.^{as}, imediatamente após a leitura do projeto de lei a que me estou referindo. Pratico este ato em meu nome pessoal e assumo a responsabilidade inteira de o praticar também

como presidente de uma associação de portugueses que, por eleição, me confiaram o grão-mestrado da Maçonaria no nosso país.

II — Feriu-me profundamente a tremenda injustiça de se pretender misturar a Maçonaria com associações secretas que, no dizer do preâmbulo do projeto de lei, «estão contaminando a sociedade nos seus mais essenciais elementos, corrompendo o Estado, por uma ação dissolvente sobre os seus órgãos, e comprometendo por vezes a honra e a vida dos seus melhores servidores». Equivalem estas palavras a chamar-se à Maçonaria uma associação de malfeitores e a considerarem-me a mim como o chefe de um bando que põe em perigo a vida e a honra dos meus semelhantes. Por esta razão as classifiquei de «tremenda injustiça», outra classificação não me permitindo dar-lhe a minha dignidade e da pessoa e da entidade a quem me cumpre dirigir-me.

Nunca insultei ninguém, e bem pode V. Ex.ª avaliar quão dolorosamente me senti ferido ao verificar que o primeiro projeto de lei apresentado a uma assembleia, que traduz uma modalidade das instituições parlamentares do meu País, nos ataca tão injustamente, a mim e a milhares de portugueses, meus companheiros de trabalho, no que mais apreciamos e zelamos, na nossa honra, na nossa integridade moral.

III — Não cabe à Maçonaria Portuguesa a designação de associação secreta que se lhe quer dar.

Associação secreta deve ser, para efeitos penais, aquela cujos fins sejam imorais e inconfessáveis. São de todos conhecidos os fins da Maçonaria e os princípios morais que guiam a sua conduta; nunca se procurou ocultar a eleição dos seus Grãos-Mestres e a nomeação dos seus Corpos Dirigentes; realizam os Maçons muitas sessões e solenidades públicas, onde ostentam as suas insígnias e onde tomam os seus lugares habituais, na sala das suas reuniões, não temendo, portanto, ser conhecidos pelos muitos concidadãos não maçons que a essas sessões assistem.

Além disto, a Maçonaria tem proclamado sempre que as suas portas estão abertas a todos os homens livres e de absoluta integridade de caráter, que desejem associar-se com ela, para melhor assegurar o seu desenvolvimento moral e a prática dos princípios humanitários.

Como poderiam os Maçons desejar ardentemente que para a sua instituição entrassem os homens mais honestos, mais cultos e mais inteligentes do meio em que vivem, se praticassem atos que não pudessem ser aprovados pela esclarecida honestidade desses novos adeptos?

Tem algumas vezes a Maçonaria sido forçada a expulsar do seu seio, homens que, quer dentro da ordem Maçónica quer na sua vida particular procedem irregularmente; e nunca hesitou, perante a possível divulgação dos seus trabalhos, em aplicar as penas merecidas.

IV — Na Maçonaria não há mistérios, existem apenas sinais de reconhecimento e símbolos. Julgo que nunca constituiu perigo ou ameaça a existência de meios de reconhecer os amigos ou de ensinar sob fórmulas concretas, para facilitar a assimilação, a procura da perfeição moral e a prática do amor fraternal. Os símbolos existem em instituições da mais alta moralidade, nos exércitos, na magistratura e em tantas outras. A bandeira nacional nada mais é, em cada nação, do que o sagrado símbolo da Pátria, amada acima de tudo.

V — A forma da Maçonaria Portuguesa é ritualista, e naturalmente em ritos maçónicos são a maioria das vezes celebrados apenas em presença daqueles que pertencem à instituição maçónica; não porque neles haja qualquer coisa a ocultar, mas pela força do sentimento que leva cada família e cada irmandade a celebrar as suas cerimónias íntimas, sem a presença de estranhos. Tenho a certeza de que nenhum homem culto acredita hoje nas insinuações ridículas que correram mundo entre gente inculta ou com a inteligência obscurecida por doentio fanatismo acerca do ritual maçónico.

VI — Esforçam-se os Maçons por constituir em cada país uma *élite* sob o ponto de vista moral e cultural. Fortificar o carácer, aumentar a instrução para bem da Família, da Pátria e da Humanidade é a principal obrigação de um Maçon. Para ser Maçon é necessário ter profissão honesta que assegure meios de subsistência; ter a instrução necessária para compreender os fins da Maçonaria e energia moral para os cumprir; ter bom comportamento e reputação ilibada.

Como podiam homens tão cuidadosamente escolhidos, praticar atos perniciosos ou sequer incorretos, que traduzam a menor falta de respeito pelas crenças sinceras, pelas bem-intencionadas opiniões, pelos princípios filosóficos dos seus semelhantes?

Diz o Estatuto da Maçonaria Portuguesa que é ela «uma instituição essencialmente humanitária, procurando realizar as melhores condições da vida social; que exige o máximo altruísmo e o sacrifício de quaisquer interesses materiais e morais ao bem-estar dos semelhantes; que estende a todos os homens os laços fraternais que unem os Maçons; que considera o trabalho e a solidariedade como deveres essenciais do Homem — que honram igualmente o trabalho intelectual e o trabalho manual.

São do conhecimento público os princípios e preceitos basilares da Ordem Maçónica; conhece-os com certeza V. Ex.ª, e nenhuma dúvida obsta a que saiba toda a Assembleia Nacional que constam da Constituição de Anderson de 1723, cuja leitura e meditação é de aconselhar a quem pretenda de boa fé instruir-se sobre a essência da moral maçónica.

Mandam-nos os preceitos maçónicos que tenhamos sempre para as crenças puras e convicções sinceras dos nossos semelhantes uma dignificadora tolerância, que afirmemos sempre a liberdade de consciência e de pensamento, que reprovemos todas as perseguições de natureza religiosa ou política, todas as injustiças, todas as violências, todas as humilhações, todos os atentados contra a dignidade do homem.

A Maçonaria, com estes princípios e com esta moral a servirem-lhe de eterna norma, com a ânsia constante de instrução e de desenvolvimento intelectual que a caracteriza, tendo inteira fé na evolução progressiva da humanidade, é, sem dúvida, um dos mais fortes esteios da ordem e da estabilidade social.

VIl — São estas as bases e os fins da Maçonaria, como associação de homens livres. E dentro dela cada Maçon, individualmente, tem por supremo fim fugir da *escravatura voluntária,* quer ela se apresente sob qualquer dos pontos de vista material, moral ou intelectual.

Para um Maçon a *escravatura voluntária (perinde ac cadaver)* é a maior baixeza que um homem pode praticar, a maior ignomínia em que um homem pode cair.

VIII — Conhecedores e admiradores destas verdades, têm deixado muitos portugueses as futilidades da vida e ingressado na Maçonaria Portuguesa. Nela temperaram o seu caráter e procuraram corrigir os seus defeitos por um labor constante de bondade; e, esteiados nos princípios maçónicos, diligenciaram sempre fazer o bem, dignificar os seus semelhantes, quebrar todas as injustiças, e todas as prepotências e engrandecer e prestigiar a Pátria.

Muito lhes dói verem-se, tantos deles no fim de uma vida de trabalho, alcunhados de membros de uma associação de malfeitores e saberem que um seu concidadão os quer sujeitar às penas infamantes de prisão e multa e à humilhação de perguntas, de inquirições e declarações inquisitoriais, que já não são do tempo presente.

IX — Além dos interesses da Pátria tem a Maçonaria Portuguesa em alta conta os interesses da Humanidade. «A Maçonaria é uma instituição universal, variando, porém, a sua organização conforme as condições dos povos em que se acha estabelecida. Todos os Maçons constituem uma e a mesma família, dando-se o tratamento de irmãos».

Entre nós portugueses o bem da Humanidade tem sido desde séculos uma aplicação constante. Nos territórios das nossas descobertas e conquistas, dos quais muitos fazem, apesar das vicissitudes da nossa história, ainda hoje parte integrante da Pátria Portuguesa, vivem milhões de homens numa civilização primitiva, nas trevas densas da barbárie, vítimas da mais profunda ignorância e das piores superstições. Vivi muitos anos em contacto com essa parcela da Humanidade e foram grandes os esforços que fiz para os levantar do solo onde rastejavam, para os civilizar, para os elevar à dignidade de homens. A auxiliar-me nesta missão, tive ao meu lado duas ideologias, perante as quais respeitosamente me curvo: a representada pelos missionários cristãos; a seguida pelos Maçons Portugueses. E juntos conseguimos fazer uma obra patriótica e humana que considero como a mais branca pedra no fadigoso caminho da minha vida.

Toda a vida a consagramos — os Maçons — ao serviço dos nossos semelhantes. Admita-se o absurdo da aprovação do projeto de lei em referência e bem pouco valeriam os meus serviços ao País, para que no fim dela, tão pouco merecessem de V. Ex.ª e da Assembleia Nacional.

X — Mais uma vez, na longa carreira através dos séculos, a Maçonaria se encontra sob uma onda de perseguições. De um extremo os bolchevistas procuram evitá-la na Rússia; de outro extremo as forças reacionárias promovem a sua expulsão da Itália e da Alemanha.

Imaginava a Maçonaria Portuguesa que lhe seriam poupados mais dissabores e humilhações; continua ainda a abrigar a esperança de que não será transformado em lei o projeto que provocou esta representação; confia no espírito de justiça e no respeito pela liberdade de opiniões e de convições que caracterizam a maioria dos portugueses. Mas se nos enganarmos, se o projeto for convertido em lei, então cometer-se-á uma injustificada violência, que menos atingirá individualmente os Maçons em atividade do que a memória daqueles que, desde Gomes Freire, o Duque de Loulé, José Estêvão, Elias Garcia, e tantos outros, a Magalhães Lima e António José de Almeida, como Grão-Mestres da Maçonaria Portuguesa, reconhecidos pelos Poderes Públicos, foram na História de Portugal, gloriosas e inconfundíveis figuras.

XI — Dissolvida embora a instituição maçónica em Portugal, passariam os Maçons a ter uma situação idêntica à que tiveram os cristãos nos tempo das perseguições da Roma Imperial. Dispersados, sem possibilidade de se reunirem, viveram no mundo isolados aparentemente uns dos outros; mas os sinais de que usavam serviram-lhes para se reconhecerem. Ao reconhecimento recíproco seguia-se a separação, possivelmente para não mais se encontrarem. Todavia, apoiados na força que resultava desses laços espirituais, não consta que se deixassem possuir nem de desânimos, nem de desfalecimentos.

XII — Num livro recente que traça a História da Maçonaria, a propósito da Polónia, verifica-se que a Maçonaria se estabeleceu ali em 1767; foi suprimida em 1822; surgiu de novo como instituição organizada em 1921.

Adormecida para a vida aparente, durante a denominação estrangeira, reapareceu a Maçonaria Polaca em plena atividade no preciso momento em que, com a vitória dos aliados na Grande Guerra, foi restabelecida a Pátria Polaca.

Estão terminadas as considerações que entendi do meu dever apresentar a V. Ex.ª e à Assembleia da sua digna presidência.

Fugi nela da norma Maçónica, baseada na repugnância pela *exteriorização;* infringi talvez a regra severa e forte do silêncio. Mas tinha de ser assim.

Sou com a mais alta consideração e respeito,

de V. Ex.ª
muito atento e
venerador
Ass. Norton de Matos

Lisboa, 31 de janeiro de 1935

Um Projeto de Lei

Artigo de Fernando Pessoa

Estreou-se a Assembleia Nacional, do ponto de vista legislativo, com a apresentação, por um deputado, de projeto de lei sobre «associações secretas». De tal ordem é o projeto, tanto em sua natureza como em seu conteúdo, que não há que felicitar o atual Parlamento por lhe ter sido dada essa estreia. Antes há que dizer-lhe *Absit omen!,* ou seja, em português, *Longe vá* o *agoiro!*

Apresentou o projeto o sr. José Cabral, que, se não é dominicano, deveria sê-lo, de tal modo o seu trabalho se integra, em natureza, como em conteúdo, nas melhores tradições dos Inquisidores. O projeto, que todos terão lido nos jornais, estabelece várias e fortes sanções (com exceção da pena de morte) para todos quantos pertençam ao que o seu autor chama «associações secretas, sejam quais forem os seus fins e organização».

Dada a latitude desta definição, e considerando que por «associação» se entende um agrupamento mais ou menos permanente de homens, ligados por um fim comum, e que por «secreto» se entende o que, pelo menos parcialmente, se não faz à vista do público, ou, feito, se não torna inteiramente público, posso, desde já, denunciar ao sr. José Cabral uma associação secreta — o Conselho de Ministros. De resto, tudo quanto de sério ou de importante se faz em reunião neste mundo, faz-se secretamente. Se não reúnem em público os conselhos de ministros, também o não fazem as direções dos partidos políticos, as tenebrosas figuras que orientam os clubes desportivos, ou os sinistros comunistas que formam os conselhos de administração das companhias comerciais e industriais.

Embora uma interpretação desta ordem legitimamente se extraia do frasear pouco nacionalista do sr. José Cabral, creio, tanto porque assim deve

ser, como pelos encómios com que o projeto foi afagado pela imprensa pseudo-cristã, que as «associações secretas», que ele verdadeiramente visa, são aquelas que envolvem o que se chama «iniciação», e portanto o segredo especial a esta inerente.

Ora no nosso país, caída há muito em dormência a Ordem Templária de Portugal, desaparecida a Carbonária — formada para fins transitórios, que se realizaram —, não existem, suponho, à parte uma ou outra possível Loja martinista ou semelhante, mais do que duas «associações secretas» dessa espécie. Uma é a Maçonaria, a outra essa curiosa organização que, em um dos seus ramos, usa o nome profano de Companhia de Jesus, exatamente como, na Maçonaria, a Ordem de Heredom e Kilwinning usa o nome profano de Real Ordem da Escócia.

Dos chamados jesuítas não tratarei, e por três motivos, dos quais calarei o primeiro. Os outros dois são: que não creio, por mais razões do que uma, que eles corram risco de, aprovado que fosse o projeto, lhes serem aplicadas as suas sanções; e que não creio, por uma razão só, que o sr. José Cabral tenha pretendido que tal aplicação se fizesse. Presumo pois que o projeto de lei do urgente deputado se dirija, total ou principalmente, contra a Ordem Maçónica. Como tal o examinarei.

Não faço, creio, ofensa ao sr. José Cabral em supor que, como a maioria dos antimaçons, o autor deste projeto é totalmente desconhecedor do assunto Maçonaria. O que sabe dele é até, porventura, pior que nada, pois, naturalmente, terá nutrido o seu antimaçonismo da leitura da imprensa chamada católica, onde, até nas coisas mais elementares na matéria, erros se acumulam sobre erros, e aos erros se junta, com a má vontade, a mentira e a calúnia, senhoras suas filhas. Não creio, que o sr. José Cabral conviva habitualmente com os livros de Findei, Kloss ou Gould, ou que passe as suas horas de ócio na leitura atenta da *Ars Quatuor Coronatorum* ou das publicações da Grande Loja de Iowa. Duvido, até, que o sr. José Cabral tenha grande conhecimento da literatura antimaçónica — Barruel ou Robinson ou Eckert —, tão admirável, aliás, do ponto de vista humorístico. Nem terá tido porventura noção, sequer de ouvido, do artigo célebre do Padre Hermann Grüber na *Catholic Encyclopaedia,* artigo citado com elogio em livros maçónicos, e em que o doutor jesuíta por pouco não defende a Maçonaria.

Ora se o sr. José Cabral está nesse estado de trevas com respeito à natureza, fins e organização da Ordem Maçónica, suponho que em igual condição estejam muitos dos outros membros da Assembleia Nacional, com a diferença de que se não propuseram legislar sobre matéria que ignoram. Sendo assim, nem o deputado apresentante, nem os seus colegas de assembleia, estarão talvez em estado de medir claramente as consequências nacionais, internas e *sobretudo externas,* que adviriam da aprovação do projeto. Como conheço o assunto suficientemente para saber de antemão, e com certeza, quais seriam essas consequências, vou fazer patrioticamente presente da minha ciência ao sr. José Cabral e à Assembleia Legislativa de que é ornamento.

Começo por uma referência pessoal, que cuido, por necessária, não dever evitar. Não sou maçon, nem pertenço a qualquer outra Ordem semelhante ou diferente. Não sou, porém, antimaçon, pois o que sei do assunto me leva a ter uma ideia absolutamente favorável da Ordem Maçónica. A estas duas circunstâncias, que em certo modo me habilitam a poder ser imparcial na matéria, acresce a de que, por virtude de certos estudos meus, cuja natureza confina com a parte oculta da Maçonaria — parte que nada tem de político ou social —, fui necessariamente levado a estudar também esse assunto — assunto muito belo, mas muito difícil, sobretudo para quem o estuda de fora. Tendo eu, porém, certa preparação, cuja natureza me não proponho indicar, pude ir, embora lentamente, compreendendo o que lia e sabendo meditar o que compreendia. Posso hoje dizer, sem que use de excesso de vaidade, que pouca gente haverá, fora da Maçonaria, aqui ou em qualquer outra parte, que tanto tenha conseguido entranhar-se na alma daquela vida, e portanto, e derivadamente, nos seus aspetos por assim dizer externos.

Se falo de mim, e deste modo, é para que o sr. José Cabral e os colegas legisladores saibam perfeitamente quem lhes está falando, o que vão ler, se quiserem, é escrito por quem sabe o que está escrevendo. Não que o que vou dizer exija profundos conhecimentos maçónicos: é a matéria puramente de superfície, da vida externa da Ordem. Exige, porém, conhecimentos, e não ignorâncias, fantasias ou mentiras.

Começo a valer. Creio não errar ao presumir que o sr. José Cabral supõe que a Maçonaria é uma associação secreta. Não é. A Maçonaria é

uma Ordem secreta, ou, com plena propriedade, uma *Ordem iniciática.* O sr. José Cabral não sabe, provavelmente, em que consiste a diferença. Pois o mal é esse — não sabe. Nesse ponto, se não sabe, terá de continuar a não saber. De mim, pelo menos, não receberá a luz. Forneço-lhe, em todo o caso, uma espécie de meia-luz, qualquer coisa como a «treva visível» de certo grande ritual. Vou insinuar-lhe o que é essa diferença por o que em linguagem maçónica se chama «termos de substituição».

A Ordem Maçónica é secreta por uma razão indirecta e derivada — a mesma razão por que eram secretos os Mistérios antigos, incluindo os dos primitivos cristãos, que se reuniam em segredo, para louvar a Deus, em o que hoje se chamariam Lojas ou Capítulos, e que, para se distinguir dos profanos, tinham fórmulas de reconhecimento — toques, ou palavras de passe, ou o que quer que fosse. Por esse motivo os romanos lhes chamavam ateus, inimigos da sociedade e inimigos do Império — precisamente os mesmos termos com que hoje os maçons são brindados pelos sequazes da Igreja Romana, filha, talvez ilegítima, daquela maçonaria remota.

Feito assim o meu pequeno presente de meia-luz, entro diretamente no que verdadeiramente interessa — as consequências que adviriam, para o País, da aprovação do projeto de lei do sr. José Cabral. Tratarei primeiro das consequências internas.

A primeira consequência seria esta — coisa nenhuma. Se o sr. José Cabral cuida que ele, ou a Assembleia Nacional, ou o Governo, ou quem quer que seja, pode extinguir o Grande Oriente Lusitano, fique desde já desenganado. As Ordens iniciáticas estão defendidas, *ab origine symboli,* por condições e forças muito especiais que as tomam indestrutíveis de *fora*. Não me proponho explicar o que sejam essas forças e condições: basta que indique a sua existência.

De resto, têm os senhores deputados a prova prática em o que tem sucedido noutros países, onde se tem pretendido suprimir as Obediências maçónicas. Pondo de parte a Rússia — onde nem eu nem os senhores deputados sabemos o que verdadeiramente se passa, e onde, aliás, quase não havia maçonaria —, poderemos considerar os casos da Itália, da Espanha e da Alemanha.

Mussolini procedeu contra a Maçonaria, isto é, contra o Grande Oriente da Itália mais ou menos nos termos pagãos do projeto do sr. José Cabral. Não sei se perseguiu muita gente, nem me importa saber. O que sei, de ciência certa, é que o Grande Oriente de Itália é um daqueles mortos que continuam de perfeita saúde. Mantém-se, concentra-se, tem-se depurado, e lá está à espera; se tem em que esperar é outro assunto. O camartelo do Duce pode destruir o edifício do comunismo italiano; não tem força para abater colunas simbólicas, vazadas num metal que procede da Alquimia.

Primo de Rivera procedeu mais brandamente, conforme a sua índole fidalga, contra a Maçonaria Espanhola. Também sei ao certo qual foi o resultado — o grande desenvolvimento, numérico como político, da Maçonaria em Espanha. Não sei se alguns fenómenos secundários, como, por exemplo, a queda da Monarquia, teria qualquer relação com esse facto.

Hitler, depois de se ter apoiado nas três Grandes Lojas cristãs da Prússia, procedeu segundo o seu admirável costume ariano de morder a mão que lhe dera de comer. Deixou em paz as outras Grandes Lojas — as que o não tinham apoiado nem eram cristãs — e, por intermédio de um tal Goering, intimou aquelas três a dissolverem-se. Elas disseram que sim — aos Goerings diz-se sempre que sim — e continuaram a existir. Por coincidência, foi depois de se tomar essa medida que começaram a surgir cisões e outras dificuldades adentro do partido nazi. A história, como o sr. José Cabral deve saber, tem muito destas coincidências.

Como tenho estado a apresentar razões e factos até certo ponto desanimadores para o sr. José Cabral, vou desde já animá-lo com a indicação de um resultado certo, positivo, que adviria da aprovação do seu projeto. Resultaria dele — alegre-se o dominicano! — um grande número de perseguições a oficiais do exército e da armada (excepto em Cascais) e a funcionários públicos. Perderiam os seus lugares os que não quisessem ter a indignidade de repudiar a sua Ordem. Resultaria, portanto, a miséria para as suas famílias, onde é possível — isto é que é grave — que se encontrassem pessoas devotas de Santa Teresinha do Menino Jesus, personagem que ocupa, na actual mitologia portuguesa, um lugar um pouco acima de Deus. Resolver-se-ia, é certo, no estilo

inesperado do *roulement* que não rola, o problema do desemprego — para aqueles atuais desempregados, bem entendido, que têm por Grão-Mestre Adjunto o sr. Conselheiro João de Azevedo Coutinho.

Seriam essas as consequências internas da aprovação do projeto: dois zeros — um para o efeito antimaçónico da lei, outro para a barriga de muita gente. Seriam essas as consequências internas. Vou tratar agora das consequências externas, isto é, das consequências que adviriam da aprovação do projeto para a vida e o crédito de Portugal no estrangeiro. Esse aspecto da questão, esse resultado, não só possível mas quase certo, creio bem que não ocorreu ao sr. José Cabral. Presto homenagem — e a sério — ao seu patriotismo, embora lamente que seja um patriotismo tão analfabeto.

Existem hoje em atividade, em todo o mundo, cerca de seis milhões de maçons, dos quais cerca de quatro milhões nos Estados Unidos e cerca de um milhão sob as diversas Obediências independentes do Império Britânico. Assim, cinco sextos dos maçons hoje em atividade são maçons de fala inglesa. O milhão restante, ou conta parecida, acha-se repartido pelas várias Grandes Obediências dos outros países do mundo, das quais a mais importante e influente é talvez o Grande Oriente de França.

As Obediências maçónicas são potências autónomas e independentes, pois não há governo central da Maçonaria, que é por isso menos «internacional» que a Igreja Romana. Há Obediências maçónicas que poucas relações têm entre si; há até Obediências que estão de relações suspensas ou cortadas. Dou dois exemplos. A Grande Loja de Inglaterra cortou em 1877, por um motivo técnico, as relações, que ainda não reatou, com o Grande Oriente de França. A mesma Grande Loja cortou, em 1933, as relações com a Grande Loja das Filipinas, em virtude de divergências — cuja natureza não sei mas presumo — quanto à maneira de desenvolver a Maçonaria na China.

Assim a Maçonaria necessariamente toma aspetos diferentes — políticos, sociais e até rituais — de país para país, e até, dentro do mesmo país, de Obediência para Obediência, se houver mais que uma. Dou um exemplo. Há em França três Obediências independentes — o Grande Oriente de França, a Grande Loja de França (prolongada capitularmente pelo

Supremo Conselho do Grau 33) e a Loja Regular, Nacional e Independente para França e suas Colónias. O Grande Oriente é acentuadamente radical e antirreligioso; a Grande Loja limita-se a ser liberal e anticlerical; a Grande Loja Nacional não tem política nenhuma. Dou outro exemplo. O Grande Oriente de França tem uma grande influência política, mas, exceto através dessa, pouco influência social. A Grande Loja de Inglaterra não se preocupa com política, mas a sua influência social é enorme.

Conquanto, porém, a Maçonaria esteja assim materialmente dividida, pode considerar-se como unida espiritualmente. O espírito dos rituais, e sobretudo o dos Graus Simbólicos (nos quais, e sobretudo no Grau de Mestre, está já, para quem saiba ver ou sentir, a Maçonaria inteira), é o mesmo em toda a parte, por muitas que sejam as divergências verbais e rituais entre graus idênticos, trabalhados por Obediências diferentes. Em palavras mais perspícuas, mas necessariamente menos claras: quem tiver as chaves herméticas, em qualquer forma de um ritual encontrará, sob mais ou menos véus, as mesmas fechaduras.

Resulta desta comunidade de espírito profundo, deste íntimo e secreto laço fraternal, que ninguém quebrou nem pode quebrar, uma Obediência, ainda que tenha poucas ou nenhumas relações com outra, não vê todavia com indiferença o ser esta atacada por profanos. Os maçons da Grande Loja de Inglaterra não têm, como disse, relações com os do Grande Oriente de França. Quando, porém, recentemente, surgiu em França, a propósito dos casos Stavisky e Prince, uma campanha antimaçónica, de origem aliás ultra-suspeita, a vaga simpática, que potencialmente se estava formando em Inglaterra pelos conservadores que atacavam o Governo Francês, desapareceu imediatamente. O *Times,* conservador mas acentuadamente maçónico, relatou as manifestações contra o Governo Francês com uma antipatia que roçou pela deturpação de factos. E há muitos casos semelhantes, como o de certo escritor maçónico inglês, que em seus livros constantemente ataca o Grande Oriente de França, mudar completamente de atitude ao responder a uma escritora inglesa antimaçónica, que afinal dissera pouco mais ou menos o mesmo que ele havia sempre dito.

Nisto tudo, que serviu de exemplos, trata-se de coisas de pouca monta, simples campanhas de jornal, e por certo de atitudes espontâneas e

individuais da parte dos maçons que as tomaram. Quando porém se trate de factos maçonicamente graves, como seja a tentativa, por um governo, de suprimir ou perseguir uma Obediência maçónica, já a ação dos maçons não é tão individual e isolada, nem se resume a uma maior ou menor antipatia jornalística. Provam-no diversas complicações, de origem aparentemente desconhecida, que encontrou em países estrangeiros o governo de Primo de Riviera, e que encontraram, e ainda encontram, os governos da Itália e da Alemanha. Esses, porém, são países grandes e fortes, com recursos, de vária ordem, que em certo modo podem contrabalançar aquelas oposições. Vem mais a propósito citar o caso de um país que não é grande nem influente na política europeia em geral. Refiro-me à Hungria e ao que se passou com o célebre empréstimo americano.

Aqui há anos, pouco depois da Guerra, o Governo Húngaro decretou a supressão da Maçonaria no seu território. Pouco depois negociava um empréstimo nos Estados Unidos. Estava o empréstimo praticamente feito quando veio da América a indicação final de que ele não seria concedido se não se restabelecessem «certas instituições legítimas». O Governo Húngaro percebeu e viu-se obrigado a entrar em transações com o Grão--Mestre; disse-lhe que autorizava a reabertura das Lojas, com a condição (que parece do sr. José Cabral) de que nelas pudessem assistir profanos. É escusado dizer que o Grão-Mestre recusou. O Governo manteve, portanto, a «supressão das Lojas...» e o empréstimo não se fez. Ora isto sucedeu com a Maçonaria Americana, que não faz propriamente política nem mantém relações muito intensas com as Obediências europeias, à exceção das britânicas. Tratava-se, porém, de uma grave injúria à Maçonaria, e o resultado foi o que se vê.

Não venha o sr. José Cabral dizer-me que não precisamos de empréstimos do estrangeiro. Nem só de empréstimos vive o país. Precisa, por exemplo, de colónias, sobretudo das que ainda tem. E precisa de muitas outras coisas, incluindo o não incorrer na hostilidade ativa dos cinco e tal milhões de maçons que, por apolíticos, ainda não nos têm hostilizado.

Creio que disse o suficiente para que o sr. José Cabral e os outros senhores deputados compreendam perfeitamente qual pode e deve ser

o alcance da aprovação deste projeto na vida e no crédito de Portugal. Antes de acabar, porém, quero dar-lhes uma pequena amostra da espécie de gente em cuja antipatia ativa incorreríamos.

Tomarei para exemplo a Grande Loja Unida de Inglaterra, não só pela importância que para nós têm as nossas relações com aquele país, mas também porque qualquer ação dessa Grande Loja — a Loja-Mãe do Universo, com cerca de 450.000 maçons em atividade — arrasta consigo todos os maçons de fala inglesa e todas as Obediências dos países protestantes. Do resto da Maçonaria não é preciso falar.

São maçons, sob a Obediência da Grande Loja de Inglaterra, três filhos do Rei — o Príncipe de Gales, Grão-Mestre Provincial de Surrey, o Duque de York, Grão-Mestre Provincial de Middlesex, e o Duque de Kent, antigo Primeiro Grande Vigilante. É maçon o genro do Rei, Conde de Harewood, Grão-Mestre Provincial de West Yorkshire. São maçons, em sua maioria, os fidalgos ingleses, sobretudo os de antiga linhagem. São maçons, em grande número, os prelados e sacerdotes da Igreja da Inglaterra, o clero mais profundamente culto de todo o mundo, a Igreja protestante que mais perto está, em dogma e ritual, da Igreja de Roma. Não prossigo, porque já basta... Lembro, todavia, que os três grandes jornais *conservadores* ingleses — o *Times,* o *Sunday Times* e o *Daily Telegraph* — são ao mesmo tempo maçónicos...

Acabei. Convém, porém, não acabar ainda. Provei neste artigo que o projeto de lei do sr. José Cabral, além do produto da mais completa ignorância do assunto, seria, se fosse aprovado: primeiro, inútil e improfícuo; segundo, injusto e cruel; terceiro, um malefício para o País na sua vida internacional. Não considerei, porque não tinha que considerar, se a Maçonaria merece o mau conceito em que evidentemente a tem o sr. José Cabral e outros que nada sabem da matéria. Esse ponto estava fora da linha do meu argumento. Como, porém, a maioria da gente não sabe raciocinar, pode alguém supor que me esquivei a esse ponto. Vou por isso tratar dele embora protestando contra mim mesmo. Quem sofre com isso é o leitor.

A Maçonaria compõe-se de três elementos: o elemento iniciático, pelo qual é secreta; o elemento fraternal; e o elemento a que chamarei humano — isto é, o que resulta de ela ser composta por diversas espécies de

homens, de diferentes graus de inteligência e cultura, e o que resulta de ela existir em muitos países, sujeita portanto a diversas circunstâncias de meio e de momento histórico, perante as quais, de país para país e de época para época, reage, quanto à atitude social, diferentemente.

Nos primeiros dois elementos, onde reside essencialmente o espírito maçónico, a Ordem é a mesma sempre e em todo o mundo. No terceiro, a Maçonaria — como aliás qualquer instituição humana, secreta ou não — apresenta diferentes aspectos, conforme a mentalidade de maçons individuais, e conforme circunstâncias de meio e momento histórico, de que ela não tem culpa.

Neste terceiro ponto de vista, toda a Maçonaria gira, porém, em torno de uma só ideia — a tolerância; isto é, o não impor a alguém dogma nenhum, deixando-o pensar como entender. Por isso a Maçonaria não tem uma doutrina. Tudo quanto se chama «doutrina maçónica» são opiniões individuais de maçons, quer sobre a Ordem em si mesma, quer sobre as suas relações com o mundo profano. São diversíssimas: vão desde o panteísmo naturalista de Oswald Wirth até ao misticismo cristão de Arthur Edward Waite, ambos eles tentando converter em doutrina o espírito da Ordem. As suas afirmações, porém, são simplesmente suas; a Maçonaria nada tem com elas. Ora o primeiro erro dos antimaçons consiste em tentar definir o espírito maçónico em geral pelas afirmações de maçons particulares, escolhidos ordinariamente com grande má-fé.

O segundo erro dos antimaçons consiste em não querer ver que a Maçonaria, unida espiritualmente, está materialmente dividida, como já expliquei. A sua ação social varia de país para país, de momento histórico para momento histórico, em função das circunstâncias do meio e da época, que afetam a Maçonaria como afetam toda a gente. A sua ação social varia, dentro do mesmo país, de Obediência para Obediência, onde houver mais que uma, em virtude de divergências doutrinárias — as que provocaram a formação dessas Obediências distintas, pois, a haver entre elas acordo em tudo, estariam unidas. Segue de aqui que nenhum ato político ocasional de nenhuma Obediência pode ser levado à conta da Maçonaria em geral, ou até dessa Obediências particular, pois pode provir, como em geral provém, de circunstâncias políticas de momento, que a Maçonaria não criou.

Resulta de tudo isto que todas as campanhas antimaçónicas — baseadas nesta dupla confusão do particular com o geral e do ocasional com o permanente — estão absolutamente erradas, e que nada até hoje se provou em desabono da Maçonaria. Por esse critério — o de avaliar uma instituição pelos seus atos ocasionais — que haveria neste mundo senão abominação? Quer o sr. José Cabral que se avaliem os papas por Rodrigo Bórgia, assassino e incestuoso? Quer que se considere a Igreja de Roma perfeitamente definida, em seu íntimo espírito pelas torturas dos Inquisidores (provenientes de um uso profano do tempo), ou pelos massacres dos albigenses e dos piemonteses? E contudo com muito mais razão se o poderia fazer, pois essas crueldades foram feitas com ordem ou com consentimento dos papas, obrigando assim, espiritualmente, a Igreja inteira.

Sejamos, ao menos, justos. Se debitamos à Maçonaria em geral todos aqueles casos particulares, ponhamos-lhe a crédito, em contrapartida, os benefícios que dela temos recebido em iguais condições. Beijem-lhe os jesuítas as mãos, por lhes ter sido dado acolhimento e liberdade na Prússia, no século XVIII — quando, expulsos de toda a parte, os repudiava o próprio papa — pelo maçon Frederico 11. Agradeçamos-lhe a vitória de Waterloo, pois que Wellington e Blücher eram ambos maçons. Sejamos-lhe gratos por ter sido ela quem criou a base onde veio a assentar a futura vitória dos Aliados — a *Entente Cordiale,* obra do maçon Eduardo VIl. Nem esqueçamos, finalmente, que devemos à Maçonaria a maior obra da literatura moderna — o *Fausto,* do maçon Goethe.

Acabei de vez. Deixe o sr. José Cabral a Maçonaria aos maçons e aos que, embora o não sejam, viram, ainda que noutro Templo, a mesma Luz. Deixe a antimaçonaria àqueles antimaçons que são os legítimos descendentes intelectuais do célebre pregador que descobriu que Herodes e Pilatos eram Vigilantes de uma Loja de Jerusalém.

Deixe isso tudo, e no próximo dia 13, se quiser, vamos juntos a Fátima. E calha bem porque será 13 de Fevereiro — o aniversário daquela lei de João Franco que estabelecia a pena de morte para os crimes políticos.

Preceitos Maçónicos

Ama a Humanidade.

Escuta a voz da natureza, que te brada: todos os homens são iguais: todos constituem uma única família.

Tem sempre presente que não só és responsável pelo mal que fizeres, mas pelo bem que deixaste de fazer.

Faze o bem pelo amor do próprio bem.

O verdadeiro culto consiste nos bons costumes e na prática das virtudes.

Escuta sempre a voz da consciência: é o teu juiz.

Trata de te conhecer; corrige os teus defeitos e vence as tuas paixões.

Nos teus atos mais secretos supõe sempre que tens todo o mundo por testemunha.

Ama os bons, anima os fracos, foge dos maus, mas não odeies ninguém.

Fala sobriamente com os superiores, prudentemente com os iguais, abertamente com os amigos, benevolamente com os inferiores, leal e sinceramente com todos.

Dize a verdade, pratica a justiça, procede com rectidão.

Não lisonjeies nunca; é uma traição; se alguém te lisonjear toma cuidado não te corrompa.

Não julgues ao de leve as ações dos outros; louva pouco e censura ainda menos; lembra-te de que para bem julgar os homens é preciso sondar as consciências e perscrutar as intenções.

Se alguém tiver necessidade, socorre-o; se se desviar da virtude, chama-o a ela; se vacilar, ampara-o; se cair, levanta-o.

Respeita o viajante; auxilia-o; a sua pessoa é sagrada para ti.

Foge a contendas, evita os insultos, obedece sempre à razão esclarecida pela ciência.

Lê, aproveita, vê e imita o que é bom, reflete e trabalha; faze quanto possas para o aperfeiçoamento da organização social, e assim, contribuirás para o bem coletivo.

Sê progressivo; estuda a ciência porque ela te conduzirá à verdade que tens por dever procurar.

Não te envergonhes de confessar os teus erros; provarás assim que és hoje mais sensato do que eras ontem e que desejas aperfeiçoar-te.

Moraliza pelo exemplo; sê obsequioso; tolera todas as crenças e todos os cultos, mas tem por dever lutar contra a superstição, o fanatismo e a reação, como os mais resistentes obstáculos ao progresso humano.

Educa e ensina; esclarece os outros com o teu conselho, inspirado pela circunspeção e pela benevolência.

Regozija-te com a justiça; insurge-te contra iniquidade; sofre os azares da sorte, mas luta contra eles no intuito de os vencer.

Procede sempre de forma que a razão fique do teu lado.

Respeita a mulher; não abuses nunca da sua fraqueza; defende a sua inocência e a sua honra.

Ama a Pátria e a Liberdade; sê bom cidadão, bom marido, bom pai, bom filho, bom irmão e bom amigo.

Quando fores pai alegra-te, mas compreende a importância da tua missão. Sê um protetor fiel do teu filho; faze que até aos dez anos te obedeça, até aos vinte te ame, e até à morte te respeite. Até aos dez anos, sê seu mestre, até aos vinte seu pai e até à morte seu amigo. Ensina-lhe bons princípios de preferência a belas maneiras; que te deva uma rectidão esclarecida e não uma frívola elegância; fá-lo um homem honesto de preferência a um homem astuto.

Da Maçonaria e seus Princípios

A Maçonaria é uma instituição universal, essencialmente filantrópica, filosófica e progressiva; tem por fim procurar a verdade, o estudo da moral e a prática da solidariedade, e trabalha para o bem da Humanidade, contribuindo para o aperfeiçoamento da organização social.

Tem por princípios a tolerância mútua, o respeito dos outros e de si mesmo e a liberdade absoluta de consciência.

Considera as conceções metafísicas como sendo do domínio exclusivo da apreciação individual dos seus membros, e por isso se recusa a toda a afirmação dogmática.

Considera o trabalho como um dos deveres primordiais do homem, honrando igualmente o trabalho manual e o intelectual.

Tem por dever espalhar por todos os membros da Humanidade os laços fraternais que unem os maçons sobre toda a superfície da Terra, os quais se devem auxiliar, esclarecer e proteger, mesmo com risco da própria vida.

Recomenda aos seus adeptos a propaganda pelo exemplo, pela palavra e pela escrita, a fim de que o direito prevaleça sobre os caprichos humanos e sobre a força.

Como timbre, inscreve no seu código fundamental: *Justiça — Verdade — Honra — Progresso.*

Tem por divisa: *Liberdade — Igualdade — Fraternidade.*

Mensagem de investidura do autor como Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano (*)

1. O homem é um ser eminentemente social. Esta circunstância impõe, até por razões de sobrevivência, o respeito por certas normas de conduta ético-jurídicas. O maçon é mais do que um ente social. É uma pessoa especialmente comprometida com os outros e com a sua consciência. Pertence a uma Ordem iniciática, onde foi introduzido ritualmente, segundo regras precisas e ancestrais, destinadas a alongar o seu horizonte espiritual e a verificar a sua conformidade com os valores da Maçonaria. Viu a Luz e prestou um juramento solene. Deste modo, o maçon não é apenas um homem (ou mulher) integrado numa comunidade, mas um verdadeiro actante social, ou seja, um cidadão que age interna e externamente em estrita fidelidade ao seu juramento e aos valores maçónicos, procurando, em todos os seus atos, ajudar a construir uma sociedade mais justa e perfeita, trabalhando para a emancipação do Homem, coerentemente com o seu compromisso iniciático. Para tanto, deve ser um exemplo de comportamento ético e de dignidade cívica. O maçon não é um simples cidadão comum. É um obreiro empenhado, por opção voluntária e juramento sagrado, no seu aperfeiçoamento interior e, por essa via, na transformação do mundo de selvagem em humano. Como tenho dito e escrito, a Maçonaria é um Humanismo e uma elite moral.

Há profanos que, não tendo visto a luz, cultivam as virtudes maçónicas e são credores da nossa admiração. Mas há maçons que, apesar de vinculados aos nossos valores, esquecem, por vezes, os deveres assumidos e constitucionalmente consagrados, de «honrar integralmente e sem mácula o compromisso prestado na iniciação», de «guardar fidelidade à Ordem Maçónica», de «manter sempre um comportamento justo, tolerante e fraterno».

(*) Palácio Maçónico, 28 de Setembro de 2002. Esta mensagem é publicada porque mostra o pensamento do autor sobre o papel da Maçonaria.

Se neste momento solene vos falo de deveres, é porque o cumprimento das nossas obrigações fortifica o carácter e enobrece a nossa condição de pedreiros-livres, construtores do futuro. Onde está um maçon deve estar, por definição, um homem de bem, íntegro, leal, solidário e fraterno. Assim, a dignidade e o prestígio da Maçonaria, em geral, e do Grande Oriente Lusitano, em particular, impõem um grau elevado de exigência ética, não só quanto ao recrutamento de novos membros, e sua progressão nos graus, como relativamente à compostura e ao relacionamento dos actuais obreiros. Como escrevi na «Declaração de Princípios» da candidatura deste Grão-Mestrado «quem se assume como paradigma de comportamento ético e quer ajudar a construir um mundo melhor, deve dar a sua vida como exemplo. Só assim poderemos dignificar e prestigiar o G.O.L e sentir a honra plena da nossa condição. Só assim poderemos ter força moral e vigor maçónico para cumprirmos o nosso dever perante a Pátria e a Humanidade, e semearmos os nossos valores na sociedade profana». O maçon não pode ter pés de barro como a célebre estátua de Nabucodonosor, que ruiu fragorosamente por causa dessa fragilidade. Se um de nós claudicar é a Maçonaria que fica moralmente lesada.

A Ordem maçónica deve ser, pois, uma verdadeira aristocracia, no sentido que lhe deu Aristóteles: *aristê* — excelência. Só com tal grau de exigência poderemos constituir-nos como reserva moral da nação, objetivo essencial da nossa Augusta Ordem, para realizarmos as tarefas que nos propomos. Augusta significa, como sabemos, venerável, sagrada, que inspira respeito e veneração. É esse respeito que devemos transmitir, pela nossa probidade e pela valia cívica dos nossos atos, à sociedade profana. Este objetivo foi uma das ideias-força da nossa candidatura e é um compromisso que agora renovamos perante a Grande Dieta, lídima representante do povo maçónico. Conto com todos, sem qualquer exceção, para levarmos a cabo esta tarefa grandiosa e aliciante.

Neste tempo mercenário, exaurido dos grandes valores éticos pela ganância e pela degradação dos costumes, em que o sonho já não comanda a vida, como disse o Poeta, mas a vil pecúnia, em que impera a lei do mais forte, o nepotismo e a corrupção, em que a violência, o crime e a obscenidade enchem os palcos do quotidiano, e novas formas de escravatura

corroem a civilização, em que o Estado se demite dos seus deveres constitucionais, e muitos dos direitos humanos jazem, inertes, na letra da lei, é um imperativo categórico da nossa consciência de maçons acendermos uma luz de esperança na noite desesperada em que vivem muitos dos nossos concidadãos. Para cumprirmos esse dever temos de nos fortificar, intelectual e moralmente, em fraterna cadeia de união, usando com rigor os instrumentos da antiga e nobre arquitetura, que nos permitirão afeiçoar a pedra bruta e ajudar a construir um mundo melhor, ou seja, e principalmente, o esquadro, símbolo da retidão e da ação do homem sobre si próprio e sobre a matéria, e o compasso, símbolo do espírito, do pensamento mobilizador, da justiça e da exatidão.

Sei que os meus Irmãos sabem utilizar com mestria os instrumentos do ofício, como pude verificar durante a campanha eleitoral, através do contacto frutuoso com a maior parte das nossas Oficinas. As raras exceções que vieram à tona e transbordaram, infelizmente, para o mundo profano, com as inevitáveis repercussões negativas para a nossa Casa, são epifenómenos que o tempo e um exame de consciência permitirão ultrapassar. Por mim, asseguro-vos que cumprirei integralmente os meus deveres, agora acrescidos com a honrosa responsabilidade em que fui investido pela vontade soberana e expressiva do Povo maçónico. Aceitei, aliás, a candidatura por um sentido profundo de dever perante os meus Irmãos e a nossa Obediência: servir-vos e servi-la até ao limite das minhas forças e da minha capacidade. Fazer tudo quanto em mim couber para «Cumprir e fazer cumprir lealmente e com fidelidade a Constituição do Grande Oriente Lusitano, observar as Leis e promover o esplendor da Ordem». Serei exigente comigo próprio para poder exigir dos meus Irmãos o cumprimento dos seus deveres, com compreensão e fraternidade. Usarei o malhete, símbolo do trabalho, da autoridade e da vontade activa, tendo sempre como objetivo o engrandecimento, a dignidade, a coesão e o prestígio do Grande Oriente Lusitano, casa-mãe da Maçonaria Portuguesa, a que me orgulho de pertencer. Serei fiel guardião da sua tradição liberal e dos seus valores identitários — o livre pensamento, a tolerância, o laicismo, a fraternidade. O livre pensamento e a tolerância são pressupostos da procura da verdade, sem preconceitos nem dogmas. O laicismo significa equidistância relativamente a todas as religiões, porque todas nos merecem

igual respeito, assim como os irmãos que as professam. A fraternidade é a utopia mobilizadora, o lugar para onde, o vértice do triângulo maçónico. É este património moral inalienável que nos permite unir o que é diferente e está disperso, crentes, agnósticos e ateus, homens de bem de todas as sensibilidades democráticas, e reconhecer como Irmãs as mulheres que, como nós, viram a Luz, e querem, por caminhos autónomos ou paralelos, juntar-se à Grande Família para a construção do Templo comum de toda a Humanidade.

Gostaria, aliás, de ter aqui, na Casa matricial da Maçonaria lusitana, os Grão-Mestres das restantes Obediências nacionais, masculinas, feminina e mista. Circunstâncias alheias à minha vontade impediram que lhes fosse endereçado o respetivo convite. Espero, contudo, recebê-los proximamente para refletirmos sobre a forma de encurtarmos a distância que separa as concepções vigentes no início o Séc. XVIII, quando a mulher era considerada um ser inferior, e a Inquisição ainda mandava os heréticos para a fogueira, e as conceções humanistas do nosso tempo, consagradas na Constituição da República, que baniram todas as discriminações baseadas no sexo e na religião. Isto para vos dizer, meus Irmãos, que temos de trabalhar em conjunto para, sem quebra da fidelidade aos valores eternos da nossa Augusta Ordem, dotar Portugal de uma Maçonaria atual e atuante, sem dogmas nem preconceitos, que seja o espelho do nosso tempo, onde a esperança reconheça o seu rosto redimido.

2. Uma Maçonaria para o Séc. XXI impõe um novo tipo de prática maçónica e de relacionamento com a sociedade profana, como acentuei na «Declaração de Princípios» da candidatura, que reafirmo e aqui dou por reproduzida. O nosso programa foi sufragado e mereceu aprovação clara do Povo maçónico. Urge cumpri-lo, ponto por ponto, em colaboração harmoniosa com todos os órgãos e obreiros, com Sabedoria, Força e Beleza.

O trabalho interno deve processar-se com a discrição e o rigor habituais, segundo o rito adotado. O rito deve ser harmonizado, pelas respetivas Câmaras, por forma a manter a sua força elocutiva e congregadora. Se o ritual fôr desvirtuado, estamos a profanar o sagrado. As Oficinas, embora autónomas, são células do mesmo corpo, vivificadas e interpenetradas por

regras e valores comuns, constituindo elos da mesma cadeia fraterna de união, que é a força anímica, inquebrantável, da Obediência.

O relacionamento com a sociedade profana terá de processar- se em dois planos, o institucional e o individual. O primeiro é da exclusiva competência do Grão-Mestre, nos termos constitucionais. Exercerei essa competência nos casos e com a parcimónia realçados no Programa. O mesmo acontecerá nas relações com os meios de comunicação social. O Grande Oriente Lusitano não pode fechar-se sobre si próprio, mas só deve ser notícia por boas e nobres razões. No plano individual, e invocando, de novo, o Programa — documento que balizará a nossa atuação — cada maçon tem o dever indeclinável de trabalhar para o bem da sociedade, segundo a sua consciência e aptidões. Na sua esfera de ação (...) deve dar o exemplo ativo de compostura, seriedade, empenhamento cívico e rigor ético-profissional. É nas épocas de crise, quando a descrença alastra e o futuro é uma palavra vazia de conteúdo, que se torna imperioso lançar uma luz de esperança na noite circundante». O Grão-Mestre também se reclama, como maçon — o primeiro entre iguais — do direito de atuar individualmente, embora com as restrições resultantes do cargo.

A intervenção na sociedade profana, institucional ou individual, no sentido de contribuir para a resolução dos graves problemas que nos afligem, em coerência com os nossos valores, pressupõe um trabalho prévio de estudo e reflexão, e o conseguimento de soluções consensuais. Este é o convite que faço a todas as Oficinas e a todos os Irmãos. Temos entre nós estudiosos, técnicos e especialistas dos vários ramos do saber. É nossa obrigação procurar as soluções adequadas para esses problemas. Refiro alguns, a título de exemplo, e que muito me preocupam:

— *A crise moral do regime:* o laxismo, a corrupção, o compadrio e o progressivo descrédito da classe política, onde as honrosas exceções não chegam para nos tranquilizar, estão a desacreditar o regime democrático. O neoliberalismo selvagem e os lobbis querem transformar o Estado social, previsto na Constituição da República, em Estado-Mercado, ou Estado-Mínimo deixando o cidadão indefeso perante a teia das multinacionais. A sociedade de consumo, gerada e alimentada pela voracidade desmedida

dos novos senhores, que divinizaram o lucro e transformaram o dinheiro em marca de sucesso e valor supremo, constitui um entrave à cidadania e à liberdade, transformando o cidadão em mero consumidor e enredando--o no labirinto Kafkiano dos interesses estabelecidos. É imperioso e urgente reconduzir a política ao espaço da ética, que é o seu lugar privilegiado, como dizia Hegel, e reabilitar a democracia. É preciso fazer uma reforma profunda do Estado, um novo contrato social. Há sinais alarmantes de desespero daqueles a quem retiraram, praticamente, os direitos fundamentais, ou seja, o direito e a liberdade de viver com um mínimo de dignidade, segurança e solidariedade. Portugal é o país da União Europeia onde é maior o fosso entre ricos e pobres. Entre o salário médio nacional e o vencimento dos grandes gestores, mesmo os que são pagos pelo Estado, que ganham o quíntuplo do Presidente da República e acumulam escandalosas conezias, vai uma distância abissal, que fere o mais elementar sentido de justiça. Acresce que esses magnates, e suas empresas, fogem, por via de regra, às malhas da lei e do fisco, e encontram, quase sempre, meios de fazerem prescrever as suas responsabilidades.

Para reabilitar a democracia e o Estado de direito é preciso garantir a dignidade da pessoa humana e a fruição dos bens sociais. Há milhões de portugueses excluídos da cidadania. Por isso nos perguntamos: o que podem fazer a Maçonaria e os maçons para fortalecer o regime, garantir os direitos humanos e trazer a esperança aos deserdados pelo sistema?

— *União Europeia:* Portugal está hoje integrado num grande espaço comunitário, cujos contornos políticos ainda não estão definidos (União, Federação, Confederação?). A Europa, que muitos maçons visionaram como um espaço de solidariedade, a Europa social dos cidadãos, que está em vias de se transformar na Europa das multinacionais, trouxe modificações profundas ao Estado moderno e implicou uma alienação parcial da soberania. Já não temos fronteira nem moeda própria, e o símbolo máximo da nossa identidade, a Bandeira Nacional, verde e rubra, vai-se esbatendo ao lado do azul estrelado do pavilhão comunitário.

Somos por uma Comunidade de nações livres e iguais, que garanta maior dignidade e bem-estar aos seus cidadãos e que se imponha, no

concerto mundial, como um baluarte da paz, convivência cívica, justiça e progresso. Mas sendo Portugal um país pequeno, cultural e economicamente débil, receio que a nossa independência e a nossa identidade, cimentadas ao longo de novecentos anos pelo esforço coletivo dos nossos ancestrais, se esvaia na História como o clamor dos nossos soldados de Ourique, de Aljubarrota e do Buçaco, praticamente ignorados pelos novos compêndios escolares. O país vai sendo comprado, de norte a sul, por estrangeiros. Dizem-me que metade do Alentejo e da Avenida da Liberdade, em Lisboa, pertence aos espanhóis. A Espanha, aliás, já detém o controlo dos principais interesses nacionais, mesmo em setores estratégicos. Os grandes grupos económicos estrangeiros comandam a nossa economia. Portugal está a ser vendido a retalho, e se assim continuar, só restará, como receava Torga, o céu e a Língua. Contudo, a própria Língua, nossa pátria verdadeira, na simbologia de Fernando Pessoa, corre sérios riscos perante a força avassaladora do inglês que, oxalá me engane, reforçará a sua vocação imperialista. A Maçonaria deve reflectir nestas questões. Somos universalistas, por doutrina e tradição. Mas só poderemos ser autênticos cidadãos da Europa e do mundo se preservarmos a nossa singularidade portuguesa, a nossa profunda identidade, vale dizer, a cultura e a Língua. A defesa da portugalidade, da genuína e afetiva ideia de Pátria, é um dever dos cidadãos em geral, e dos maçons em particular.

— *Globalização e desenvolvimento sustentável:* a mundialização da economia, com a consequente globalização dos sistemas produtivo e financeiro, da técnica e da informática, comandada pelas grandes potências económicas, ou seja, pelas multinacionais, criou ruturas nos países mais pobres e impactos sociais altamente negativos, agravando as desigualdades entre países e povos. No caso português, o processo cria riscos acrescidos por estarmos a sofrer, simultaneamente, duas formas de globalização, a europeia e a mundial, ambas de cariz tardo-liberal, em que o capital financeiro e a hegemonia das novas companhias majestáticas está a arruinar as nossas estruturas sociais e económicas. A situação agrava-se pela tendência privatizadora dos últimos governos, que ameaça abrir sectores fundamentais, como a saúde, à voracidade do capital

estrangeiro. A ânsia depredadora dos novos senhores do mundo está a tornar o nosso planeta inabitável, com níveis de poluição assustadores. O processo económico só é legítimo se reverter a favor da população e preservar o meio ambiente, a biodiversidade e o bem-estar social, ou seja, se for humana e ecologicamente sustentável.

O processo parece irreversível. O que urge fazer é torná-lo benéfico para a Humanidade, através de uma intervenção reguladora dos Estados e das Nações Unidas. O FMI e o Grupo conhecido por G8 não podem ser erigidos à categoria de controladores supremos de economia mundial. Há outros mundos para além do horizonte traçado pela atual argentocracia. O Estado português não pode demitir-se das suas responsabilidades. É o nosso futuro que está em causa. A Constituição da República, a grande conquista da Revolução libertadora de 25 de Abril de 1974, contém as linhas orientadoras e imperativas para a construção de uma sociedade mais justa, livre e igualitária. A Maçonaria deve intervir neste processo e, quer institucionalmente, quer através dos seus membros, deve dar um contributo para a humanização da vida, que pressupõe a paz entre as nações, e a defesa do planeta. Se não salvarmos o planeta não podemos salvar o Homem!

....

Prosseguiremos, entretanto, as celebrações do 2° Centenário da regularização do G.O.L, por carta-patente de 1802 (e.v.), e que constituíram um momento alto do Grão-Mestrado cessante. O programa, enriquecido com novas iniciativas, de que destaco conferências cívico-culturais e uma exposição itinerante, prolongar-se-á durante o próximo ano, pois foi em 1803 que chegou a Portugal o documento legitimador.

Reforçaremos a vertente filantrópica e cultural do G.O.L e do Grémio Lusitano. Os nossos intelectuais e artistas vão ser chamados a uma colaboração activa. A cultura é o espaço privilegiado para o encontro de todos os homens de bem.

Quero dizer-vos, meus Irmãos, para encerrar este capítulo da minha mensagem, que dedicarei, com entusiasmo e dedicação, os próximos três

anos da minha vida, à construção do Templo, a bem da nossa Augusta Ordem, da Pátria e da Humanidade. O sacrifício pessoal que este compromisso implica será largamente compensado pela honra de ser Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano-Maçonaria Portuguesa e de poder trabalhar com o malhete que foi de Gomes Freire de Andrade, Magalhães Lima e Raúl Rego, três autênticos varões de Plutarco, cuja evocação incorpora a memória de todos os que fizeram e prestigiaram a Maçonaria portuguesa.

3. Resta-me, para terminar, fazer as saudações impostas pelo cargo, pela tradição e pela minha consciência. Em primeiro lugar, saúdo respeitosamente o Senhor Presidente da República, legítimo representante da Pátria e do Povo, garante máximo das instituições democráticas.

Em segundo lugar, saúdo fraternalmente esta Sublime Câmara, espaço privilegiado de reflexão, que urge dinamizar e prestigiar. Saúdo o Irmão Presidente, todos os Dignitários e Membros, felicitando-vos pela vossa eleição e esperando que cumpram o vosso dever em perfeita harmonia com os superiores interesses da Ordem e os demais órgãos de Obediência. Em terceiro lugar, saúdo cordialmente o Sap. Grão-Mestre cessante e os meus Ilustres antecessores, aqui presentes, esperando contar com a sua experiência e o seu saber.

Finalmente, saúdo com emoção todos os meus queridos Irmãos, espalhados pela superfície da terra e dos mares, em particular os nossos Obreiros, realçando, simbolicamente, o mais velho, o Irmão Emídio Guerreiro, e o mais antigo, o Irmão Fernando Vale, Mestres Insignes e Venerandos, ambos subscritores da minha candidatura, cujo exemplo e contributo para o prestígio da Maçonaria me responsabiliza e acalenta. Foi pela mão de Fernando Vale — que deve ser o maçon mais antigo do mundo, pois foi iniciado há cerca de 80 anos — que eu vi a Luz, neste mesmo Palácio. Obrigado, meu Irmão, por teres confiado em mim. O G.O.L tem uma dívida de gratidão para estes e outros Irmãos, que dedicaram a sua longa vida, sem interrupção nem tergiversações, à prática dos valores maçónicos. Pagaremos essa dívida com a dignidade que a sua figura de maçons impolutos e de cidadãos íntegros justificadamente merece. A melhor forma de o fazer é seguir o seu exemplo.

O Grande Oriente Lusitano-Maçonaria Portuguesa foi protagonista da História pátria nos últimos duzentos anos. Mas desde 1727, quando se levantaram, em Lisboa, as primeiras colunas do Templo de Hiram, que os maçons portugueses trabalham a pedra bruta. Continuaremos, discretamente, a ser protagonistas da História, para a construção do futuro. O futuro é a esperança lúcida de que se alimenta o devir histórico. A Justiça, a Verdade, a Honra e o Progresso são o nosso lema. A Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade são a nossa divisa — os três grandes pilares da cidadania, que um dia brilharão como estrelas máximas do firmamento da Fraternidade Universal.

GRÃO-MESTRES DO GRANDE ORIENTE LUSITANO (G.O.L.)
NAS SUAS DIFERENTES DESIGNAÇÕES
(Fundado em 1802)

Sebastião José de Sampaio Melo e Castro, magistrado 1804-1809

José Aleixo Falcão de Gamboa Fragoso Vanzeler,
proprietário 1809-1810

Fernando Romão da Costa de Ataíde e Teive de
Sousa Coutinho 1809-1814

Fernando Luís Pereira de Sousa Barradas (int.º) .... 1814?-1816?

Gomes Freire de Andrade, general 1816-1817

João Vicente Pimentel Maldonado (int.º), magistrado e escritor 1820-1821

José da Silva Carvalho, político, magistrado e
Presidente do S.T.J. 1821-1839

Manuel Gonçalves de Miranda, oficial do exército e político 1839-1841

António Bernardo da Costa Cabral (1.º conde de Tomar),
advogado e político 1841-1846

João de Deus Antunes Pinto (int.º) cónego da Sé de Lisboa 1846

Marcelino Máximo de Azevedo e Melo
(1.º visconde de Oliveira), magistrado 1846-1847

1.º conde de Tomar (2.º mandato) 1847-1849

Marcelino Máximo de Azevedo e Melo (int.º) 1849

Eleutério Francisco de Castelo Branco (int.º)
cónego da Sé de Lisboa 1849-1850

José Bernardo da Silva Cabral, advogado, magistrado
e político .... 1850-1856?

GRANDE ORIENTE DE PORTUGAL

MARCELINO MÁXIMO DE AZEVEDO E MELO
(1.º visconde de Oliveira) 1849-1853

JOSÉ JOAQUIM DE ALMEIDA MOURA COUTINHO,
advogado e magistrado 1861

FREDERICO LEÃO CABREIRA (interino), oficial do exército
e escritor 1861-1863

CAETANO GASPAR DE ALMEIDA NORONHA PORTUGAL CAMÕES
DE ALBUQUERQUE MONIZ E SOUSA (3.º conde de Peniche) .... 1863-1865?

TOMÁS OOM (int.º), funcionário público .... 1865?-1867

G.O.L. E GRANDE ORIENTE LUSITANO UNIDO

JOÃO INÁCIO FRANCISCO DE PAULA DE NORONHA
(2.º conde de Paraty) 1859-1881

MIGUEL BAPTISTA MACIEL, oficial do exército e engenheiro 1881-1884

JOSÉ ELIAS GARCIA, oficial do exército, jornalista e político 1884-1886

ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, professor e político 1886-1887

JOSÉ ELIAS GARCIA (2.º mandato) 1887-1889

CARLOS RAMIRO COUTINHO (1.º visconde de Ouguela),
magistrado e político 1889-1895

BERNARDINO LUÍS MACHADO GUIMARÃES, professor.
Presidente da República 1895-1899

LUÍS AUGUSTO FERREIRA DE CASTRO, oficial do exército
e professor 1899-1906

FRANCISCO GOMES DA SILVA (interino) funcionário público
e político 1906-1907

SEBASTIÃO DE MAGALHÃES LIMA, jornalista e político 1907-1928

António Augusto Curson (interino) funcionário público e professor 1928-1929

António José de Almeida (não tomou posse por doença) médico e político. Presidente da República 1929

Joaquim Maria de Oliveira Simões (interino) oficial do exército e professor 1929-1930

José Mendes Ribeiro Norton de Matos, general, professor e político 1930-1935

Maurício Martins Costa (interino) advogado 1935-1937

Filipe Inês Ferreira (interino) advogado 1937

Luís Gonçalves Rebordão, oficial do exército, advogado e professor 1937-1975

Luís Ernâni Dias Amado, médico e professor universitário 1975-1982

Armando Adão e Silva, advogado e político 1982-1984

G.O.L.

José Eduardo Simões Coimbra, oficial da marinha 1984-1988

Raul da Assunção Pimenta Rego, jornalista e político 1988-1990

Ramon de La Féria, médico 1990-1993

João Rosado Correia, arquiteto e político 1993-1996

Eugénio Óscar Filipe de Oliveira, oficial do exército 1996-2002

António Duarte Arnaut, advogado, escritor e político 2002-2005

António Fernando Marques Ribeiro Reis, historiador, professor e político 2005-2011

Fernando Manuel Lima Valladas, advogado e gestor 2011-

GRÃO-MESTRES
DA GRANDE LOJA REGULAR DE PORTUGAL (GLRP)
(Fundada em 1991)

FERNANDO TEIXEIRA, médico analista 1991-1996

LUÍS NANDIN DE CARVALHO, advogado e professor 1996

GLRP .... **Grande Loja Legal de PortugaL**
(Casa do Sino) **(GLLP / GLRP)**

LUÍS NANDIN DE CARVALHO 1996-2000

JOSÉ MANUEL ANES, professor universitário 2001-2004

ALBERTO TROVÃO DO ROSÁRIO, professor universitário 2004-2007

MARTIM GUIA, economista e escritor 2007-2010

JOSÉ MORENO, advogado 2010-2014

JÚLIO MEIRINHOS, jurista 2014-

GRÃ-MESTRAS
DA GRANDE LOJA FEMININA DE PORTUGAL
(Fundada em 1997)

Manuela Cruzeiro, professora universitária / bibliotecária 1997-2000

Júlia Maranha, professora 2002-2002

Maria Helena Carvalho Santos, professora universitária 2002-2003

Manuela Cruzeiro, professora universitária / bibliotecária 2003-2004

Maria Belo, psicanalista 2004-2007

Feliciana Ferreira, jornalista 2007-2010

Odete Isabel, farmacêutica hospitalar 2010-2013

Mary Ruah 2013-2015

Isabel Corcker 2015-

MAÇONS ILUSTRES

(Relação breve de algumas das figuras mais conhecidas da História)

ESTRANGEIROS:

ALEXANDRE FLEMING — inventor da penicilina;

AUGUSTE COMTE — filósofo, fundador do positivismo;

BALSAC — escritor francês

BEETHOVEN — genial compositor alemão;

BYRON — poeta inglês;

CHARLLIE CHAPLIN — génio do cinema;

CHURCHILL — primeiro ministro britânico;

EDUARDO VII — rei inglês. Recebeu em 1874 o título de Grão-Mestre das Grandes Lojas Unidas de Inglaterra;

DANTON — advogado. Um dos chefes populares da Revolução Francesa;

DEODORO DA FONSECA — político brasileiro. Proclamou a República no Brasil e foi o seu primeiro presidente;

DIDEROT — escritor e filósofo. Diretor e impulsionador da Enciclopédia;

FREDERICO II — rei da Prússia de 1740 a 1786;

GARIBALDI — patriota e libertador italiano;

GOETHE — génio da literatura alemã e universal;

GUILHERME I — rei da Prússia e Imperador da Alemanha (iniciado em 1840);

HAYDN — compositor austríaco;

IMMANUEL KANT — filósofo alemão;

LINCOLN — presidente dos Estados Unidos. Aboliu a escravatura;

LISZT — compositor húngaro;

MARC CHAGALL — pintor francês de origem russa;

MONTESQUIEU — filósofo do direito e crítico social;

MOZART — genial compositor austríaco e um dos maiores vultos da história da música;

PAUL HARRIS — fundador do Rotary Club;

PROUDHON — filósofo francês;

ROBERT BADEN POWELL — fundador do escotismo;

ROOSEVELT — presidente dos Estados Unidos;

RUDYARD KIPLING — prémio Nobel da Literatura em 1907;

SALVADOR ALLENDE — presidente do Chile;

SAN MARTÍN — libertador da Argentina, Chile e Peru;

SCHILLER — poeta e dramaturgo alemão;

SIMON BOLIVAR — libertador da América;

TOLSTOI — grande escritor russo. No seu livro «Guerra e Paz» descreve em pormenor a iniciação duma personagem;

VOLTAIRE — grande escritor francês;

WASHINGTON — primeiro presidente dos Estados Unidos (iniciado em 1752).

PORTUGUESES:

ABADE CORREIA DA SERRA — fundador e secretário da Academia de Ciências;

ABEL SALAZAR — médico, professor e artista (iniciado em 1934);

ADELAIDE CABETE — médica e pedagoga, falecida em 1935. Inspirou Lídia Jorge na peça «A Maçon» estreada no Teatro Nacional em 1997;

ADELINO DA PALMA CARLOS — advogado e professor. Presidente do Governo Provisório (1974);

AFONSO COSTA — ministro e reformador da República. Presidente do Ministério;

A. H. DE OLIVEIRA MARQUES — professor universitário e historiador;

ALEXANDRE HERCULANO — historiador e escritor;

ALFREDO KEIL — autor da música do Hino Nacional;

ALMEIDA GARRETT — parlamentar e escritor;

ALVES DA VEIGA — advogado e professor. Chefe da Revolta de 31-1-1891;

ANA DE CASTRO OSÓRIO — escritora (iniciada em 1907);

ANTERO DE QUENTAL — poeta e pensador;

ANTÓNIO AIRES DE GOUVEIA OSÓRIO — lente da Universidade de Coimbra. Bispo de Betsaida e arcebispo da Calcedónia;

ANTÓNIO ALVES MARTINS — político liberal. Bispo de Viseu (1862-1882);

ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR — político liberal. Grão-Mestre (1886-87);

ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — ministro e Presidente da República; eleito Grão-Mestre do G.O.L. (1929);

ANTÓNIO MACEDO — advogado e parlamentar. Presidente do *PS;*

AQUILINO RIBEIRO — escritor (iniciado em 1908);

AVELAR BROTERO — cientista, lente de Botânica da Universidade de Coimbra (1744-1828);

BERNARDINO MACHADO — professor. Presidente da República, Grão-Mestre (1895-99);

BISSAYA BARRETO — médico, professor e filantropo;

BOCAGE — poeta;

CAMILO CASTELO BRANCO — escritor;

CAMILO PESSANHA — advogado, professor e poeta;

CARDEAL COSTA NUNES — Vice-Camarlengo da Santa Sé;

Cardeal Saraiva (**Frei Francisco de S. Luís Saraiva**) — Patriarca de Lisboa (1840-45). Grão-Mestre da Maçonaria do Sul (1837);

Carolina Beatriz Ângelo — médica. Foi a primeira mulher portuguesa a exercer cirurgia e a primeira a votar;

Conde de Paraty (**João Inácio Francisco de Paula Noronha**) — Grão--Mestre (1859-81);

Costa Cabral — político liberal. Grão-Mestre (1841-46);

Duque de Lafões — marechal, primeiro presidente da Academia das Ciências de Lisboa;

Eça de Queirós — escritor;

Egas Moniz — médico e professor. Prémio Nobel da Medicina;

Fernandes Tomás — advogado e político. Fundador do Sinédrio (1818) e um dos chefes da Revolução de 1820;

Fernando II — rei de Portugal como marido de D. Maria II

Ferreira Borges — jurisconsulto e político liberal. Fundador do Sinédrio e um dos chefes da Revolução de 1820;

Gago Coutinho — almirante e geógrafo. Realizou com Sacadura Cabral a primeira travessia aérea Lisboa-Rio de Janeiro;

General Gomes Freire de Andrade — chefe do primeiro movimento liberal (1817). Grão-Mestre (1816-17);

General Humberto Delgado — candidato à Presidência da República (1958);

General Norton de Matos — militar, político e cientista. Grão-Mestre (1930-35). Candidato à Presidência da República (1948);

Henrique Lopes de Mendonça — autor da letra do Hino Nacional;

Jaime Cortesão — escritor e político;

João de Deus — poeta. Autor da Cartilha Maternal;

Joaquim de Carvalho — professor da Universidade de Coimbra;

José Anastácio da Cunha — professor da Universidade de Coimbra. Vítima da Inquisição (1744-1787);

José Augusto Seabra — poeta e político (1937-2004);

José Falcão — professor da Universidade de Coimbra; autor da Cartilha do Povo, publicada em 1984, livro fundamental na difusão dos ideais republicanos;

José Estêvão Coelho de Magalhães — parlamentar. Grão-Mestre (1862);

José Magalhães Godinho — advogado e Provedor da Justiça;

José Relvas — político e filantropo;

Luís I — antepenúltimo rei de Portugal;

Machado Santos — chefe da Revolução de 5-10-1910;

Manuel Bento da Silva Rodrigues — Bispo de Coimbra (1851-58) e Cardeal Patriarca de Lisboa (1858-69);

Marechal Duque de Saldanha — político liberal;

Marquesa de Alorna (**D. Leonor de Almeida**) — poeta. Protetora de Poetas;

Marquês de Pombal — diplomata. Ministro de D. José I;

Marquês de Sá da Bandeira — militar e político. Várias vezes presidente do Ministério;

Miguel Bombarda — professor e médico alienista. Participou na preparação da Revolução de 5-10-1910, mas não assistiu ao triunfo da República por ter sido assassinado dois dias antes;

Mendes Cabeçadas — almirante. Um dos chefes da Revolução de 28-5-1926;

Morgado de Mateus — diplomata e homem de letras;

Mouzinho da Silveira — magistrado e político reformador (1780-1849);

Nuno Rodrigues dos Santos — advogado e parlamentar. Presidente do *PSD* (1910-1984);

Passos Manuel — político liberal. Grão-Mestre da Maçonaria do Norte (1834);

Pedro IV — o rei liberal. Grão-Mestre da Maçonaria brasileira;

Rafael Bordalo Pinheiro — artista plástico e famoso caricaturista;

RIBEIRO SANCHES — médico e cientista (1699-1783);

SEBASTIÃO DE MAGALHÃES LIMA — advogado e jornalista. Grão-Mestre (1907--28). Fundador da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem;

SIDÓNIO PAIS — militar e professor. Chefe do Governo e Presidente da República;

SILVA CARVALHO — político e magistrado. Primeiro presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Grão-Mestre do G.O.L.;

TEIXEIRA DE PASCOAIS — advogado e poeta;

TEÓFILO BRAGA — professor e escritor. Primeiro Presidente do Governo Provisório da República e segundo Chefe de Estado;

TOMÁS DA FONSECA — escritor, professor e militante republicano;

VITORINO NEMÉSIO — professor e escritor (iniciado em 1923);

VISCONDESSA DE JUROMENHA (**Maria da Luz Silveira**) — a primeira mulher portuguesa iniciada na Maçonaria (1814).

BIBLIOGRAFIA

O leitor pode aprofundar os seus conhecimentos da Maçonaria através das muitas obras publicadas. Recomendam-se as seguintes, em especial as do historiador maçon, Prof. Oliveira Marques:

Abecedário Simbiótico, de José Adelino Maltez, Campo da Comunicação, 2011.

A Franco-Maçonaria, de Jean-Pierre Bayard, Publicações Europa-América, 1986.

A Luta do Poder Contra a Maçonaria, de António Egídio Fernandes Loja, Imprensa Nacional, 1986.

Anais e Código da Francomaçonaria em *Portugal,* 1990 (reimpressão da 1.ª ed. de 1853).

A Maçonaria e a implantação da República em *Portugal,* de Pedro Ramos Brandão e António Chaves Fidalgo, Casa das Letras, 2010.

A Maçonaria em *Portugal,* de A. H. de Oliveira Marques, Coleção Fundação Mário Soares, 1998.

A Maçonaria Feminina, de Fernando Marques da Costa, Vega, 1979.

A Maçonaria Portuguesa e o *Estado Novo,* de A. H. de Oliveira Marques, Publicações D. Quixote, 1975.

A Maçonaria Portuguesa e os Açores (1792-7935), de António Lopes, Lisboa, 2008.

A Maçonaria Universal, de Miguel Martín-Aibo, Bertrand, 2005.

As Sociedades Secretas, de Serge Hutin, Cadernos Culturais, Inquérito.

Constituições de Anderson, tradução, introdução e notas de Maria Helena Carvalho Santos, Universitária Ed., 1993.

Construção e Sociedade, Comunicações ao 9.° Congresso do G.O.L.,1999.

Critique de la Raison Maçonnique, de Jean-François Pluviaud, Dervy, 2002.

Dicionário da Maçonaria Portuguesa, de A. H. de Oliveira Marques, Editorial Delta, 1986.

Franc-Maçonnerie, Les Textes Clés, Garnier, 2011.

La Franc-Maçonnerie: documents fondateurs, Les Cahiers de L'Herne, 1992.

La Franc-Maçonnerie, de Paul Naudon, Presses universitaires de France, 14.ª ed., 1994.

Em Torno de Maçonaria, de João Pedro Ferro, Lisboa, 1995.

Être Franc-Maçon Aujourd'Hui, de Gilbert Garibal, Marabout, 1994.

Guide pour un futur Franc-Maçon, Col. Documents Rocher-Rocher-Maitres D'Oeuvre, Mónaco.

Histoire générale de la Franc-Maçonnerie, de Paul Naudon, Office du Livre, 12.ª ed., 1987.

História da Franco-Maçonaria em Portugal, de M. Borges Grainha, 4.ª ed., Vega.

História da Maçonaria em Portugal, 3 vols., de A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença.

Humanismo, Franco-Maçonaria e Espiritualidade, de Claude Salicete, Instituto Piaget, 1999.

Igreja e Maçonaria, de Arnaldo de Pinho e outros, Letras e Coisas, 2012.

La Masoneria Hoy, de Javier Otaola, R&B edicions, 1996.

La Pensée Maçonnique, de Jean Mourgues, Presses Universitaires de França, 5.ª ed., 1999.

Maçonaria, de M. Van Hoof Ribeiro, 2.ª ed., Lisboa, 1984.

Maçonaria, Igreja e Liberalismo, Atas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia, Porto, 1996.

Maçonaria e Política no Século XIX, de João Pedro Ferro, Editorial Presença, 1991.

Maçonaria e Siglas de Pedreiros, de Fernando Teixeira, Ed. Fundamento, 1995.

Maçonaria Regular, de José Manuel Anes, Hugin, 2003.

O *Espírito da Maçonaria,* de Foster Bailey, Hugin Editors, 1999.

O *Regresso da Maçonaria,* de Angel M.ª de Lera, Livraria Bertrand.

Os Primórdios da Maçonaria em Portugal, 4 vols., de Graça e J. S. Silva Dias, Lisboa, 1980.

Précis de Franc-Maçonnerie, de Jean-Pierre Bayard, Dervy, Paris, 1999.

Teoria e Prática da Maçonaria, de Luis Nandim de Carvalho, Publicações D. Quixote, 1995.

ADENDA À OITAVA EDIÇÃO [*]

(Primeira da Imprensa da Universidade de Coimbra)

(*) O autor julgou pertinente incluir nesta edição uma breve reflexão sobre a Maçonaria no mundo, publicada em *Iluminuras* (2013) e uma conferência sobre a Igreja Católica e Maçonaria, publicada em *A Mesma Causa* (2015), apesar do tema ter sido aflorado no Capítulo VI.

E A MAÇONARIA?

Perante as chagas de pobreza e sofrimento que assolam o mundo e cobrem de desespero o corpo exausto de Portugal, em contraponto com a opulência de alguns, a incompetência ou insensatez da maior parte dos políticos e a ganância infrene dos grandes interesses económico-financeiros, o que deve fazer a *Maçonaria* para banir o capitalismo predador e construir uma sociedade mais justa?

A tarefa é de todos os homens de boa vontade, mas os maçons devem tomar urgentemente os instrumentos da Arte e, com as cores do Arco-íris, pintar uma estrela de esperança na abóbada celeste. A Humanidade precisa de saber que há de vir um tempo de luz, de justiça e fraternidade. Nenhum construtor pode resignar-se à destruição da sua obra. Nenhum maçon pode resignar-se à destruição do Templo.

Se a Maçonaria não estiver no mundo, discreta, mas operativa, na defesa da dignidade humana, não está na alma dos seus obreiros. Se a Maçonaria não tiver lugar na consciência coletiva, não está na consciência individual dos que juraram lutar pelos seus valores. Nos ominosos tempos que vivemos, de tantas desigualdades e injustiças evitáveis, não basta proclamar os princípios. É preciso semeá-los no chão fecundo da Pátria e assumir a responsabilidade de ser maçon, trabalhando pela realização dos fins da Augusta Ordem: a Fraternidade Universal.

Igreja Católica

e Maçonaria

PERGUNTA : — Para que se reúnem os maçons em loja?

RESPOSTA : — Para combater a tirania, a ignorância, os preconceitos e os erros, glorificar o Direito, a Justiça, a Verdade e a Razão.

(Ritual do 1.º Grau)

*

* *

PERGUNTA : — A que trabalhos devem consagrar-se os Cavaleiros Rosa-Cruz ?

RESPOSTA : — Estabelecer na Terra o domínio da Liberdade, da Igualdade e Fraternidade.

(Do Ritual do 18.º Grau)

IGREJA CATÓLICA E MAÇONARIA:
DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS [*]

Começo por agradecer o convite para falar neste ciclo de conferências e por felicitar a Universidade Católica do Porto por mais esta iniciativa de abertura à modernidade. Faço ainda um esclarecimento pessoal: sou maçon assumido há 40 anos, tendo alcançado a mestria do rito escocês em 1976 e o grau 33 em 1992. Desempenhei vários cargos no Grande Oriente Lusitano — Maçonaria Portuguesa, desde membro do seu parlamento e do seu governo até Grão-Mestre no triénio 2002-2005. Fui católico praticante até 1962 e, nessa qualidade, participei em várias iniciativas cívico-sociais e fui um dos subscritores da Carta dos Católicos ao ditador Salazar, em 1959, no seguimento da que lhe endereçou o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Perdi a fé quando me encontrava em Nambuangongo, durante a Guerra de Angola. Um certo domingo preparava-me para ir à missa e, por uma qualquer circunstância tão inexplicável como um aceno de vento que apaga uma vela, senti que me faltava a vontade de participar na eucaristia. A vela não mais se acendeu, mas conservo os mesmos valores e uma admiração mais esclarecida por Jesus Cristo. Sou, como costumo dizer, um agnóstico cristão, sem qualquer angústia metafísica, em paz com a sua consciência.

Creio, assim, estar em condições de vos falar, com objetividade, sobre o tema proposto. Sei o suficiente da religião católica e da maçonaria para emitir um juízo equidistante entre a cruz e a acácia, tomando por fiel da balança a vivência de ser e a experiência de ter sido. E esse juízo, adianto desde já, é o de que **não há nenhuma incompatibilidade entre a qualidade católica e de maçon**.

---

[*] Conferência proferida na Universidade Católica, no âmbito do Colóquio «Igreja e Modernidade», Porto, 14 de Novembro de 2014.

Vou, pois, tentar demonstrar a minha tese, que reconheço ousada, por causa dos muitos equívocos e preconceitos subsistentes de ambos os lados. Seguirei o método ternário à maneira maçónico-cristã. Depois deste proémio farei uma explanação histórico-crítica para dissecar o problema e anunciarei os pontos considerados divergentes e convergentes, rematando, naturalmente, com as conclusões.

1 — A animosidade da Igreja Católica contra os *pedreiros-livres* é tão antiga como a Maçonaria moderna. Começou pela desconfiança, passou a hostilidade declarada e desaguou em guerra aberta. A primeira condenação papal, de 1738, coincidiu com a sua expansão nos países do sul da Europa, especialmente na Itália: Florença (1733), Turim (1734), Roma (1735) e Sardenha (1734). Esta expansão punha em causa a hegemonia da Igreja sobre o poder e as consciências, libertando o pensamento crítico e o tolerantismo religioso (Graça e Silva Dias, 730).

Duzentos anos depois, verifica-se, felizmente, o movimento contrário, sobretudo após João XXIII — que terá sido iniciado na Turquia — e da revisão do Código de Direito Canónico, em 1983, que suprimiu a referência à «seita maçónica», cuja pertença determinava *ipso facto*, a excomunhão. Muitos crentes, clérigos e a própria Companhia de Jesus, passaram a olhar para os maçons, alguns dos quais encontravam nos locais de culto, como pessoas de bem e reta consciência.

Devo esclarecer que quando me refiro à Igreja, não lhe dou o sentido lato de «povo de Deus», mas o sentido restrito de hierarquia, que culmina na Cúria romana e no Papa. De facto, houve sempre entre os católicos e em todas as instâncias da clerezia, muitos maçons, como se verá adiante. E, por outro lado, quando me refiro à Ordem maçónica, falo da Maçonaria moderna, filosófica ou especulativa, nascida com a reunião das 4 Lojas de Londres, a 24 de Junho de 1717, dia de S. João Baptista, patrono da Maçonaria universal. Nessa reunião foi criada a Grande Loja de Londres, destinada a congregar as futuras oficinas e a preservar o espírito e os valores maçónicos. Não terei pois em conta a Maçonaria operativa, agremiações do mundo antigo, especialmente do Egipto, Médio Oriente, Grécia e Roma, cujas origens mergulham em lendas e mitos,

compreendendo a construção do templo de Salomão, ainda hoje presente no cerimonial maçónico, os mistérios órficos, de Elêusis e Essénios, em que Jesus Cristo teria sido iniciado, os mistérios celtas e templários. Historicamente, apenas podemos afirmar que a Maçonaria está ligada às corporações de pedreiros, construtores e arquitetos da Idade Média, cuja catolicidade é indiscutível. Aliás, estas corporações gozavam de certos privilégios e eram protegidas pelo poder temporal e espiritual. O Papa Nicolau III concedeu aos seus membros, em 1277, o título de «pedreiros-livres», que implicava a isenção de impostos, da jurisdição ordinária e a obediência aos regulamentos municipais e aos éditos reais, bem como a liberdade de circulação (Arnaut, 26). Daí aquele epíteto.

Parece-me ainda oportuno referir que a Reforma de Lutero e o livre pensamento dela emergente vibrou um rude golpe nas associações maçónicas, provocando a sua progressiva extinção pelo esmorecimento da moda de construção de templos e catedrais. Em 1707 só subsistiam na Inglaterra e foi justamente aí, que, provavelmente para evitar o seu completo desaparecimento e preservar o saber de séculos, a Loja de S. Pedro franqueou as suas portas a pessoas não iniciadas na arte da construção, deliberando que «os privilégios exclusivos dos maçons-construtores poderão, de agora em diante, tornar-se extensivos às pessoas de qualquer classe ou condição que queiram pertencer à Instituição, desde que seja aprovada a sua admissão e depois de serem regularmente iniciados» (*ibidem*).

Foi deste modo que entraram para a Augusta Ordem membros da vanguarda social, burguesia, clero e nobreza progressista, intelectuais, universitários, magistrados e militares. E assim se operou a sua laicização e se abriu caminho ao livre pensamento, à coexistência de crenças e ideologias e à correspondente virtude da tolerância, uma das marcas mais fundas do espírito maçónico. Entretanto, o peso da Maçonaria anglo-americana tornou-a maioritariamente protestante, secundarizando a sua primitiva inspiração católica.

A Maçonaria moderna, filosófica e filantrópica não representou uma rutura com a sua matriz ancestral, mas uma adatação realista aos novos tempos, onde a espiritualidade tem de conjugar-se com o progresso moral e espiritual da Humanidade. As Revoluções americana e francesa, inspiradas

pela Maçonaria, repercutiram-se depois na sua própria doutrina, fazendo com que os valores cívico-políticos da Liberdade, Igualdade e Fraternidade interajam com os valores morais da dignidade, da honra, da tolerância e da virtude, e tomem por espaço sagrado de afirmação a Loja ou Templo, e como processo de aperfeiçoamento ético e caminho de espiritualidade, o ritual iniciático. O movimento maçónico irradiou para o continente europeu, sobretudo para a França, onde a influência de Montesquieu, Voltaire e Diderot lhe conferiu um toque de deísmo racionalista e de filosofismo. Esse facto não implicava um ataque frontal ao catolicismo, mas era evidente que a visão eclesiástica da sociedade e do Estado ficava ofuscada pela concepção iluminista do civilismo, ou seja, por uma visão racional, naturalista, laica e humana, contrária à conceção tradicional, considerada inadequada às exigências do novo tempo.

Enquanto no continente europeu a Maçonaria se liberalizava, rompendo o dique das regras antigas (*old charges*), na Grã-Bretanha e suas colónias permanecia próxima do modelo operativo, fiel a essas regras, também chamadas *landmarks*, preceitos religiosos e morais, de origem bíblica, acolhidos pelas corporações medievas, considerados imutáveis, como os marcos da terra: «não mudes os marcos antigos postos pelos teus pais» — *Deuteronómio*, 19. 14 e *Provérbios*, 22. 28.

A Maçonaria anglo-americana é, pois, maioritariamente teísta e judaico--cristã, exigindo a crença num Deus revelado e na imortalidade da alma, não reconhecendo às mulheres a dignidade maçónica. É por seguir tais regras, embora o teísmo venha sendo substituído pelo deísmo, ou seja, pela crença num ser superior designado por Grande Arquiteto do Universo, que o ramo conservador da Maçonaria se auto-designa por regular.

O ramo liberal ou adogmático, impropriamente chamado irregular (impropriamente, porque a regularidade de uma Loja afere-se pelo respeito das regras para a sua instalação e funcionamento) não exige a crença em Deus, mas aceita a existência do referido princípio superior, simbolizado, como disse, no Grande Arquiteto do Universo, admitindo crentes, agnósticos e ateus, pois entende que não deve excluir do seu seio os homens bons e rectos de «honra e probidade», como se exige nas chamadas *Constituições de Anderson*, de 1723, magna carta da maçonaria universal.

Pelo seu interesse para a problemática em causa e para iluminar os menos versados no espírito ecuménico e fraterno da Maçonaria, nos seus vários ramos e ritos, transcrevo o art.° 1.° das referidas constituições:

> *Todo o maçon é obrigado, por condição, a obedecer à lei moral e, se compreende esse dever, nunca poderá ser um ateu estúpido e um libertino irreligioso. Embora, em tempos remotos os maçons fossem obrigados, nas diferentes regiões, a seguir a religião do próprio país ou nação, fosse ela qual fosse, julgou-se hoje mais oportuno impor-lhes somente a religião sobre a qual todos os homens estão de acordo, não cuidando das suas opiniões pessoais.*
>
> *Esta religião consiste em sermos homens bons e verdadeiros, homens de honra e probidade, qualquer que seja a diferença de convicções que tenhamos; assim a Maçonaria torna-se um centro de união para se manterem verdadeiras relações de amizade entre os indivíduos que, fora dela, teriam de permanecer sempre afastados.*

A Maçonaria é, por definição, tolerante e livre pensadora, em coerência com os princípios da Liberdade, da Universalidade e da Fraternidade, admitindo por isso Lojas femininas e mistas. Aliás, as constituições dos estados modernos, incluindo a portuguesa, aplicáveis às Obediências maçónicas como sociedades civis, proíbem qualquer discriminação resultante do sexo, raça ou religião. É por isso que o ramo liberal subscreveu o chamado «Apelo de Estrasburgo» (1961), em que, considerando natural «as diferenças entre tradições, os ritos, os símbolos e as opiniões filosóficas», entende que «não existe qualquer razão para que a Maçonaria não abra as portas a todos os homens de bem e leais, quaisquer que sejam a raça, nível social ou a opinião filosófica. As únicas condições que a Maçonaria aceita são baseadas nas qualidades morais e intelectuais dos candidatos» (Arnaut, 20, 29 e ss). Esta posição parece-me lógica e consistente pois, como já escrevi, a Maçonaria é uma filosofia e não uma teologia. E se o seu escopo é tornar o mundo melhor e humanizar a vida, deve aceitar todas as pessoas de bem. Este objetivo merece a compreensão da Igreja Católica.

Os dois ramos da Ordem Maçónica estão representados em Portugal. O liberal ou adogmático, pelo Grande Oriente Lusitano, tronco secular da Maçonaria portuguesa, fundado em 1802; o chamado Regular, pela Grande Loja Regular (Legal) de Portugal, fundada em 1991 e resultante de uma cisão do GOL, e por outras obediências com menor dimensão mas idêntico significado. Apesar das diferenças já sublinhadas, é igual o espírito de tolerância, fraternidade e dignificação da pessoa humana que orienta os seus trabalhos e as relações entre os seus obreiros. Esse espírito está presente em todas as Lojas, simbolizado pela romã, que exprime a unidade entre os maçons, separados na sua individualidade e personalidade, mas unidos por um ideal comum.

A Maçonaria chegou a Portugal, provavelmente em 1727, pela mão do católico inglês Dugood, ou Dogut, que abriu uma Loja em Lisboa, conhecida por Loja dos Herejes Mercadores, por a maioria dos seus membros exercer a atividade mercantil Seguiu-se outra Loja na capital, por iniciativa do também inglês George Gordon, matemático e escritor protestante e, mais tarde, entre 1733 e 1735 ainda outra, maioritariamente católica-irlandesa, que ficou conhecida por *Casa Real dos Pedreiros-Livres da Lusitânia* (Arnaut, 51 e Marques, História, 23). A esta Loja pertenceram três sacerdotes e o célebre arquiteto Carlos Mardel, que teve papel relevante na reconstrução de Lisboa após o terramoto. Em meados de Setecentos já havia muitos portugueses iniciados. A vinda do Conde de Lippe para reorganizar o exército, a pedido de Pombal — ambos maçons — deu novo impulso à difusão dos ideais maçónicos, sobretudo em Lisboa, Coimbra e Funchal e, particularmente onde existiam guarnições militares, como Valença, Almeida e Elvas. Muitos dos mais de trezentos oficiais de diversas nacionalidades que o acompanharam eram pedreiros-livres, com destaque para o duque Karl Ludwig Friedrich, irmão da rainha de Inglaterra (Ventura, António — *Uma História da Maçonaria em Portugal*, p. 34). Entretanto, começaram a surgir instituições para-maçónicas, como a Academia Real das Ciências, que teve com primeiro presidente o duque de Lafões e primeiro secretário o abade Correia da Serra, ambos maçons.

Como já vimos, a Maçonaria congrega pessoas das mais variadas condições sociais, políticas e religiosas, que perfilhem os seus valores.

E entre os seus membros estiveram sempre católicos e ministros do culto de todos os graus da hierarquia. Parece-me interessante referir que, na chamada «Comissão do Expediente», encarregada de formar e regularizar uma Grande Loja, ou seja, uma Obediência maçónica federadora das Lojas existentes em Portugal, no caso, o Grande Oriente Lusitano, estiveram vários sacerdotes. Depois da reunião realizada em 1801, em casa de Gomes Freire de Andrade, em Lisboa, que viria a ser Grão-Mestre, foi resolvido fazer uma diligência junto do Secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ele próprio iniciado. A delegação de três Irmãos foi constituída pelo diretor da Impressão Régia, Hipólito da Costa Mendonça, pelo sacerdote e bacharel em Leis, José Joaquim Monteiro de Carvalho, e pelo Prior da freguesia dos Anjos, José Ferrão de Mendonça e Sousa, obtendo a promessa de que a Ordem não seria perseguida, o que foi confirmado pelo Príncipe Regente (Marques, História, 78).

É interessante assinalar que o cónego D. André de Morais Sarmento foi um influente difusor da Maçonaria no Funchal e em Lisboa. O historiador maçon A. H. de Oliveira Marques fornece-nos, na sua *História da Maçonaria em Portugal*, o quadro da sexta Loja de Lisboa, primeira de iniciativa portuguesa a que pertenceu aquele sacerdote, mostrando-nos que todos os seus obreiros eram católicos, incluindo seis clérigos. Apresenta-nos também o quadro da Loja de S. Luís, do Funchal, em que se verifica a mesma percentagem e a presença de três clérigos. Divulga ainda uma «lista contínua» dos primeiros maçons portugueses, com identificação de cento e dezanove, pela qual se vê que são todos católicos, incluindo vinte e sete clérigos (Marques, 132, 135, 140). António Loja, no seu importante estudo *A Luta do Poder Contra a Maçonaria*, revela-nos a «relação» de indivíduos que frequentaram as Lojas do Funchal (1792), da qual constam vinte e dois sacerdotes, incluindo o vigário-geral (ed. IN-CM, 485).

É da lavra do padre D. André o mais antigo texto maçónico português conhecido (1790 ou 1791), que chegou aos nossos dias por estar integrado num processo da Inquisição. Trata-se do discurso do orador destinado a explicar ao neófito o que é a Maçonaria. Realça o caráter apolítico e aconfessional da Augusta Sociedade, como lhe chama, e sublinha a igualdade entre todos os maçons, como se vê deste passo: «Entre nós o que há

de mais agradável, além de contar com tantos Irmãos, quantos mações, é a igualdade que se observa, e que se simboliza no Nível. Luís 14, Frederico e Ganganelli tinham entre nós o mesmo lugar que qualquer outro» (Arnaut, p. 87, grafia atualizada). Lorenzo Ganganelli é o nome civil do Papa Clemente XIV, que extinguiu a Companhia de Jesus (1769-1774).

A difusão dos ideais maçónicos por toda a Europa e a sua crescente influência na vida pública, fizeram perigar o poder absoluto e a supremacia de Roma. A Igreja não compreendia que na mesma Loja se reunissem fraternalmente católicos, protestantes e até judeus. O Papa Clemente XII tentou então reprimir os movimentos maçónicos através da Bula «In Eminenti Apostolatus Specula» (28.4.1738), condenando a Maçonaria e proibindo os católicos de frequentar as Lojas, sob pena de excomunhão. Esta condenação foi confirmada pelo seu sucessor Benedito XIV, pela Bula «Providas Romanorum» (1751) e reiterada por Pio VII (1821), Leão XII (1825), Pio VIII (1829), Pio IX (1846) e Leão XIII (1884 e 1890).

Os textos papais afirmam a incompatibilidade entre católico e maçon, entre «duas obediências opostas». Foi com o mesmo argumento que a Quarta Internacional proibiu, em 1922, que os comunistas pertencessem à Maçonaria. Anota-se ainda que em finais do sé. XIX a Igreja continuava a condenar como heréticos, na sequência da encíclica «Quanta Cura» (1864), do maçon renegado Pio IX, as ideias liberais, a soberania do Povo, o racionalismo e a supressão do poder temporal do Papa (Arnaut, 52).

As Inquisições do Sul da Europa, especialmente a portuguesa, não tardaram a iniciar uma impiedosa repressão contra os «libertinos» e pedreiros-livres da «herética pravidade», como lhe chamava o Edital do Santo Ofício de 28 de Setembro de 1738, colocando sob a sua desumana alçada e passíveis de cruentas penas, não apenas os maçons, mas aqueles que os não denunciassem. É longo o rol dos que padeceram a tortura e os ferros, pagando nos cárceres, nas galés e nas fogueiras a sua dedicação aos ideais da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade. Omito nesta conferência alguns dos mais tristes episódios da História pátria e da Igreja portuguesa. Os acontecimentos têm de ser vistos à luz, ou na penumbra, daqueles ominosos tempos de poder absoluto, de fundamentalismo religioso, de obscurantismo e da conivência entre o altar e o trono. O

que não compreendo é que, na segunda década do século XXI ainda persista em alguns círculos da Igreja o mesmo rancor, gerando, por um reflexo de legítima defesa, uma certa hostilidade da Maçonaria contra esses círculos, como antigamente gerou o radicalismo anticlerical. Nunca compreendi como se pode, em nome de uma doutrina tão fraternalmente sublime, perseguir os que, de boa fé, seguem outro caminho.

Deixo de lado os pontos negros do conflito entre Igreja e Maçonaria, assim como as respetivas fraquezas, pois ambas tiveram os seus Bórgias e os seus Cagliostros. O que me importa relevar é que Portugal deve à Igreja a formação da sua identidade e à Maçonaria a sua entrada na modernidade. O problema é que muitos católicos não são cristãos, e muitos iniciados não são maçons, por não terem alcançado conhecimento que lhes permite descer ao interior de si para sentirem a Luz da sabedoria, da força e da beleza que torna seus Irmãos todos os homens.

Ao abordar o tema desta comunicação tenho pois em conta os que seguem a doutrina de Cristo e os que compreendem o significado do Esquadro e do Compasso, da Rosa e da Cruz. Quero eu dizer, tenho em conta todas as pessoas de bem, de convicção tranquila, que estão em paz com a sua consciência. É neste plano que afirmei no início, e reafirmo agora, que não há incompatibilidade entre a condição de católico e de maçon.

Todos conhecemos os grandes valores cristãos e, por isso, não os vou sintetizar. Por mim, revejo-me na essência da pregação de Cristo, de que o Sermão da Montanha e a metáfora do camelo (corda) passar pelo fundo da agulha, são paradigmas. Talvez a hierarquia ou a burocracia romana tenham desvirtuado a beleza e o humanismo da mensagem do Nazareno.

Como escreveu recentemente Frei Bento Domingues, OP, «as religiões são expressões públicas e sociais de fé. O legalismo e o ritualismo tendem a envenenar a sua vida concreta. Chegam a querer substituir-se à liberdade de Deus e à consciência humana» (*Público*, 29.9.2014). Muitos católicos se esquecem de que Jesus conviveu preferencialmente com os pobres, os excluídos e os pecadores. Felizmente para a Igreja e para a Humanidade, o Papa Francisco usa outra gramática, e acendeu uma nova esperança à promessa cristã e maçónica da fraternidade universal.

Porém, se o essencial da doutrina cristã é conhecida de todos e inspira as nossas vidas — falo da doutrina em sentido lato e não da fé, que pertence à intimidade de cada um — os valores maçónicos permanecem ainda na ignorância de muitos. Vou resumi-los para assim demonstrar a minha tese: a compatibilidade, ou complementaridade de pertença às duas instituições.

Liberdade: a liberdade é a mais antiga aspiração do Homem e significa, maçonicamente, a libertação de todas as formas de exploração e de opressão. É a capacidade de autodeterminação pessoal e de exercício dos seus direitos, sem prejudicar iguais direitos de outrem e a harmonia coletiva. O cumprimento de dever de cada um é a garantia dos direitos de todos.

Igualdade: é a fruição equitativa dos direitos humanos fundamentais e dos benefícios do progresso. Numa Loja, todos os obreiros são perfeitamente iguais, independentemente do grau. A igualdade tem que ser conjugada com a liberdade, porque só há liberdade entre iguais em dignidade e direitos.

Fraternidade: é o vértice da já referida trilogia, a estrela que falta acender no céu da humanidade. Os maçons reconhecem-se e tratam-se como Irmãos, e pretendem construir uma sociedade que seja, à escala universal, como uma Loja maçónica. Para tanto, exige-se-lhes «o máximo altruísmo» e o «sacrifício de quaisquer interesses ao bem-estar dos seus semelhantes» (art.° 7.° da Constituição do G.O.L.). A fraternidade é, pois, uma vivência quotidiana; é a solidariedade com amor.

Justiça social: estes valores implicam a construção de uma sociedade nova. Eles são o cimento e o pão da nossa fome de futuro equitativamente repartido. A Maçonaria não indica o regime político capaz de concretizar esse desígnio. Mas é evidente que exclui qualquer regime totalitário e defende uma sociedade democrática que encontra hoje o seu patamar mais alto no Estado Social de Direito. No juramento de iniciação, o maçon compromete-se «a pôr em prática, em todas as circunstâncias, a grande lei da solidariedade humana, que é a doutrina moral da Maçonaria» e a praticar «a protecção para com os fracos, a justiça para com todos» (Arnaut, 35 e 93). Anota-se que a expressão «justiça social» foi usada pela primeira vez por Pio XI, na encíclica «Quadragésimo Ano».

Tolerância: como já acentuei, na Ordem maçónica coexistem pessoas de todos os credos e sensibilidades democráticas. A tolerância ativa implica a aceitação do outro e a união de todos na prática de uma moral universal, aquela que respeita a dignidade de cada um e procura o melhor para todos. Como escrevi em *Introdução à Maçonaria*, «a tolerância em matéria religiosa é a compreensão fraterna das diferenças. Quando numa reunião maçónica me sento ao lado de um católico ou de um ateu, não é o seu agnosticismo que prevalece mas a verdade dos outros que me ilumina (...). O livre-pensamento e a tolerância são conquistas da civilização que a Maçonaria ajudou a consolidar. E são, verdadeiramente, valores cristãos essenciais à convivência e à paz social.» (Arnaut, 72). A Maçonaria, segundo as antigas regras, não discute política nem religião. Respeita as leis e as autoridades legítimas do país. Aceita também a existência de um princípio superior simbolizado no Grande Arquiteto do Universo, que cada um interpreta segundo as suas convicções.

Antes de procurar discernir eventuais divergências entre Igreja e Maçonaria, vou transcrever uma parte do folheto intitulado «Princípios e Preceitos Maçónicos», publicado pelo Grémio Lusitano, designação civil do G.O.L., em 1928, «visado pela Comissão de Censura», que pode ler-se no meu referido livro (Arnaut, 119).

Da Maçonaria e seus Princípios

A Maçonaria é uma instituição universal, essencialmente filantrópica, filosófica e progressiva; tem por fim procurar a verdade, o estudo da moral e a prática da solidariedade, e trabalha para o bem da Humanidade, contribuindo para o aperfeiçoamento da organização social.

Tem por princípios a tolerância mútua, o respeito dos outros e de si mesmo e a liberdade absoluta de consciência.

Considera as conceções metafísicas como sendo do domínio exclusivo da apreciação individual dos seus membros, e por isso se recusa a toda a afirmação dogmática.

Considera o trabalho como um dos deveres primordiais do homem, honrando igualmente o trabalho manual e o intelectual.

Tem por dever espalhar por todos os membros da Humanidade os laços fraternais que unem os maçons sobre toda a superfície da Terra, os quais se devem auxiliar, esclarecer e proteger, mesmo com risco da própria vida.

Recomenda aos seus adeptos a propaganda pelo exemplo, pela palavra e pela escrita, a fim de que o direito prevaleça sobre os caprichos humanos e sobre a força.

Como timbre, inscreve no seu código fundamental: Justiça — Verdade — Honra — Progresso.

Tem por divisa: Liberdade — Igualdade — Fraternidade.

2 — Aqui chegados, pergunto: haverá nos princípios expostos, aliás, completamente divulgados, alguma oposição com a ética cristã e a prática católica? Não! — afirmo categoricamente, valendo-me do meu conhecimento dos Evangelhos e do testemunho de tantos católicos sinceros e clérigos iniciados, desde o Cardeal Saraiva, Patriarca de Lisboa (1840-45), Grão-Mestre da Maçonaria do Sul, ao Cardeal José da Costa Nunes, Vice--Camerlengo da Santa Sé, e do Bispo de Viseu, António Alves Martins, passando por João de Deus Antunes Pinto e Eleutério Francisco de Castelo Branco, cónegos da Sé de Lisboa e Grão-Mestres do G.O.L. (1846 e 1849--50), além dos já referidos. É esta também a douta opinião do respeitável maçonólogo e professor, o Padre Jesuíta Ferrer Benimeli, desde que, obviamente, as Lojas a que pertencem «não maquinem contra a Igreja» (*Religião e Ideal Maçónico — Convergências*, U. N. Lisboa, 2000).

Reconheço que há alguns escolhos onde tropeçam muitos católicos e onde, desde sempre, se barricou o antimaçonismo militante. E também não ignoro que, após a publicação do novo Código de Direito Canónico, que abria as portas da conciliação, a Congregação para a Doutrina da Fé declarou que os católicos estavam proibidos de aderir à Maçonaria, sob pena de ficarem em estado de pecado e de não poderem comungar. Sei também que o Cardeal Ratzinger se apressou a divulgar um escrito seu, sustentando que a Maçonaria estava implicitamente incluída no grupo de associações nocivas à Igreja, embora, anos mais tarde, tivesse revisto a

sua posição e publicado um artigo em *L´Avenir*, boletim oficial da Conferência Episcopal Italiana, observando que a questão devia ser tratada com cuidado, pois havia muitos tipos de Maçonaria (Rio Santiago Reis e Jorge Blaschke, *A Verdadeira História da Maçonaria*, 64).

Também a Igreja Metodista Inglesa, a Igreja Anglicana e certas Igrejas protestantes consideram duvidosa a compatibilidade entre as duas pertenças. As correntes liberais do Islamismo nada objetaram mas os estados totalitários, como aconteceu com o fascismo e com o comunismo, proíbem a Maçonaria, havendo uma *fatwa* do Instituto de Direito Islâmico da Arábia Saudita a condená-la.

Os escolhos a que me referi são, especialmente, os seguintes: o juramento e segredo maçónicos, bem como a neutralidade ou indiferentismo religioso, como decorre de todos os documentos condenatórios, desde a Bula «In Eminenti». Estranhava-se que se admitissem nas Lojas «pessoas de todas as religiões e de todas as seitas», ligadas por um «juramento prestado sobre a Bíblia» e obrigadas «a guardar um segredo inviolável». Deste modo, «estas assembleias tornaram-se tão suspeitas ao espírito dos fiéis que filiar-se nelas constitui aos olhos de todo o homem prudente e probo um sinal pouco falível de perversidade e perversão. Se as suas acções fossem irrepreensíveis, não as subtraíam com tanto cuidado, à luz» (Graça e Silva Dias I, 19). Os *pedreiros-livres* passaram também, por alvará régio, de 30 de Março de 1818, a incorrer no crime de lesa-majestade, sendo havidos por traidores e condenados à morte «cruelmente». A Inquisição reforçou a sua qualidade de braço feroz do absolutismo, por este, como logo se congratulou o inquisidor-geral, ter mandado «fazer uma montaria geral às feras inimigas do altar e do Trono, que se propunham a devorar-nos (Oliveira Marques, I, 15).

Vamos então analisar rapidamente os «pecados capitais» ou de «Lesa majestade» da Maçonaria.

Juramento e segredo maçónico: há notícia de que os juramentos antigos herdados da Maçonaria operativa previam castigos terríveis para quem violasse o segredo. Nas Lojas inglesas, segundo o maçon renegado Samuel Prichard, no seu livro *Masonry disected* (1730), jurava-se não revelar os segredos da Maçonaria «sob pena de ser degolado» e a língua

arrancada (Martim-Albo, 219). Um castigo tão cruel pressupunha que nas Lojas ocorriam graves violações da lei e dos bons costumes, talvez orgias gastronómicas e libidinosas, conspirações contra a ordem estabelecida ou missas satânicas. Como escreveram Graça e J. S. da Silva Dias na sua obra monumental *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal* (II, II, 681), «perante mistério das cerimónias maçónicas, a imaginação dos 'profanos' foi levada a admitir o pior» e a falta de elucidação cabal «contribuiu para avolumar as suposições pejorativas sobre o que se passava na Loja». A verdade é que quaisquer reminiscências de juramentos antigos, ainda existentes, por mera tradição operativa, em alguns rituais, têm um mero valor simbólico, como quando a Igreja falava no Inferno, onde havia fogo eterno, choro e ranger de dentes para os pecadores.

O juramento que eu conheço, e que prestei na iniciação, vem publicado na minha já citada *Introdução à Maçonaria*, e nele me comprometi, pela minha honra e na presença do Supremo Arquiteto do Universo, a não revelar os «segredos e mistérios da Maçonaria (…), a trabalhar com zelo, constância e regularidade» na procura da verdade e «a pôr em prática a lei da solidariedade humana, que é a doutrina moral da Maçonaria; a proteger os fracos, a praticar a justiça para com todos, a dedicação para com a Pátria e a família, e a dignidade para comigo próprio» (p. 35). Esses segredos e mistérios são os que aqui tenho aflorado, excetuando-se certos aspetos do ritualismo, que só um iniciado compreende, e das palavras, toques e sinais de reconhecimento, tudo aliás aos dispor dos curiosos em diversas publicações e na Internet.

Deixem que me cite: «o conteúdo do segredo não é tanto o que se vê e ouve, mas o que se sente e, por isso, não pode, verdadeiramente, exprimir-se. De facto, o segredo maçónico é **incomunicável**, pois reside essencialmente no simbolismo dos ritos, sinais, emblemas e palavras (…). Um segredo ***interior***, apenas ritualmente intuído, como um sentimento indizível, não pode ser exteriorizado» (p. 38). Como escreveu Fernando Pessoa, há verdades que se sentem mas não se podem exprimir. No plano concreto, o segredo apenas impede a revelação da identidade dos Irmãos que não querem assumir-se publicamente, e de assuntos internos da Ordem, como acontece com qualquer organização. A Maçonaria é, aliás,

uma instituição discreta, e não secreta e, em alguns países, como no Reino Unido, no Brasil e nos Estados Unidos, realiza cerimónias públicas. Eu próprio, quando fui Grão-Mestre do GOL pratiquei uma política de abertura à sociedade, realizando eventos culturais no Palácio Maçónico abertos a convidados e recebendo institucionalmente o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio e outras entidades. Dirigi ainda uma Mensagem aos portugueses alertando para a crise dos valores morais já então em marcha acelerada e apelando a um movimento regenerador do regime democrático.

A neutralidade ou o indiferentismo religioso: ressalta do exposto que a Maçonaria respeita todas as crenças ou a sua ausência e mantém uma posição de equidistância religiosa, recusando-se a discutir nas Lojas, política ou religião, justamente porque um dos seus objetivos é ajudar a construir a fraternidade universal através da partilha de valores éticos e do aperfeiçoamento moral e intelectual dos seus membros. Por isso não aceita nem impõe dogmas, mas compreende que o maçon católico os respeite e pratique. Como escreveu o já citado jesuíta espanhol, professor da Universidade de Saragoça, «convém insistir no facto de que nem a visão do mundo dos maçónicos nem o seu conceito de Deus, nem a interpretação dos seus rituais, nem tantas outras coisas são vinculantes, precisamente porque não são dogmáticas nos critérios que constituem a essência da Maçonaria. E acrescenta: «a tolerância dos maçónicos deriva da dignidade da pessoa humana, o mesmo acontecendo com a tolerância do Concílio Vaticano II na sua declaração sobre a liberdade religiosa» *(Igreja e Maçonaria)*.

A Maçonaria não é uma religião, é uma Escola de aperfeiçoamento moral, de cidadania e de convivência ética. Por isso, os maçons devem constituir uma elite moral. As exceções, também existentes na Igreja Católica, só confirmam a regra. Estava pois errado Benedito XIV, quando via nas reuniões de homens de várias crenças «grande mal (...) para a pureza da religião católica» (*Providas*, 1751). Tanto assim que, através do diálogo inter-religioso, promovido pelos últimos papas, a Igreja exalta hoje o que condenou no passado. A Maçonaria, não sendo uma religião, deve participar desse diálogo, a bem da paz e do progresso da Humanidade. Não é preciso ter fé, basta estar de boa fé.

3 — Concluo assim que, ao contrário de certa corrente no seio do catolicismo, que considero minoritária, não há qualquer incompatibilidade entre as duas entidades. A existência de tantos crentes, de todas as religiões, mas especialmente da Igreja Católica, na família maçónica de todos os tempos é a prova provada de que todos se sentiram enriquecidos por participar da nossa fraternidade. Os mistérios maçónicos não colidem com o mistério da fé. Um bom católico será necessariamente um bom maçon e um bom maçon será, naturalmente, um bom católico.

Em 1994 a Faculdade de Teologia desta Casa, então dirigida pelo meu amigo, professor Arnaldo Pinho, organizou uma semana de estudos sobre «Catolicismo, Liberalismo e Maçonaria». O livro então dado à estampa, com as intervenções proferidas, encontra-se há muito esgotado e, por isso, foi publicado, em 2012, o essencial daquela obra, com o título *Igreja e Maçonaria / Textos para um Diálogo*, que aquele ilustre sacerdote e cidadão dedicou «à memória do Prof. Embaixador José Augusto Seabra, saudoso amigo, católico e mação», e a mim próprio, como «homem de boa vontade». É neste plano da seriedade intelectual, compreensão e espírito construtivo, que o diálogo deve ser prosseguido e aprofundado. Como escreveu o então Bispo do Porto, D. Júlio Rebimbas, em mensagem à Faculdade de Teologia, que se mantém atual, «não estamos inocentemente aqui a abordar problemas fáceis (...). Estamos civilizadamente à procura do que nos une (...), da parcela de verdade que todos têm». A missa de sufrágio do Irmão José Augusto Seabra, a que assisti, foi celebrada pelo Padre Arnaldo Pinho, tendo havido antes um breve ritual fúnebre, por mim presidido, na qualidade de Grão-Mestre do GOL. Aquele sincero católico e convicto maçon nunca viu qualquer incompatibilidade entre as duas doutrinas.

A espiritualidade maçónica pode, aliás, cruzar-se com a espiritualidade religiosa. De resto, há espaços comuns de preocupação e de identidade de propósitos, como por exemplo, o largo campo dos direitos humanos, da paz e da cooperação entre os povos, da solidariedade e do respeito pela dignidade humana. O problema é que uma certa Igreja tem-se julgado depositária de toda a verdade e, neste sentido, coloca-se numa posição intransigente e totalitária. Estou seguro de que o Papa Francisco, na sua

sabedoria e humanidade, na senda do Vaticano II e do Santo João XXIII, vai aproximar a Igreja de todos os homens de boa vontade, tornando-a na verdadeira Casa de Cristo. Há tempos pretenderam que ele condenasse ma pessoa que assumira comportamentos desviantes, segundo a moral cristã. E o nosso bom Francisco exclamou sabiamente: quem sou eu para julgar alguém?!

O clero teve grande influência na implantação da Maçonaria Moderna. Algumas Lojas foram instaladas dentro de conventos, como na abadia de Fécamp, em Clairvaux, na dos franciscanos de Troyes, ou no mosteiro de Melk, na Áustria, da qual o abade Urban Hauel foi o primeiro venerável. A Loja La Fidélité, de Hesdin, foi fundada por beneditinos... (Martim-Alba, 254). Também em Portugal havia «casas de religião» que acolhiam Lojas maçónicas. Assim sucedeu com os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, nomeadamente no mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa (Marques I, 87).

Não podemos aceitar a mentalidade tacanha das bulas condenatórias de uma instituição guiada pelos nobres princípios que deixo resumidos. Também os cristãos primitivos cultivaram o segredo e tinham palavras e sinais para se reconhecerem entre si e se defenderem dos seus perseguidores. Há quem admita que algumas regras maçónicas provêm desses recuados tempos.

Hoje, quando a pessoa humana foi transformado em mero consumidor e contribuinte, alienado no mercado das conveniências do pior materialismo, que é o dinheiro, restam ainda algumas entidades morais capazes de travar a voracidade desta «economia que mata», na feliz expressão do Papa Francisco, e desta almoeda dos valores éticos, como a honra, o trabalho, a verdade e a justiça. Uma dessas entidades é, sem dúvida, a Igreja Católica, cuja doutrina ajudou a construir o Estado Social. A outra, garanto eu, é a Maçonaria. Nada de essencial nos divide, para além da incompreensão de alguns fundamentalistas católicos e maçons radicais. Mas a grande maioria do «Povo de Deus» e da «Família Maçónica» está disponível, com a alma limpa de preconceitos, para construir uma sociedade mais livre e fraterna, mais justa e perfeita, em suma, para humanizar a vida e tornar o mundo um lugar habitável e de boa vizinhança.

Bibliografia

ARNAUT, António – *Introdução à Maçonaria*, Coimbra Editora, 7.ª ed., 2012.

BENIMELI, José A. Ferrer - *Igreja e Maçonaria*, Boletim do Centro de Reflexão Cristã, n.° 31, 1982.

– RELIGIÃO – *Ideal Maçónico/Convergências*, Universidade Nova de Lisboa, 1994.

LOJA, António Egídio Fernandes – *A Luta do Poder Contra a Maçonaria*, IN/CN, 1986.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, D. Quixote, 1975.

HISTÓRIA DA MAÇONARIA EM PORTUGAL, Editorial Presença, 1989.

PINHO, Arnaldo e outros – *Igreja e Maçonaria* / Textos para um Dialogo, Letras e Coisas, 2012.

RIO, Jorge Blaschke e Santiago – *A Verdadeira História da Maçonaria*, Quidnovi, 2006.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos – *Constituições de Anderson* (tradução), Universitária Editora, 1993.

SILVA DIAS, Graça e J. S. – *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, Instituto de Investigação Científica, 1980.

VENTURA, António – *Uma História da Maçonaria*, Circulo de Leitores, 2013.

António Arnaut nasceu em 1936, em Cumieira, Penela. Advogado, político e escritor. Ativista contra a ditadura desde a juventude, membro da Acção Socialista (1965), candidato a deputado pela Oposição Democrática (1969), fundador do Partido Socialista (1973). Após a Revolução de Abril foi deputado, vice-presidente da Assembleia da República e Ministro dos Assuntos Sociais. É autor da lei que criou o Serviço Nacional de Saúde (1978/79), considerada a grande reforma social da democracia, o que lhe tem valido várias homenagens: Prémio Corino de Andrade, Medalha de Ouro dos Serviços Distintos e Prémio Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, Sócio Honorário da Academia Portuguesa de Medicina, Medalha de Mérito, ouro, da Ordem dos Médicos, além de outras distinções. A Universidade de Coimbra conferiu-lhe, por proposta da FEUC, o grau de Doutor *Honoris Causa* (2014), em reconhecimento da sua ação como impulsionador do SNS.

A. Arnaut foi convidado a ingressar na Maçonaria em 1972, mas só foi iniciado depois da Revolução. Mestre em 1976, atingiu o grau 33 em 1992. Foi venerável e orador da sua Loja, representante à Grande Dieta, membro do Conselho da Ordem e Presidente do Grande Tribunal Maçónico. Como Grão-Mestre (2002-2005) praticou uma política de abertura da Maçonaria à comunidade, recebendo no Palácio Maçónico o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e outras entidades. É obreiro e Venerável honorário de várias Lojas do GOL.

Presidente da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem e do Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados. Fundador e Presidente da Associação Portuguesa de Escritores Juristas. É agraciado com a Medalha de Mérito Cultural e Político do Município de Penela, Medalha de Ouro do Município de Coimbra e Medalha de Honra da Ordem dos Advogados. É condecorado com a Ordem da Liberdade (Grande Oficial, em 2004, e Grã Cruz, em 2016). No seu 80º aniversário, a Câmara de Penela deu o seu nome à Biblioteca local.

Estreou-se como escritor em 1954, mas só depois de deixar a política ativa (1983) é que pode dedicar mais tempo à escrita, sua paixão de juventude.

Com 30 títulos publicados (poesia, ficção e ensaio), A. Arnaut assume-se como escritor civicamente comprometido, que considera a literatura como "a expressão da sua própria humanidade e da Humanidade toda".